

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

OCTÁVIO AUGUSTO LINHARES GARCIA REIS

**Arranjos, fugas e consciência emperrada em três romances de
Dyonelio Machado**

Porto Alegre

2019

OCTÁVIO AUGUSTO LINHARES GARCIA REIS

**Arranjos, fugas e consciência emperrada em três romances de
Dyonelio Machado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Orientador: Prof. Dr. Homero Vizeu Araújo

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Reis, Octávio Augusto Linhares Garcia
Arranjos, fugas e consciência emperrada em três
romances de Dyonelio Machado / Octávio Augusto
Linhares Garcia Reis. -- 2019.
111 f.
Orientador: Homero Vizeu Araújo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Romance brasileiro. 2. romance de 30. 3.
Dyonelio Machado. 4. discurso indireto livre. I.
Araújo, Homero Vizeu, orient. II. Título.

OCTÁVIO AUGUSTO LINHARES GARCIA REIS

**Arranjos, fugas e consciência emperrada em três romances de
Dyonelio Machado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.Aprovado em ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Professor Dr. Homero Vizeu Araújo (UFRGS)

Professor Dr. Luis Alberto Nogueira Alves (UFRJ)

Professor Dr. Carlos Augusto Bonifácio Leite (UFRGS)

Professor Dr. Tiago Lopes Schiffner (UFRGS)

Para Ana

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Véra e Antônio, por me criarem em um ambiente de amor às letras.

À Ana, minha irmã, pela sensibilidade e pelo carinho, sobretudo.

À Stephanie, minha companheira, pelo estímulo intelectual e inspiradora dedicação o universo acadêmico.

Ao professor Homero Araújo, pela orientação paciente e pela confiança depositada.

Aos colegas bambuzeiros, pela vivência repleta de debates acalorados que muito enriquecem minha formação intelectual.

Ao professor Tiago Lopes Schiffner, por todas as conversas sobre literatura brasileira, pela amizade sincera

Ao amigo historiador Bernardo De Carli, pelos infinitos debates sobre República Velha e Estado Novo.

Aos profes Guto Leite, Karina Lucena, Luís Augusto Fischer, Regina Zilberman e Gínia Gomes, pelas proveitosas disciplinas que cursei neste mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa que possibilitou esta dissertação.

*Não é difícil compreender uma época,
embora distante, quando ela permanece
atual.*

(Dyonelio Machado)

*Não, o tempo não chegou de completa
justiça.*

*O tempo é ainda de fezes, maus poemas,
alucinações e espera.*

*O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este trabalho centraliza seu interesse nos três primeiros romances de Dyonelio Machado. A partir de análise da estrutura interna das obras, bem como do contexto social referido nelas, busca-se aqui uma articulação entre elementos extraliterários e intraliterários, promovendo assim uma leitura crítica acerca da produção inicial do autor. A trajetória do endividado Naziazeno, protagonista de *Os ratos* é, com este fim, aproximada e comparada ao itinerário dos personagens principais de *O Louco do Cati* e *Desolação*, romances pertencentes a outro momento da produção literária de Dyonelio – pós Estado Novo – que se volta para o passado e tematiza o clima de arbítrio e perseguição política marcante na década anterior. O próprio autor, vítima de prisão política, recompõe - a partir de figuras como o Louco, Norberto e Maneco Manivela - a atmosfera paranóide e acuada, síntese da repressão que se seguiu ao levante comunista fracassado de novembro de 1935. Ainda que o horizonte de politização esteja ausente em *Os ratos*, o primeiro romance do autor guarda diversas semelhanças com suas obras subsequentes, tanto no que diz respeito à configuração peculiar de seus narradores, quanto à dinâmicas de entrecho que se mostram recorrentes no conjunto das três narrativas. Tomando tais aspectos como chaves de entrada para a leitura aqui empreendida, este trabalho propõe uma análise que tenta revelar o modo pelo qual as trajetórias dos personagens pobres das obras dyonelianas iniciais formalizam uma visão específica acerca dos impasses nacionais.

Palavras-chave: Romance brasileiro; Romance de 30; Dyonelio Machado; Discurso indireto livre.

RÉSUMÉ

Ce travail s'intéresse particulièrement aux trois premiers romans de Dyonelio Machado. À partir de l'analyse de la structure interne des œuvres, ainsi que du contexte social auquel elles font référence, nous cherchons ici une articulation entre des éléments extra-littéraires et intra-littéraires, en favorisant donc une lecture critique sur la production initiale de l'auteur. La trajectoire de l'endetté Naziazeno, protagoniste de *Os ratos*, est dans ce but approximative et comparée à l'itinéraire des personnages principaux de *O Louco do Cati* et de *Desolação*, des romans appartenants à un autre moment de la production littéraire de Dyonelio - après Estado Novo - qui se tourne vers le passé et thématise le climat arbitraire et de persécution politique de la décennie précédente. L'auteur lui-même, victime d'un emprisonnement politique, recompose à partir de personnages comme Louco, Norberto et Maneco Manivela l'atmosphère paranoïaque et harcelée, une synthèse de la répression qui a suivi le soulèvement communiste échoué de novembre 1935. Encore que l'horizon de politisation soit absent dans *Os ratos*, le premier roman de l'auteur présente plusieurs similitudes avec ses œuvres ultérieures, à la fois en ce qui concerne la configuration particulière de ses narrateurs, ainsi que les dynamiques de l'intrigue, qui sont récurrentes dans l'ensemble des trois récits. Partant de ces aspects pour la lecture entreprise ici, cet article propose une analyse qui tente de révéler la manière dont les trajectoires des personnages pauvres des premières œuvres dyoneliennes formalisent une vision spécifique des impasses nationales.

Mots-clés: Roman Brésilien; Roman de 30; Dyonelio Machado; Discours indirect libre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 OS RATOS: FAVOR E FORMA LITERÁRIA	18
1.1 Os ratos e o romance da urbanização	18
1.2 O narrador e seus discursos: indireto livre e marcações gráficas em <i>Os ratos</i> ...	20
1.3 O(s) arranjei-me(s) de Naziazeno	26
1.4 Ordem e desordem em <i>Os ratos</i>	35
2 ARRANJOS E FUGAS SOB ESTADO DE SÍTIO EM O LOUCO DO CATI	43
2.1 Viagem, prisão e retorno: a trajetória do Louco.....	43
2.2 Fuga, prisão e “cavação”: a trajetória de Norberto	49
2.3 Os três almoços e a decisão do destino do Louco do Cati.....	58
2.4 Mutismo e opacidade: o Louco sob tutela narrativa	61
2.5 Discurso indireto livre em <i>O Louco do Cati</i>	64
2.6 Permanência da violência, renovação do trauma.....	69
2.7 Quadro comparativo de datas <i>O Louco do Cati</i> x <i>Desolação</i>	73
3 DELAÇÃO, DESOLAÇÃO	77
3.1 A viagem de regresso	77
3.2 O discurso indireto livre em <i>Desolação</i>	79
3.3 “Cavação” versus perseguição.....	85
3.4 Delações e desolações	90
3.5 A piromania de Manivela.....	94
CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

I.

Figura destacada não apenas na literatura gaúcha, como também no cenário cultural nacional, Dyonelio Machado (1895 – 1985) atuou como escritor, político, jornalista e médico pioneiro nos estudos psiquiátricos no país. Seu amplo envolvimento nos acontecimentos relevantes do seu tempo revela uma atitude engajada e uma forte disposição de intervenção na sociedade. A vastidão de sua obra literária é, contudo, eventualmente subestimada. Apesar de assinar diversas publicações ficcionais, Dyonelio conviveu com a injusta pecha de escritor de um livro só: *Os ratos*, seu premiado romance de estreia. Nas últimas décadas do século XX, todavia, tal injustiça começa a ser desfeita, especialmente a partir dos trabalhos de pesquisa da Prof^a. Dr^a. Maria Zenilda Grawunder, referidos, em grande parte, na bibliografia desta dissertação. Seus estudos se dedicaram fortemente a desmentir esse desarrazoado estigma com resultados de pesquisa que apontam a variedade e relevância das publicações do escritor gaúcho. Mais recentemente, a tese de doutorado de Fernando Simplício do Santos, publicada em 2013, empreendeu um notável esforço de compreensão global da obra de Dyonelio mediante análise de sete dos principais romances do escritor. Seu esforçado levantamento bibliográfico muito auxiliou a composição deste trabalho.

De forma menos ambiciosa e a partir de uma metodologia outra, o estudo aqui apresentado busca continuar revelando aspectos da obra de Dyonelio que ainda estão distantes do público geral e mesmo da academia. Desse modo, selecionamos como objetos desta pesquisa – além do já bastante estudado *Os ratos* – os dois romances seguintes de Dyonelio, escritos na década de quarenta: a saber, (em ordem de publicação) *O Louco do Cati* e *Desolação*. Essas publicações subsequentes à narrativa de estreia do escritor fazem parte de uma tetralogia elaborada por Dyonelio, que é completada pelas publicações de *Passos perdidos* e *Nuanças* – formando um conjunto de obras que tematizam os anos de repressão vividos durante o Governo Vargas. Optamos aqui por analisar apenas os dois primeiros romances da tetralogia. Alguns aspectos das obras seguintes são, contudo, comentados e referidos em momentos oportunos nesta dissertação.

II.

Os anos 30 marcam um período de forte agitação política no Brasil. Logo no início da década, em meio a denúncias de fraude nas eleições e o assassinato do vice-líder da chapa oposicionista (derrotada nas urnas), um movimento militar ergue Getúlio Vargas ao poder mediante um golpe de estado. A revolução de outubro de 1930 marca um rearranjo dos poderes políticos e econômicos no Brasil. O sistema político retrógrado da chamada República Velha, que se equilibrava nas oligarquias rurais, especialmente a cafeeira paulista, dá lugar a um governo, centralizador e de tendências autoritárias, vinculado à tradição positivista. Diante de um ocidente imerso em grave crise econômica desde a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, o novo comando tratou de tomar medidas protecionistas em busca de uma rápida recuperação da economia brasileira, que havia afundado acompanhando o cenário internacional. (CALDEIRA, 2017). Amparando-se no apoio das forças armadas e em uma nova aliança de classes – forjada entre setores da classe trabalhadora urbana e da burguesia industrial - Getúlio Vargas promove o avanço do país em direção à industrialização (FAUSTO, 2015), mobilizando o Estado como principal agente dessas transformações.

A agitação que marcara os anos finais da República Velha, ganhando expressão em variadas revoltas e levando diversos presidentes a declarar estado de sítio, tem continuidade nos anos varguistas, adquirindo, então, tonalidades explicitamente ideológicas. Na medida em que cresciam as desconfianças em relação ao projeto de Getúlio, o panorama político brasileiro se polarizava, aumentando a pressão em relação ao governo estabelecido. Na esquerda do espectro político o PCB dava o tom e comandava as ações, angariando parte da intelectualidade nacional e encabeçando, em 1935, a criação de uma frente ampla: a Aliança Nacional Libertadora (ANL). À direita, a Ação Integralista Brasileira, cujas tendências se inspiravam, em diferentes graus, no fascismo europeu, buscava seu espaço político, conquistando também sua cota de intelectuais (SKIDMORE, 1998). Pressionado pelos dois lados e pouco afeito a lidar com a oposição, Getúlio Vargas obtém, em 1935, o pretexto de que necessitava para colocar o aparato repressivo do Estado a serviço da perseguição de seus inimigos políticos: em novembro daquele ano, comunistas do PCB orientados por Moscou arriscam um golpe de estado, logo derrotado pelas forças oficiais. “A revolução social do Comintern, que viria a se

tornar conhecida na história do Brasil como Intentona Comunista, terminou num malogro antecipado, de quatro dias de duração.” (ROSE, 2001, p. 88-89) Estava dado o estopim para uma escalada autoritária do regime varguista, que culminaria no fechamento do congresso em 1937.

Ao mesmo tempo, o desfecho não poderia ter sido mais auspicioso para Getúlio Dornelles Vargas. Ele pediu ao Congresso, e lhe foi concedido, um mês de estado de sítio. Este se ampliou e foi transformado num estado de guerra interno, que se constituiu em períodos de noventa dias, renovados continuamente até o mês de julho dois anos depois. Essas medidas permitiram que a polícia e outras subelites da administração operassem livremente sob a proteção da lei marcial em sua caça a comunistas e simpatizantes. As pessoas escolhidas para assumir esses papéis de força coercitiva, naquilo que se tornou um *pogrom* contra vermelhos, procediam dos recantos mais remotos da sociedade reacionária. Os integralistas, naturalmente, assim como membros conhecidos da sociedade civil, forneceram homens e informações. (ROSE, 2001, p. 89)

A intelectualidade acompanhou o ambiente de radicalização do período, com diversos escritores passando a abrigar intimamente ideologias políticas em suas obras. Questões vinculadas à realidade brasileira passaram a fazer parte do temário dos artistas, inclusive daqueles escritores que não explicitavam publicamente simpatia com nenhum polo da disputa ideológica em voga (CANDIDO, 2011a), demonstrando o quanto “a intelectualidade efetivamente não se enxergava, naquele momento, nem um pouco desconectada da realidade política, seja tendendo à esquerda, seja à direita” (BUENO, 2006, p. 36).

Viveu-se um período de tomada de consciência, por parte dos intelectuais e artistas da época, em relação ao atraso nacional (CANDIDO, 2011b), levando ao desenvolvimento de uma literatura preocupada com os problemas sociais do país. O romance de tendências realistas passou a ser o formato eleito por boa parte desses artistas, consolidando uma nova visão de país, que se buscava capaz de explicar o fracasso nacional e debater e projetar possibilidades para o futuro nacional. A efervescência política e a polarização ideológica – marcas da época – perpassavam o campo artístico e se tornavam a base do projeto literário dos anos 30. A preocupação com a realidade brasileira ultrapassou mesmo o campo da criação, tornando-se por vezes critério de avaliação estética, conforme comenta Antônio Candido ao ressaltar, no período, uma supervalorização da temática em detrimento da elaboração formal

O gosto, ou pelo menos a tolerância pelo informe, o não artístico (em relação aos padrões da tradição ou aos da vanguarda), levou por vezes a supervalorizar escritores que pareciam ter a virtude do espontâneo; e a não reconhecer devidamente certas obras de fatura requintada, mas desprovidas de ideologia ostensiva, como *Os ratos*, de Dionélio Machado (1935), ou *O amanuense Belmiro*, de Ciro dos Anjos (1937). E talvez um artista de grande nível, como Graciliano Ramos, tenha sido mais valorizado pelo temário, considerado inconformista e contundente, do que pela rara qualidade de fatura, que lhe permitiu fazer obras realmente válidas. (CANDIDO, 2011a, p. 239)

A Graciliano Ramos, que seria equivocadamente valorizado mais pela sua temática - afeita aos interesses do projeto político-literário de 30 - do que por seu requinte formal, Candido aproxima Ciro dos Anjos e Dyonelio Machado, cujas obras não teriam sido reconhecidas conforme o merecido por conta da ausência de um engajamento patente, e que destoariam, portanto, da atitude militante e intervencionista cobrada então dos escritores. Apesar da ausência de “ideologia ostensiva” em seu romance de estreia, o autor de *Os ratos* viveu intimamente a agitação política que marcou a década de 30. Detido alguns dias após presidir a instalação da ANL em Porto Alegre, em junho de 1935, Dyonelio passa, nesta ocasião, três meses encarcerado. Quando finalmente obtém sua liberdade, acaba sendo novamente preso apenas alguns dias depois, na esteira da repressão que se segue ao movimento comunista fracassado que tentara tomar o poder em novembro daquele mesmo ano. Dessa vez, o escritor gaúcho é transferido para o Rio de Janeiro, onde permanece preso por mais de um ano e meio, totalizando quase dois anos de prisão. É na cadeia que Dyonelio recebe a notícia de que seu romance de estreia, *Os ratos*, foi agraciado com o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Também no cárcere que o autor adere efetivamente ao Partido Comunista Brasileiro (FISCHER, 2013).

Na década seguinte, a literatura de Dyonelio Machado se voltará sobre esses anos de repressão, com as experiências de perseguição e prisão promovidas pela ditadura varguista se constituindo como principal temática de suas obras.

Essas situações e acontecimentos coincidem e culminam com a via crucis de Dyonelio Machado e funcionam como o fundo histórico da alegoria. Os fatos reais que o envolveram e os sentimentos ‘experenciados’ forneceram matéria para os textos escritos na década de 40, apesar de a edição de *Nuanças* ocorrer só em 1981, por questões editoriais. (GRAWUNDER, 1994, p. 231)

Em 1942 Dyonelio publica seu segundo romance: *O Louco do Cati*, editado pela Globo. A narrativa, que fora produzida em condições adversas - gravemente doente, Dyonelio teria ditado o romance para esposa, filha e amigos, que ajudaram com a redação - traz como protagonista um sujeito tido como louco. Esse personagem acaba acompanhando - como que por acaso - Norberto, Maneco Manivela, Leo e Luís em uma "viagem de prazer" até o litoral gaúcho. Ao chegar a Quintão o grupo de viajantes acaba se dividindo, e o protagonista Louco vai, juntamente com Norberto, em direção à fronteira com Santa Catarina. Enquanto isso, os demais viajantes iniciam seu retorno a Porto Alegre, em uma viagem cheia de percalços que será narrada no romance seguinte do autor gaúcho, *Desolação*. Norberto e o Louco - a dupla que seguira viagem em direção norte do país - acabam presos ao atravessar a fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Uma vez detidos, ambos são conduzidos para a Florianópolis e, posteriormente, ao Rio de Janeiro, onde permanecem prisioneiros por algum tempo. Após a libertação, os dois personagens tratam de sobreviver na então capital da República, até que finalmente o Louco é despachado em viagem de retorno ao Rio Grande do sul - percurso que é narrado na segunda metade do romance.

Em 1944 é publicado *Desolação*, dessa vez pela editora José Olympio. Trata-se de uma espécie de continuação da história contada no romance anterior. A narrativa acompanha o percurso de retorno do grupo de personagens que havia permanecido em Quintão quando Norberto e o Louco partiram rumo ao norte. A viagem de volta dos rapazes será conturbada, com o grupo de amigos passando uma série de contratempos causados por problemas no veículo que os transportava - o simpático caminhãozinho apelidado de Borboleta. Uma sequência de acontecimentos "casuais" acaba fazendo com que Maneco Manivela, protagonista da narrativa, ache-se perseguido. De posse de material subversivo, presente de um sujeito que conheceu durante uma das escalas da viagem (Dr. Matos), Maneco crê-se cada vez mais acossado pela polícia e acaba, em uma espécie de delírio persecutório, cometendo um ato extremo: o incêndio deliberado do veículo Borboleta. O destino de Maneco após esse episódio nos é contado no romance seguinte, *Passos perdidos*, publicado em 1946 pela Martins Editora.

No terceiro romance do conjunto ficamos sabendo que Manivela havia sido detido imediatamente após o incêndio que encerrou *Desolação*. Na narrativa, acompanhamos o personagem após sua saída da prisão, onde havia passado dois

anos como preso político. Ao deixar o cárcere no Rio de Janeiro, Maneco obtém uma passagem para São Paulo. O mecânico buscará, na capital paulista, meios de retornar a Porto Alegre, ao mesmo tempo em que busca obter contatos com militantes de esquerda e evita ser novamente detido.

Encerrando a trajetória do mecânico Manivela, Dyonelio, ainda na década de 40 escreve *Nuanças*, romance que, contudo, só é publicado em 1981, pela editora Moderna. Na trama, Martiminiano da Rocha (finalmente ficamos conhecendo seu nome de batismo) – já de volta a capital gaúcha – concilia atividades políticas com um projeto de noivado. Em decorrência de um ardil do padrasto de Carmosina, noiva de Maneco, o protagonista acaba caindo mais uma vez na ilegalidade. É também pelos maus feitos deste padrasto que Carmosina acaba virando prostituta. A moça, todavia, consegue abandonar a profissão rebaixada e recuperar o amor de Manivela, ajudando-o a sair da ilegalidade mediante intervenção de seu pai. Sobre esses quatro romances de Dyonelio, afirma Maria Zenilda Grawunder:

Apesar de se manterem como textos independentes, a temática da obsessão persecutória, no trânsito de prisões à libertação, e a presença reiterada de personagens como Manivela, cuja odisséia tem desdobramento ordenado, através dos quatro livros, me permitiram ver *O Louco do Cati*, *Desolação*, *Passos Perdidos* e *Nuanças*, como tetralogia da Perseguição e Opressão, um dos marcadores semânticos da obra dyoneliana [...] (GRAWUNDER, 1995, p. 24)

Essas quatro publicações comporiam, portanto, um conjunto articulado, centrado na trajetória de um mesmo personagem durante o período de repressão da ditadura de Getúlio Vargas. Mais do que isso, estariam tematizadas nessas obras o percurso de um trabalhador urbano em direção a possibilidades de tomada de consciência e engajamento político, ao mesmo tempo em que enfrenta perseguição policial, prisão e vida na ilegalidade. Em paralelo ao destino de Maneco Manivela, acompanhamos também, em *O Louco do Cati*, a inusitada odisseia da figura alienada do Louco, marcada por um indelével trauma que retorna em uma trajetória de infortúnio com a justiça e consequente detenção que coincide, em alguma medida, com a agrura do mecânico Manivela.

Tal atmosfera política, marcante nesses quatro romances, contrasta, por outro lado, com o cotidiano de Naziazeno, protagonista de *Os ratos*. Dyonelio estreia no romance contando um dia da vida de um pequeno funcionário público que consome quase todas as suas horas em trânsito por Porto Alegre na busca de uma solução

para sua dívida com o leiteiro. Atuação política e engajamento passam ao largo das preocupações de Naziazeno, sequer aparecendo em seu horizonte próximo, uma vez que a totalidade da atenção do protagonista empobrecido é tomada pela busca de solução para problemas imediatos.

A proposição central deste estudo busca estabelecer relações, aproximações e distanciamentos em uma leitura comparada da trajetória desses três protagonistas. Busca-se aqui não apenas mapear o percurso e o destino desses personagens pobres, mas também analisar a relação de cada um deles com o universo do trabalho, bem como com as possibilidades de engajamento e tomada de consciência política. Além das dinâmicas de enredo, o enquadramento narrativo conferido a esses protagonistas também é de grande interesse para as questões levantadas nesta dissertação.

1 OS RATOS: FAVOR E FORMA LITERÁRIA

Este capítulo propõe uma análise de *Os ratos*, romance de estreia de Dyonelio Machado, a partir de elementos da composição da narrativa e de entrecho, relacionando-os com aspectos do processo histórico brasileiro, numa tentativa de melhor compreensão do modo como dinâmicas da realidade se apresentam, na obra literária, refratadas. Objetivando avanços críticos a partir de aproximações e afastamentos, em um primeiro momento compara-se o romance de Dyonelio a outras obras contemporâneas suas, em tentativa de melhor elucidar a posição de *Os ratos* dentro do quadro do chamado romance de 30, em especial em relação àquelas obras que tematizam o universo urbano. Posteriormente, analisa-se a configuração e os procedimentos narrativos adotados na composição e caracterização dos personagens e do universo narrado, atentando para os efeitos de sentido decorrentes de tal formatação. Por fim, estuda-se a trajetória do protagonista pobre em sua dinâmica de enredo e na representação de suas possibilidades de ascensão social e/ou tomada de posição crítica a respeito de sua situação. A leitura proposta a partir da heterodoxa aproximação entre a *Dialética da malandragem* e o cotidiano presente em *Os ratos* busca atar os nós dos referidos procedimentos analíticos e, ao mesmo tempo, compor uma chave de leitura para o universo dyoneliano a ser mobilizada também na análise das obras *O Louco do Cati* e *Desolação*, abordadas nos capítulos subsequentes.

1.1 *Os ratos* e o romance da urbanização

Publicado em 1935, *Os ratos* narra vinte e quatro horas da vida de Naziazeno Barbosa, um pequeno funcionário público em dificuldades financeiras. O protagonista endividado – Naziazeno deve 53 mil-réis ao leiteiro, que ameaça cortar o fornecimento da família – percorre as ruas de Porto Alegre em busca da quantia de que necessita. Em seu trânsito, diversas possibilidades imaginadas de obtenção do dinheiro pairam em seu horizonte e conferem ao protagonista esperança de alguma ordem: um hipotético empréstimo, que seria obtido junto ao seu chefe; a solidariedade de amigos ou, de forma destacada, a sorte. Somente ao final do dia, porém, quando as casas de comércio já estão fechadas, é que o pobre-diabo

consegue o valor devido ao leiteiro. O dinheiro provém de uma intrincada negociação envolvendo Alcides e Duque – amigos de Naziazeno - e o Dr. Mondina, que é quem efetivamente possuía o dinheiro e que se dispõe a adiantar a quantia necessitada pelo protagonista mediante a garantia da palavra de Duque e de um anel de bacharel pertencente a Alcides. Não obstante a obtenção do dinheiro, a saga de Naziazeno prossegue durante a noite, após o seu retorno ao lar, quando, em vigília, o protagonista imagina que ratos estão roendo a quantia separada para o leiteiro, deixada próxima à porta de entrada de sua casa, no arrabalde de Porto Alegre.

A trajetória endividada do protagonista, cujo cotidiano é marcado pela carência material, permite a aproximação da narrativa de Dyonelio com obras contemporâneas suas, inserindo-a no chamado *romance de 30*. Retomando a comparação proposta por Antonio Candido – referida na introdução deste estudo – que avizinha, a Dyonelio, Graciliano Ramos e Ciro dos Anjos, Fernando Gil propõe uma leitura em conjunto desses três autores pautada pelo viés da urbanização. Em sua tese de doutorado, Gil formula uma subcategoria, discernida no interior do romance de 30, a partir da análise de *Os ratos*, *Angústia* e *O amanuense Belmiro*. Datadas da metade da década de 30, tais narrativas formariam um conjunto específico a partir da tematização de capitais provincianas em incipiente processo modernizador. Nesse sentido, destoariam do “típico” romance de 30, no qual os entrecos estariam focados nas transformações do mundo rural (GIL, 1999, p. 36). Em configuração particular, o *romance da urbanização*:

nada conta do passado nem tampouco aponta para o futuro. [...] Contrariamente ao tradicional romance de 30, em que uma consciência crítico-desencantada narra a desintegração e o colapso de um determinado universo social, apontando implicitamente para as transformações que derivam dessa ordem social em ruínas, no *romance da urbanização* não estão mais em jogo o sentimento e a visão de mundo guiada e normatizada por uma escala de valores a partir da qual o personagem baliza a sua trajetória e experiência, conformando-se com ela ou entrando em choque." (GIL, 1999, p. 36)

Segundo a análise do crítico, esses romances apresentam um tipo de protagonista peculiar, o *herói fracassado*. Trabalhando com os termos da *Teoria do romance* de Lukács, Gil demonstra que não estariam em jogo, nessas obras, personagens cujas trajetórias expõem adaptação ou insucesso diante de um universo que se transformou. As narrativas do *romance da urbanização* não

apresentam teleologia explícita e acabam configurando, em seu interior, personagens aparvalhados, movimentando-se em espaço claustrofóbico devido à ausência de horizontes possíveis para a resolução seus dilemas pessoais.

Ainda que *Os ratos* se enquadre bem no esquema proposto por Gil, parece-nos pertinente apontar, a partir do subconjunto proposto, peculiaridades da narrativa de Dyonelio em relação aos demais romances da urbanização analisados pelo crítico. Vale ressaltar, nesse sentido, o fato de *Os ratos* ser a única das obras do conjunto que apresenta narrador em terceira pessoa, embora não configurado a partir modelos tradicionais desse tipo de narração, conforme veremos mais adiante. Além disso, podemos constatar significativas diferenças entre a condição material de Naziazeno e a dos protagonistas das outras duas narrativas. Em situação econômica consideravelmente mais precária do que a de Belmiro e Luís da Silva, o protagonista de *Os ratos* também não compartilha a mesma qualidade intelectual dos personagens de Ciro e Graciliano – elemento evidenciado principalmente pelo enquadramento narrativo, conforme argumentaremos a seguir.

1.2 O narrador e seus discursos: indireto livre e marcações gráficas em *Os ratos*

Desde o início do romance, cena em que o protagonista e sua problemática principal – a dívida com o leiteiro – são expostas ao leitor, o narrador de *Os ratos* apresenta sua dinâmica de enquadramento. Os acontecimentos são relatados a partir de uma perspectiva bastante aproximada à de Naziazeno, como se o universo narrado fosse nos dado a ver, apesar da terceira pessoa, filtrado pelo olhar do personagem. Tal movimento narrativo se mantém ao longo do romance, com intensidade inclusive maior ao final da obra, quando acompanhamos o temor de Naziazeno a cerca da possibilidade de ratos estarem roendo seu dinheiro em forma muito aproximada à do fluxo de consciência. Tal aspecto do romance já foi devidamente apontado pela crítica, como exemplifica o comentário a seguir, de Fernando Gil, a respeito dessa quebra de expectativa:

A narrativa em terceira pessoa, que poderia acenar com expectativas de onisciência, ao contrário, não engendra um contexto narrativo objetivo, mantido pela autonomia da voz do narrador. Conquanto mantenha parte de sua integridade, sua tendência é sofrer um processo de deslocamento para o campo de visão do personagem. (GIL, 1999, p.92)

Mais do que simplesmente apontar e reiterar tal aspecto, interessa-nos, sobretudo, mapear a maneira pela qual essa parcial “manutenção de integridade” da terceira pessoa permite ao narrador, apesar da ênfase dada à perspectiva de Naziazeno, formular – sutilmente - juízos e caracterizações específicas para o personagem.

Em *O pobre diabo no romance brasileiro*, José Paulo Paes analisa e compara os personagens de quatro romances: *Coruja*, de Aluísio Azevedo, *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, de Lima Barreto, *Angústia*, de Graciliano Ramos e *Os ratos*, de Dyonelio Machado. Caracterizando os protagonistas dessas narrativas como *pobres diabos*, Paes argumenta sobre a necessidade de certa assimetria para a definição dos personagens nesses termos:

“Pobre” se diz de quem se acha faltar ou privado do necessário; de quem foi mal dotado ou poucofavorecido; por extensão, de quem seja infeliz, desprotegido, digno por isso de lástima e compaixão. Compadecer-se é, etimologicamente, padecer junto, mas — atenção — em posição de superioridade. Magnanimamente abdicamos, por um momento, do nosso conforto de não sofrendores para, sem risco pessoal, partilhar o sofrimento de alguém menos afortunado e por conseguinte inferior a nós. De alguém a quem possamos entre depreciativa e compassivamente chamar de “pobre diabo”. (PAES, 1990, p.38)

Ainda segundo o crítico:

[...] o tipo de compaixão involucrado nessa frase feita [pobre diabo] conota necessariamente uma posição de superioridade do compadecedor em relação ao compadecido. Sem essa superioridade, em que transluz uma ponta de desdém, não se justificaria o uso da expressão. (PAES, 1990, p.42)

Nesse sentido, se é pertinente considerar Naziazeno um pobre diabo, isso é possível porque algum elemento da construção narrativa configura uma certa disparidade, apesar da constante aproximação do narrador ao ponto de vista do protagonista. Haveria, portanto, uma distância resguardada, apesar do movimento narrativo aproximativo.

Se, por um lado, o enquadramento mimético empreendido cerra o foco em Naziazeno e isenta o narrador da formulação de juízos de valor enfáticos acerca do protagonista, por outro lado, matém, em algum nível, certo distanciamento que afasta o leitor do campo da identificação, levando-o, em vez disso, para a esfera da compaixão ou do desdém. Notemos, entretanto, que tal esfera corresponde a

apenas uma das possibilidades de leitura. O movimento aproximativo referido – ao mesmo tempo em que mantém uma distância relativa entre instância narrativa e personagem - repassa ao leitor a responsabilidade pela formulação dos juízos a respeito do personagem. A opção representa um significativo ganho estético para o romance, embora, ao mesmo tempo, abra margem para leituras bastante reacionárias a respeito da condição de Naziazeno.

[...] olhando para as atitudes de Naziazeno e para a sua inércia, parece menos inaptidão para o trabalho e mais preguiça e desculpa. [...] É um pobre diabo que está mais ligado à falta de ação do que à malandragem. Portanto, nada tem daquele malandro simpático das canções de Noel Rosa – sua falta de ação não provoca a simpatia do leitor e nem de seus pares: os colegas da repartição quase não o veem, e o chefe já cansou de sua ladainha. (SILVA, 2013, p. 122)

Ainda que demonstre completa incompreensão a respeito das dinâmicas econômicas nas quais está inserido Naziazeno (e certa dose de preconceito de classe), a leitura de Silva assenta-se na autonomia crítica conferida ao leitor pelo procedimento narrativo dyoneliano. A “relativa integridade da terceira pessoa” – para resgatar os termos de Fernando Gil - sustenta afastamento suficiente para que o juízo do leitor resvale de compaixão e desdém para reprovação e acusação.

Sigamos com Paes:

Fundamental notar que o qualificativo [pobre diabo] em nenhum momento é aplicado ao próprio Naziazeno: sua qualificação como tal será um juízo a que o processo cumulativo do texto irá levar a mente do leitor. (PAES, 1990, p.48)

Conforme visto, a partir dos procedimentos adotados, o narrador de *Os ratos* não fornece uma chave de leitura óbvia para o leitor, favorecendo, em vez disso, sua autonomia. Todavia, há um “processo cumulativo do texto” que, segundo Paes, induz o leitor a uma certa caracterização do protagonista, a de pobre diabo, que carrega consigo uma dada assimetria. Essa noção parece estar composta tanto pela natureza da situação em que Naziazeno se encontra (endividamento, precariedade material, ausência de perspectivas em médio e longo prazo), quanto pelos aspectos formais que estruturam a narrativa, como a peculiaridade de construção do movimento aproximativo empreendido pelo narrador.

É principalmente a partir da mobilização do discurso indireto livre que o narrador de *Os ratos* engendra a convergência entre seu ponto de vista narrativo e a

perspectiva do protagonista. Tal recurso discursivo permite um compartilhamento de visada e pressupõe uma certa aproximação entre a instância mimética e a instância diegética, conforme comenta James Wood¹:

Graças ao estilo indireto livre, vemos coisas através dos olhos e da linguagem do personagem, mas também através dos olhos e da linguagem do autor. Habitamos, simultaneamente, a onisciência e a parcialidade. Abre-se uma lacuna entre autor e personagem, e a ponte entre eles – que é o próprio indireto livre – fecha essa lacuna, ao mesmo tempo que chama atenção para a distância. (WOOD, 2008, p.23)

Tomemos, como exemplo, algumas passagens de *Os ratos*, para mapearmos o funcionamento do arranjo narrativo no romance:

O bonde ainda não parou, e ele já está maltratando a porta de saída com pequenos pontapés impacientes. Atravessa a praça; não olha para os lados. Uma "decisão" anterior, maldefinida e malaceita, o conduz todavia para o mercado, para o café da esquina. Pouca gente, caras "novas". É que é cedo. Não contava com isso. (MACHADO, 2004, p.23)

No trecho acima, é possível identificar o modo pelo qual o narrador relata acontecimentos a partir de um olhar extremamente aproximado ao de Naziazeno. Especialmente ao final da passagem citada, aparecem elencadas percepções que pertencem ao personagem. A impressão sobre o movimento do café ("Pouca gente"), a explicação dada para o fato ("É que é cedo") e a surpresa diante da situação ("Não contava com isso") parecem pertencer ao protagonista, embora apareçam incorporadas ao discurso do narrador de modo intrincado: "O estilo indireto livre atinge seu máximo quando é quase invisível ou inaudível" (WOOD, 2008, p.22).

Há, todavia, no trecho citado, a recorrência de aspas em algumas palavras, o que parece conferir certo distanciamento por parte do narrador em relação às impressões subjetivas do personagem como em "Uma 'decisão' anterior, maldefinida e malaceita". A opção pelas aspas na palavra "decisão" afasta o ponto de vista do narrador - para quem a atitude de Naziazeno baseia-se em uma ideia imprecisa, "maldefinida e malaceita" - da perspectiva do personagem, em cuja mente atribulada qualquer mínima esperança confusa é alçada à condição de decisão diante da necessidade de ação em face à situação de impasse em que se encontra. Da

¹ O que James Wood chama de autor é compreendido e reproduzido, neste trabalho, como narrador, uma instância ficcional que organiza a matéria narrada.

mesma forma, ao utilizar as aspas em “novas” para caracterizar as “caras” que ocupavam os cafés do mercado, ainda no trecho acima, mais uma vez o narrador contribui para uma caracterização específica do personagem, acrescentando elementos de significado ao que seria simples discurso referencial. As caras são novas para o protagonista, desacostumado ao ritmo da cidade naquele horário do dia. O narrador faz questão de evidenciar que não compartilha essa opinião com o personagem. Assim, de modo sutil, temos a construção de uma subjetividade específica para Naziazeno, na qual captamos a sua limitação intelectual e dificuldade de ação causada por uma ampla incompreensão acerca de sua condição de pobreza.

Observemos um outro momento:

Com o alívio, que foi refrescante como um banho, vem-lhe a noção da fome. Quase duas horas... Não sabe como pode aguentar todo esse tempo sem comer. Está satisfeito. Por que agora tem *certeza* de que é “jogo” do Andrade. Com o Alcides provavelmente a sua linguagem teria sido outra. Um artista... (MACHADO, 2004, p. 70. Grifos do autor.)

O episódio transcrito acima ocorre logo após a cobrança frustrada de uma dívida de um sujeito chamado Andrade, realizada por Naziazeno em nome de Alcides. Cansado após a longa caminhada, o protagonista subitamente percebe que está com fome, dando-se conta do adiantado da hora. Ao mesmo tempo, repassa o ocorrido recente – a situação da cobrança – e se convence de que fora ludibriado por Andrade. Novamente, há a ocorrência do discurso indireto livre. A acusação de que o sujeito o havia enganado “Um artista...”, por exemplo, pertence ao Naziazeno. Bem como a “*certeza*” do “jogo”. Impressões, essas, mais uma vez grifadas, frisando uma divergência de percepções em relação ao episódio. Não queremos dizer, com isso, que o narrador não considere plausível a hipótese de que Naziazeno tenha sido de fato enganado. A voz narrativa apenas afasta-se da certeza demonstrada pelo personagem nessa segunda reflexão, que em contraste com a postura ingênua, crédula e submissa do protagonista diante de Andrade, após sua negativa “O caso agora é dar volta. Está tão bem explicado!...”² (MACHADO, 2004, p. 63), atenta para as limitações intelectuais de Naziazeno e sua dificuldade diante de tal ordem de situações.

² Nesse caso, a divergência do olhar do narrador em relação ao do personagem não vem caracterizada pelo uso de aspas ou do itálico, e sim pela excessiva pontuação gráfica, recurso recorrente no romance.

Nos exemplos citados, portanto, o uso desses recursos gráficos parece ter o efeito de marcar dissonâncias entre a visão do narrador e a de Naziazeno (BUENO, 2006, p. 579). Mesmo com a recorrência do discurso indireto livre, que pressupõe uma certa aproximação de pontos de vista entre narrador e personagem, surgem, aqui e ali em *Os ratos*, marcas de um distanciamento que apontam para as diferenças entre um narrador culto e um personagem de pouco letramento.

Dyonelio Machado evidencia, assim, a distância entre a concepção de mundo do intelectual e a dos indivíduos pobres. *Os ratos* denuncia as desigualdades sociais e traz em si (na sua estrutura) o reflexo das incongruências que dividem a expressão culta do narrador (a consciência presente nas descrições e na composição das cenas, de modo geral) e a presença de traços mais livres pertencentes à oralidade das pessoas humildes e pouco conscientes. A fratura estética reflete o descompasso social entre a posição do escritor e o conhecimento de mundo dos explorados – o que não é exclusividade desse romance. (SCHIFFNER, 2018, p. 3)

Ressaltemos ainda que a ocorrência das aspas e das demais marcações gráficas não é fenômeno restrito à presença do discurso indireto livre dentro da narrativa. A oscilação entre os procedimentos narrativos (discurso direto, indireto e indireto livre) no romance é constante, sugerindo uma dinamicidade que permite ao narrador diversas nuances de construção e caracterização do universo narrado. Essa mobilidade, da qual a já referida dinâmica de aproximação *versus* afastamento é um exemplo, é também pontuada pelos variados recursos gráficos mobilizados na narrativa, compondo também a atmosfera de relações que constituem o romance.

Na mesma medida, o afastamento eventualmente construído a partir dessas marcas não é moldado exclusivamente por esse recurso, figurando também na própria alternância entre discursos. “Os melhores lugares do bonde estão ocupados. “- Apesar de tão cedo! É estranho... Senta-se à extremidade dum dos bancos dos lados, no fundo.” (MACHADO, 2004. p. 13) No trecho citado, a observação e a surpresa sobre a lotação do ônibus é atribuída explicitamente a Naziazeno, a partir do discurso direto (ainda que representando seu pensamento e não sua fala). O tom da frase sugere que Naziazeno costuma tomar a condução em outro horário. É o protagonista – e não o narrador - que ignora a rotina da cidade e, por conta de sua condição específica de funcionário público, desconhece o cotidiano dos trabalhadores que precisam se deslocar mais cedo para chegar aos seus postos de trabalho.

Tal articulação entre marcações gráficas, discurso indireto livre e oscilação discursiva confere duplo efeito ao enquadramento narrativo, que promove aproximação ao mesmo tempo em que torna evidentes as marcas do afastamento. Contudo, vale ressaltar, juntamente com Schiffner, que os elementos gráficos recorrentes no romance não apontam somente para essa distância entre narrador e personagem analisada nos exemplos acima. “Eles devem ser considerados não apenas como resultado do contraponto entre sujeitos de classes distintas (narrador e personagem), mas conforme os seus usos particulares e como se articulam à totalidade extra e intraliterária.” (SCHIFFNER, 2018, p. 6) Nesse sentido, mais do que representar o abismo de classe que separa as perspectivas em jogo no enquadramento narrativo, as marcações parecem constituir um “recurso artístico que reflete sobre os meandros e as consequências da coisificação do mundo dos arranjos” (SCHIFFNER, 2018, p. 8). Em outras palavras, tanto o particular enquadramento narrativo quanto a recorrência de recursos gráficos, estão, em *Os ratos*, a serviço da mimese de uma dinâmica específica de relações que compõem o universo interno do romance e o processo social nele refratado.

1.3 O(s) arranjei-me(s) de Naziazeno

O capítulo inicial do romance de estreia de Dyonelio Machado apresenta, logo em suas primeiras linhas, o ultimato que o leiteiro dá a Naziazeno. A promessa de corte do fornecimento de leite serve como mote da narrativa e guia as ações do protagonista. A preocupação com a dívida toma o centro das atenções do personagem durante as vinte e quatro horas em que transcorre o relato. Passado o momento de constrangimento em frente a sua casa, nos arrabaldes de Porto Alegre, em situação na qual vizinhos observam, escondidos, o “pega” de Naziazeno com o leiteiro, o protagonista parte em direção ao centro da capital gaúcha, em busca de uma solução para o impasse instaurado pela ameaça do homem do leite.

A primeira ideia do protagonista endividado é solicitar a quantia ao chefe, expediente ao qual já recorrera no passado. Assim, uma vez no centro da cidade, o personagem dirige-se ao seu local de trabalho na busca pelo amparo do diretor. Ficamos conhecendo que Naziazeno é funcionário em uma pequena repartição, atuando como escrivão

O trabalho de Naziazeno é monótono: consiste em copiar num grande livro cheio de "grades" certos papéis, em forma de faturas. É preciso antes submetê-los a uma conferência, ver se as operações de cálculo estão certas. São "notas" de consumo de materiais, há sempre multiplicações e adições a fazer. O serviço, porém, não exige pressa, não necessita "estar em dia". – Naziazeno "leva um atraso" de uns bons dez meses. (MACHADO, 2004, p.32)

Conforme o trecho citado, observa-se que a posição de Naziazeno e sua atuação no ambiente de trabalho são marcadas pela comodidade. Seus deveres não parecem cruciais e o atraso não cria nenhum embaraço para o funcionário. Somando a essa primeira impressão o fato de que, durante as vinte e quatro horas da narrativa, em momento algum o protagonista vai à repartição para efetivamente trabalhar – após a tentativa frustrada de solicitação de empréstimo ao diretor, Naziazeno gastará seu dia “batendo perna” pela cidade, em busca de alguém que alivie sua situação financeira – podemos inferir certa estabilidade do funcionário em seu posto, configuração que caracteriza a relação específica de trabalho na qual se insere o protagonista: “O salário [de Naziazeno] parece quase uma renda, independente do trabalho efetuado na firma, e, pelo contrário, dependente das relações com o diretor da repartição” (VANGELISTA, 2000, p. 155. Grifo nosso.)

Naziazeno goza, aparentemente, de uma certa flexibilidade, que é fruto da relação de apadrinhamento mantida com o diretor da repartição. Seu posto, ao que tudo indica obtido mediante indicação e favor, é sustentado a partir de relações da mesma ordem. No cotidiano atribulado do protagonista, o temor de perder tal colocação não aparece na extensa lista de preocupações do personagem. Além disso, o seu cargo não é a única vantagem que Naziazeno obtém a partir de suas relações sociais. Na busca pelos cinquenta e três mil-réis para saldar a dívida com o leiteiro, o protagonista apela para sua rede de conhecidos, e é efetivamente a partir de tais relações que ele obterá a quantia necessária, já ao final do dia, contando com a ajuda de Duque e Alcides em uma confusa negociação que envolve também Mondina, “conhecido” de Duque.

No conjunto da narrativa, o trânsito de Naziazeno em busca do dinheiro direciona-se sempre para a esfera da pessoalidade. "A sua ideia era sempre uma pessoa: o diretor, o Duque..." (MACHADO, 2004, p. 44) A esperança que o protagonista deposita no Duque, com efeito, mostra-se acertada. É mediante sua intervenção e auxílio que o pobre diabo consegue, ao final do dia, a quantia

necessária para quitar sua dívida. Antes disso, todavia, ao mapearmos o trânsito frenético de Naziazeno em suas idas e vindas na busca pelo dinheiro, podemos remontar uma extensa rede de relações cuja dinâmica pauta-se pela agiotagem e pelo favor. Uma espécie de economia paralela, de ordem informal, que atua como rede de amparo e último recurso aos desesperados ratos endividados.

Após a negativa do diretor, Naziazeno recorre a Alcides, conhecido que encontra pelos cafés do mercado público. Este o instrui a cobrar uma dívida de um sujeito chamado Andradade. Fracassada a tentativa, o protagonista procura Mr. Rees, suposto real devedor, segundo a narrativa de Andrade. Nova frustração, o sujeito estava em viagem. A pretexto de conseguir almoçar, descola cinco mil-réis com Costa Miranda, em encontro fortuito por uma das ruas do centro. O conhecido – sabedor da relação de Naziazeno com Alcides – solicita ao protagonista que ele relembre ao amigo uma dívida que este possui com um agiota, da qual é avalista. A sequência de episódios indica o entrecruzamento das relações entre os pequenos ratos endividados, ressaltando ainda a atmosfera de dependência generalizada, tendo como o logro uma possibilidade sempre visível no horizonte.

Naziazeno resolve não deixar passar aquela oportunidade:

- Você não terá aí uns dez mil-réis que me ceda até amanhã? Ainda não almocei. (Esta última frase fica-lhe retumbando no ouvido. Ele sente um calor em toda a cara.)

O outro nada lhe responde. Tem a fisionomia fechada e contempla-o fixamente.

- Você diga ao Alcides que vá pagar aquela letra do agiota de que sou avalista – observa-lhe, passado um momento. – Não quero meu nome na boca desses sujeitos.

Esses escrúpulos surpreendem Naziazeno, que sabe muito bem quem é o Costa Miranda...

Ainda com a mesma atitude retraída e a cara fechada, mete a mão no bolso da calça, tira a carteira do dinheiro. Abre-a: as notas estão divididas pelos seus valores, em compartimentos especiais. Escolhe uma cédula de cinco mil-réis e passa-a a Naziazeno. (MACHADO, 2004, p. 76)

Diante da necessidade, Naziazeno agarra a oportunidade e pressiona Miranda pelo empréstimo de dez mil-réis. A justificativa “ainda não almocei” constrange o próprio protagonista (em cena futura, esse constrangimento se repetirá). Contrariado, como indicam suas expressões³, Costa Miranda ainda assim

³ Em *O Louco do Cati* encontraremos um episódio bastante semelhante quando Norberto recorre a um conterrâneo em busca de auxílio no Rio de Janeiro. Assim como no trecho de *Os ratos*, há uma ênfase narrativa na postura e expressão do interpelado, apontando para o jogo nuançado dos arranjos na sociabilidade retratada.

cede cinco mil-réis ao pobre diabo. O pedido que faz a Naziazeno revela o intrincado das relações sociais entre os personagens do romance. A justificativa que dá, contraposta a surpresa de Naziazeno com tais “escrúpulos”, compõe uma visão irônica em relação a sua movimentação e a natureza de seus negócios e relações. “Na paranoia das cifras, a sensação de estar sendo enganado é uma constante, e a ameaça vem de todos os lados” (SCHIFFNER, 2018, p. 4).

Em vez de ir almoçar, Naziazeno resolve empregar a quantia obtida junto a Costa Miranda na roleta, buscando na sorte uma solução para seus problemas imediatos. Após consumir diversas horas de seu dia no jogo, como era de se esperar, a tentativa se mostra frustrada. Esgotadas suas primeiras opções (e em face da ausência de Duque, que ainda não havia aparecido pelos cafés do mercado, seu “ambiente de trabalho”) Naziazeno resolve recorrer sozinho a um agiota ao qual já devia uma certa quantia. A cena, além de dramatizar a humilhação sentida pelo protagonista, revela as nuances e sutilezas do jogo de relações que compõem a economia do romance⁴:

- O sr. não imagina o que tem sido ultimamente a minha vida... As dificuldades...
 - Imagino.
 - Hoje, aqui onde me vê – diz-lhe Naziazeno, numa confissão – ainda não almocei.
 - Como?! Não tem o que comer?...
 Um vermelhão cobre a cara de Naziazeno.
 - Não é isso – acrescenta ele, justificando-se: - tive de ficar na cidade... pra conduzir um negócio... Não pude voltar pra casa pra almoçar. (Não diz: - “E não tive dinheiro pra almoçar na cidade”.)
 O outro ouve calado.
 Naziazeno:
 - Não tenho a quem recorrer, e preciso com urgência de... (Vai dizer “cem”, mas detém-se. Acha uma quantia despropositada.) ... de... sessenta mil-réis...
 O indivíduo faz um movimento com a cabeça:
 - Não me é possível.
 Naziazeno torna-se instante:
 - Assino-lhe um vale. Venho pagar no fim do mês.
 O outro repete o movimento da cabeça:
 - Para o senhor não lhe custa – e Naziazeno força um tom de amabilidade – e pra mim é tudo, acredite.
 - Não duvido. Mas me é impossível – martela o indivíduo.
 Naziazeno “faz” o suspicaz:
 - Tem medo que não lhe pague?
 - Não é isso: é que não posso na ocasião. (MACHADO, 2004, p. 95-96)

⁴ Em grande medida, devo tais reflexões feitas sobre esse enunciado do romance ao Prof. Dr. Tiago Lopes Schiffner, que me alertou para o episódio em uma de nossas inúmeras e incansáveis conversas sobre *Os ratos*.

Ao final do trecho, Naziazeno, quase de forma provocativa, ousa apontar o que é o evidente e real motivo da negativa do sujeito a quem solicita o empréstimo: o temor do não pagamento. O protagonista está, pois, sem possibilidade de crédito, uma vez que ainda não pagou o vale que devia ao credor. Todavia, a negativa do sujeito – revestida de uma curiosa e significativa polidez impaciente – indica certo tabu que obsta o tratamento objetivo das transações comerciais a partir das regras do jogo capitalista. Há como que um verniz de pessoalidade sobre as relações, mesmo as que envolvem crédito/ endividamento.

A impressão é de um acordo tácito norteado pelo princípio pétreo da boa vizinhança. Uma harmonia de fachada impera e se evita qualquer tipo de atrito, até mesmo quando não se trata de alguém importante. Essa faceta da sociedade ratifica o tamanho do constrangimento causado pela queixa do leiteiro e do chefe. O descontentamento é dissimulado em respeito à lei da convivência aparentemente tranquila e, por isso, o que se pensa das pessoas é dito em meias palavras. (SCHIFFNER, 2018, p. 10)

Ao final da narrativa, já com Duque comandando as ações, mais alguns agiotas são visitados, apresentando também negativas. Somente após estarem completamente esgotadas essas opções é que Duque acaba elaborando um novo plano, que finalmente proverá a quantia necessitada por Naziazeno a partir de uma complexa negociação que envolve um anel, pertencente a Alcides, e a participação de Mondina, figura que entra efetivamente com o dinheiro necessário.

Formando o trânsito de Naziazeno, há, portanto, ao menos uma dezena de figuras recorridas na busca frenética do protagonista pelos cinquenta e três mil-réis. Para analisar essa rede de relações que compõem o tecido do romance, em especial a que une Naziazeno a Duque, Roberto Vecchi propõe uma retomada dos termos da *cordialidade* sugeridos por Sérgio Buarque de Holanda como chave de análise para um comportamento nacional:

“Se analisarmos as relações sociais que plasmam a figura de Naziazeno, percebemos que elas não se compreenderiam fora do pacto entre homens cordiais. [...] Uma relação significativa, nesse sentido, é que o une ao Duque, figura superior, o ‘corretor da miséria’”. (VECCHI, 2000, p. 101)

Ainda segundo Vecchi:

O errar de Naziazeno, no fundo, é um movimento complexo, à borda da alienação, sendo e não sendo ao mesmo tempo, pela particularidade das

relações sociais em que atua e de que é circundado: por isso a solução do problema que o aflige não vem do trabalho, mas vem da cordialidade do Duque, como já veio no passado da cordialidade do diretor, ou como poderia vir do acaso da sorte no jogo. O que se descortina, enfim, é que a aparência de uma sociedade capitalista, moderna e alienante, gira um pouco em falso no quadro da variante moderna brasileira e portanto seria parcial recorrer a ela para dar sentido à errância de Naziazeno (VECCHI, 2000, p. 88)

O ordenado de Naziazeno é insuficiente para cobrir seus gastos, dificultando inclusive a aquisição de itens básicos, como o leite necessário para seu filho. Diante de tais dificuldades, o protagonista apela para outros meios e, após diversas idas e vindas, finalmente consegue a quantia necessária. Como observou Roberto Vecchi, o alívio momentâneo da penúria é obtido por Naziazeno em uma esfera estranha ao universo do trabalho. O dinheiro surge a partir de uma obscura transação, provavelmente um golpe que o trio de amigos aplica em cima do Dr. Mondina. Faz-se pertinente, contudo, discriminar melhor as esferas alheias ao mundo do trabalho nas quais Naziazeno atua. Para Vecchi, a cordialidade do diretor, a cordialidade de Duque e mesmo o eventual “acaso da sorte no jogo” estariam em grau de igualdade no trânsito do protagonista: são possibilidades as quais ele recorre, em oposição ao universo do trabalho formal. Mas podemos pensar na particularidade de cada um desses recursos. A busca de um lance de sorte em um jogo de azar soa como um ato de desespero de alguém que não encontra muitas saídas formais para a sua condição financeira e, nesse sentido, interessa menos para esta análise. A diferença entre a cordialidade do diretor e a de Duque, por sua vez, pode ajudar a ilustrar a condição específica do pobre diabo Naziazeno em suas andanças pela incipientemente moderna Porto Alegre dos anos 30.

O diretor, além de já ter emprestado dinheiro para o protagonista em outra ocasião, também o mantém empregado em seu cargo. Já a dinâmica que envolve Duque e Naziazeno é distante daquela que conta com o favor de um proprietário bem estabelecido em troca de prestígio social. Duque é uma espécie de malandro - no sentido em que suas ações beiram a ilegalidade - do qual até mesmo Naziazeno, em alguns momentos, parece querer se distanciar. [...] Há, portanto, dois tipos de favor pautando as relações do romance. Aquele entre alguém da elite e um dependente, por um lado, e aquele que envolve os pobres-diabos, que contam com a solidariedade para arranjar algum dinheiro, por outro. (ARAÚJO e REIS, 2016, p. 47-48)

A cordialidade ou favor do Diretor e de Duque são de ordens diferentes. O primeiro é um funcionário bem estabelecido. Sua atuação diante de Naziazeno carrega a marca da arbitrariedade das elites brasileiras, com seu conjunto de valores

forjados na sociedade escravista, em que os homens livres e pobres dependiam da proteção dos proprietários. Proteção essa que eles poderiam fornecer em troca de prestígio social, como um bom patriarca escravista, ou podiam arbitrariamente negar, como um indivíduo autônomo moderno.

Como o essencial do serviço era feito por escravos, o mercado de trabalho era incipiente, obrigando os homens pobres a buscar a proteção de um proprietário para tocar a vida. O proprietário, por seu lado, ficava à vontade para favorecê-los, como um senhor personalista, à antiga, a que é devida gratidão, ou para desconhecê-los, como um cidadão moderno, que não está nem aí, ou melhor, que não deve nada a ninguém. Essa assimetria vertiginosa entre as classes, em que, dependendo do capricho dos ricos, os pobres podiam ser favorecidos ou resvalar para o nada, de fato tornava a relação de favor iníqua. (SCHWARZ, 2012, p. 176)

É possível identificar, pois, na dinâmica d'Os *ratos*, uma continuidade dessa ordem de relações. A modernidade que se apresenta no romance não é capaz de cumprir suas promessas de inclusão no mercado formal de trabalho. Mesmo este aparece articulado a uma economia informal, na qual permanecem vivos modelos de relação forjados na sociedade escravista. Essa dualidade de comportanto, mapeada por Schwarz, parece compor e caracterizar, em alguma medida, a relação do Diretor com Naziazeno.

Já a condição de Duque, por sua vez, difere da do chefe do protagonista. Desde o começo de sua jornada Naziazeno titubeia em relação à possibilidade de ser ajudado pelo Diretor (o próprio Alcides, inclusive, o aconselha a abandonar essa ideia) e, no entanto, sabe que no momento em que encontrar Duque, terá um aliado que não descansará antes de obter a quantia necessária.

O *seu* plano sempre é simples: é o recurso amigo, a solidariedade. Quem não o compreenderia?... Inegável, essa superioridade do Duque: o Duque é o agente, o corretor da miséria conduz o *negócio* serenamente. Tem a propriedade de despersonalizar *a coisa*. Depois de pouco tempo, toda a sua vida – Naziazeno reconhece – está devassada: a doença, a mulher, o filho. Com Duque não. Ele olha muito, ouve muito, aparece muito, mas só diz uma ou outra coisa, só o necessário e o *viável*. (MACHADO, 2004, p. 26. Grifos do autor.)

Ao comparar seu universo ao de Duque, Naziazeno admira as habilidades do amigo, sua técnica para “conduzir o negócio serenamente”, admitindo não dispor da mesma articulação nessas situações. O protagonista reconhece mesmo um método na postura do prestativo aliado, o que o faz creditar grandes esperanças em sua atuação:

Já sabe a pergunta que o Duque vai dirigir-lhe, a primeira: se não tem nada para empenharem. É por onde o Duque começa. Depois, pouco a pouco, o seu plano vai tomando corpo, tomando vulto, até que chega a um resultado. – Ele deposita muita esperança no Duque, mesmo muita!... (MACHADO, 2004, p. 36)

Duque transita habilmente por entre os cafés do centro de Porto Alegre. Está sempre antenado e consegue realizar “bons negócios” a partir das mais diversas situações. Naziazeno, por sua vez, não domina esse universo e tal afastamento o faz também oscilar em sua admiração aos atributos do amigo, ora enxergando com certo desdém a posição social de Duque, que precisa “cavar” seu sustento

Naziazeno tem medo que lhe *leiam* na cara essa *compreensão* de tudo, essa inteligência das coisas, miserável e aviltante, que tem, por exemplo, o Duque. (MACHADO, 2004, p.16)
O Duque... Sim: o Duque, por exemplo, um batalhador. Tem a experiência... da miséria. Não recomenda a sua companhia (e o próprio Duque o sabe). (MACHADO, 2004, p. 24)

Ora invejando a perspicácia do “corretor da miséria” e sua astúcia para obter recursos em situações de aperto – astúcia essa que Naziazeno reconhece não possuir ele mesmo, como no trecho a seguir:

[...] um jornal é útil, numa “situação dessas”. É pelo menos o que pensa o Duque, que sempre percorre certos anúncios de jornal... Mas não, ele não saberia tirar coisa nenhuma do jornal. (MACHADO, 2004, p. 26)

Ou também nesse outro momento de comparação entre suas possibilidades e a capacidade de improviso do aliado:

Duque procederia doutro modo: cavar. É o que ele não sabe fazer. Parece-lhe mais digno pedir, exhibir uma pobreza honesta, sem expedientes, sem estratagemas. Entretanto, quando reflete no *trabalho* do Duque, acha-o superior, superior sobretudo como esforço, como combate. (MACHADO, 2004, p. 35)

Na condição de funcionário público – posto, aliás, obtido graças ao compadrio do Diretor, conforme visto – Naziazeno possui um ordenado que independe do seu trabalho na repartição, afinal de contas, sua permanência no cargo está mais vinculada as suas relações com o diretor do que com o seu descuidado desempenho como funcionário. Sua renda como escriturário, contudo, não é suficiente para o sustento seu e de sua família. Por conta disso, Naziazeno precisa contar com a solidariedade de Duque, cujo *trabalho* (o itálico parece reforçar a

obscuridade de suas negociações) não deixa de ser visto com certo desdém pelo protagonista, inserido prioritariamente em outra ordem de relações.

[...] a trama da narrativa traz à tona uma rede de economia informal especificamente urbana. Nela circulam indivíduos mais ou menos marginais ao mercado formal de trabalho, que vivem exclusiva ou acessoriamente do trabalho ocasional, de biscates, comissões, arranjos, negociatas, rolos, enfim, de “negócios”. (SCHPUN, 2000, p. 117)

Duque parece atuar quase que exclusivamente nessa rede de economia informal e, por conta disso, conhece seus meandros. Naziazeno pertence a outra esfera, formal, ainda que com suas particularidades personalistas, conforme observamos a respeito do vínculo que o liga ao funcionalismo público e à figura do diretor. Como seu ordenado é insuficiente, Naziazeno escorrega recorrentemente para a economia informal, esfera na qual conta com a ajuda de amigos como Duque e Alcides.

Distinguem-se, entre as personagens, aquelas que trabalham segundo horários fixos em repartições, escritórios, casas de comércio mais ou menos prestigiosas (desde casas de hipoteca até joalherias), etc, e, paralelamente, aquelas que tentam utilizar esse circuito sem por isso participar dele inteiramente. Existem também, como é o caso do protagonista, aquelas personagens para as quais o primeiro circuito não é suficiente, e que pertencem aos dois simultaneamente, num equilíbrio frágil e instável. Nesse caso específico, um paradoxo existe, que mostra o caráter indissociável dos dois circuitos retratados: se, por um lado, Naziazeno não consegue garantir estabilidade financeira somente com o que recebe enquanto funcionário público, isso se dá pelo seu envolvimento profundo com o circuito, digamos, “marginal” da cidade, em especial as casas de jogo. Inversamente, ele envolve-se de forma incompleta nesse segundo circuito, não conseguindo viver unicamente das possibilidades aí abertas. (SCHPUN, 2000, p. 128-129)

A evidente instabilidade de Naziazeno decorreria, portanto, dessa peculiar condição social do protagonista. Dependente simultaneamente de uma esfera de economia formal e de outra informal – ambas perpassadas por personalismo e cordialidade – o protagonista transita precariamente entre uma e outra, obtendo a muito custo o valor necessário para pagar o leiteiro, apenas uma das dívidas que se acumulam no cotidiano do empobrecido funcionário. Assim, parecem existir dois tipos de favor compondo a economia do romance. Aquele entre alguém da elite e um desvalido – como é o caso da relação de Naziazeno e diretor - e outro, vinculado à economia informal, onde atuam os pobres ratos, que contam com uma espécie de

“solidariedade” para “cavar” algum dinheiro em uma dinâmica apossada onde o eventual auxílio mútuo frequentemente descamba para o logro e a enganação.

1.4 Ordem e desordem em *Os ratos*

No ensaio clássico *Dialética da malandragem* Antonio Candido requalifica a leitura de *Memórias de um sargento de milícias* mediante a mobilização de um poderoso achado crítico que, além de redimensionar a importância da obra de Manuel Antônio de Almeida, fundamenta uma genealogia dentro da Literatura Brasileira a partir da ideia de malandragem. O mapeamento de trecho empreendido pelo crítico aponta que a força realista das *Memórias* estaria não na descrição dos costumes de época (que, contudo também compõe a narrativa) e sim na formalização de uma dinâmica profunda – intuída - do processo histórico brasileiro. A dialética entre ordem e desordem, observada como princípio estrutural do romance de Almeida, corresponderia, em alguma medida, ao trânsito historicamente condicionado de uma camada específica da população brasileira – a saber, os homens livres e pobres - durante a primeira metade do século XIX.

a sociedade que formiga nas *Memórias* é sugestiva, não tanto por causa das descrições de festejos ou indicações de usos e lugares; mas porque manifesta num plano mais fundo e eficiente o referido jogo dialético da ordem e da desordem, funcionando como correlativo do que se manifestava na sociedade daquele tempo. Ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados de uma desordem vivaz, que antepunha vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia. Sociedade na qual uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo. Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando. Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que afinal possamos dizer o que é um e o que é outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX (CANDIDO, 2010, p. 38-39).

Ao ajustar o foco para essas “camadas médias” da população, Almeida teria logrado compor um romance isento da ideologia das classes dominantes. No seu lugar, estaria um estilo coloquial e o tom ameno de um narrador que supostamente não emite juízo de valor em relação às transgressões narradas. A interpenetração

contínua entre ordem e desordem figuraria no romance a serviço da composição de um mundo sem culpa, cuja sociabilidade mais tolerante, além de representativa de um traço cultural nacional, poderia funcionar, eventualmente, como uma resposta aos dogmatismos ocidentais. Para Candido, a *malandragem* nutre-se de irreverência e amoralidade.

Ela amaina as quinas e dá lugar a toda sorte de acomodações (ou negações), que por vezes nos fazem parecer inferiores ante uma visão estupidamente nutrida de valores puritanos, como a das sociedades capitalistas; mas que facilitará nossa inserção em um mundo eventualmente mais aberto (CANDIDO, 2010, p. 46)

Assim, à maneira de Oswald de Andrade, o que Candido parece enxergar aqui é a possibilidade da transformação de um prejuízo histórico em uma vantagem nacional, na eventualidade do surgimento de um novo modo de vida, pós-capitalista. Consequência da escravidão e da não completude das relações capitalistas, a escassez de trabalho formal para os homens e mulheres livres e pobres forjou no Brasil uma sociabilidade mais flexível em relação às normas do centro do sistema. Premido pela situação adversa, esse setor da sociedade transita entre o lícito e o ilícito, regido por um universo de valores mais elástico e, supostamente, de matriz popular. Roberto Schwarz chama a atenção, com curiosidade, para o desfecho interpretativo do ensaio de Candido

A. identifica a dialética de ordem e desordem como um modo de ser popular. Mais adiante ele a generaliza para o país, sublinha os inconvenientes de racismo e fanatismo religioso que ela nos poupou, e especula sobre as suas afinidades com uma ordem mundial mais favorável, que pelo contexto seria pós-burguesa. Assim, a matriz de alguns dos melhores aspectos da sociabilidade desenvolvida pelos homens pobres, à qual o futuro talvez reserve uma oportunidade. Noutras palavras, além de a identificar e valorizar, o A. a traz ao âmbito das grandes opções da história contemporânea (com horizonte diferente, a mesma simpatia social se encontra em seus belos estudos sobre a cultura caipira). Eis aí a posição, e por que não dizer, a originalidade deste ensaio. (SCHWARZ, 1989, p. 139)

Admitindo prós e contras nesse comportamento das classes intermediárias (erigido, pela leitura de Candido, a modo de ser nacional, conforme argumenta Schwarz), a simpatia do crítico ao mundo popular o leva a positivar a malandragem, saudando a vista grossa do narrador das *Memórias* ao trânsito das personagens narradas por entre a esfera da ilegalidade e da desordem. Em comparação ao moralismo burguês das classes dominantes, visível em escritores como Alencar ou Macedo, ou ao puritanismo da sociedade americana, o crítico celebra o tom ameno

e a permeabilidade da sociedade palpitante nas páginas de Almeida. Schwarz, contudo, contraria, em alguma medida, seu mestre, e insiste em um lado nefasto da anomia presente na dialética ordem *versus* desordem:

o ensaio foi publicado em 1970, e a sua redação possivelmente caia entre 1964 e o AI-5. Neste caso, a reivindicação de dialética da malandragem contra o espírito do capitalismo talvez seja uma resposta à brutal modernização que estava em curso. Entretanto, a repressão desencadeada a partir de 1969 - com seus interesses clandestinos em faixa própria, sem definição de responsabilidades, e sempre a bem daquela mesma modernização - não participava ela também da dialética de ordem e desordem? É talvez um argumento indicando que só no plano dos traços culturais malandragem e capitalismo se opõem... (SCHWARZ, 1989, p. 142)

O crítico enxerga o banditismo de estado encarnado na repressão e tortura também como um exemplo da anomia brasileira, desordem mobilizada a serviço de uma suposta ordem modernizadora. Parece estar sugerido nesse apontamento a não exclusividade da malandragem como comportamento popular, de resistência a uma situação histórica adversa. Francisco de Oliveira segue, em certo sentido, a mesma linha de raciocínio:

No Brasil, a classe dominante burlou de maneira permanente e recorrente as leis vigentes, sacadas a fórceps de outros quadros históricos. O drible constante nas soluções formais propicia a arrancada rumo à informalidade generalizada. E se transforma, ao longo da perpétua formação e deformação nacionais, em predicado dos dominados. (OLIVEIRA, 2012)

A hipótese de Francisco de Oliveira, para quem “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas” (OLIVEIRA, 2012), faz coro à objeção de Schwarz em relação ao caráter popular que Antonio Candido enxerga na dialética da ordem e desordem. Se no século XIX a vertiginosa assimetria entre classes forjada pela escravidão forçava os homens livres e pobres a movimentarem-se fora da esfera da ordem, da qual, contudo, também dependiam, as elites, por sua vez, atuavam a partir de posição ambígua no cenário internacional, congregando um liberalismo de fachada com escravidão e personalismo.

Ao enxergarmos a malandragem como um comportamento não exclusivo das classes populares, iluminamos alguns outros aspectos que fugiram ao campo de visão de Candido que, ainda segundo Francisco de Oliveira,

respeita tanto o brasileiro pobre que aborda as figuras populares com uma reverência quase mística. Para ele, nossa sociedade é tão obscenamente desigual que qualquer crítica às classes dominadas não passa de preconceito – mais um – dos ricos (OLIVEIRA, 2012).

Essa desnaturalização da visão positiva que Antonio Candido constrói sobre a malandragem parece compor, também, o movimento crítico empreendido por Edu Ostuka, que propõe uma observação das inúmeras disputas e rixas existentes nas *Memórias*. Seu achado crítico expõe uma “dimensão sombria” da malandragem, não assinalada por Candido:

a multiplicação das rixas entre os pobres apenas reafirma as distinções e o desrespeito pelos demais, já que as vantagens alcançadas nesses conflitos pressupõem a manutenção das iniquidades, e não a sua dissolução. Nesse sentido, o eventual triunfo (pessoal) do pobre não deixa de ser também o seu fracasso (no plano coletivo), pois a luta pela sobrevivência acaba por contribuir para a reprodução da ordem social que o oprime. Assim, a rixa revela na malandragem a sua dimensão sombria. (OTSUKA, 2007, p. 122)

O que figurava para o autor da *Dialética da malandragem* como resistência popular e possível resposta original da periferia para impasses do capitalismo mundial é lido por Ostuka como falsa consciência. Tomando o exemplo de Ostuka, parece-nos plausível ampliar o olhar sobre o trânsito entre ordem e desordem (tomado aqui tanto quanto dado da realidade como dinâmica de entrecho) salientando também seus aspectos negativos. Nesse sentido, propõe-se aqui ampliar a genealogia malandra indicada por Candido, incluindo nela romances nos quais a flutuação entre ordem e desordem não vem acompanhada de um olhar ameno e condescendente do narrador, como é o caso de *Os ratos*.

O já mapeado trânsito do protagonista do romance de Dyonelio entre esferas de economia formal e informal parece remontar, em outra condição, o percurso entre ordem e desordem apontado por Candido como estruturante da narrativa de Almeida. Mas seria esse trânsito entre esferas econômicas distintas (embora dependentes) o suficiente para classificar Naziazeno como um personagem malandro? É notório que o protagonista de *Os ratos* está distante do malandro dos sambas cariocas. Contudo, a comparação (e mesmo eventual oposição) rende algum esclarecimento sobre a condição do endividado personagem e sua rede de relações.

[...] o próprio malandro é um ser da fronteira, da margem. Seus domínios geográficos não são nem o morro nem os bairros de classe média, mas os lugares de passagem, como a Lapa e o Estácio. Ele não se pode classificar nem como operário bem comportado, nem como criminoso comum: não é honesto, mas também não é ladrão, é malandro. Sua mobilidade é

permanente, dela depende para escapar, ainda que passageiramente às pressões do sistema. (MATOS, 1982, p. 54)

Trocando-se a Lapa e o Estácio pelos cafés do mercado público, no centro do Porto Alegre, não é difícil encaixar Naziazeno e Duque em aspectos da definição proposta por Matos. O protagonista de *Os ratos* mora em um bairro afastado e tem o centro de Porto Alegre como local de trabalho e de passagem, lugar onde pode encontrar eventualmente Duque, que ali atua em sua batalha diária, promovendo e participando de obscuras transações, como a que envolve o anel de Alcides, providencial para solucionar o problema imediato de Naziazeno. A negociação envolvendo o Dr. Mondina é complexa, e há algumas indicações textuais de que se trata de um golpe. Honesto, portanto, não seria um adjetivo cabível facilmente para o “corretor da miséria”, embora seja possível considerar certa inocência de Naziazeno, que acompanha a negociação com alguma curiosidade ingênua, consumido pelo cansaço do dia e apegado àquela que aparenta ser sua última esperança. Ainda assim, as figuras que circundam Naziazeno não são propriamente ladrões. Ao contrário, surpreende no enredo de *Os ratos* uma ausência de criminalidade evidente, que permite, inclusive, que seu protagonista deixe o dinheiro à disposição do leiteiro e vá se recolher (ainda que o devaneio sobre os ratos estarem roendo a quantia atue como metonímia da disposição trapaceira e voraz da disputa por migalhas na dialética encalacrada entre economia formal e informal na sociabilidade do romance).

Por outro lado, Duque é um “batalhador”, na visão de Naziazeno. Figura assídua dos cafés do Mercado Público, trata-se de um personagem que corre diariamente atrás do sustento, dominando os meandros e as nuances de uma complexa rede de relações sociais pautadas pela informalidade e pelo personalismo. Naziazeno, um tanto mais alheio a essa rede, precariamente agoniza para manter sua condição de “não trabalho”, seu ócio na repartição. O trânsito entre ordem e desordem dos personagens de *Os ratos* aponta para uma condição muito específica de *malandragem* – se é que a podemos chamar assim - na qual a ênfase do foco narrativo não recai sobre os aspectos amenos do drible empreendido na rigidez das estruturas sociais dominadas pelo capital e sua ordem de relações. Ao contrário, a opacidade interpretativa resultante da ausência de comentários peremptórios do narrador parece ressaltar a fragilidade da condição desses personagens desvalidos

(em especial Naziazeno), que sobrevivem precariamente e parecem, frequentemente, estarem a ponto de escorregar para o lumpesinato.

Esquematisando, temos Duque e Alcides, à margem da economia formal, sobrevivendo a partir de pequenos expedientes “cavados” no centro da cidade, eventualmente beirando ou rompendo a linha da ilegalidade. Ligado a essas duas figuras, Naziazeno, funcionário público, atrasado em suas funções, com posto obtido mediante compadrio do diretor. O personagem depende, para sobreviver, tanto do seu emprego formal quanto da “solidariedade” de Duque e Alcides. Forma-se assim um elo entre indivíduos que atuam nas margens do sistema, equilibrando-se precariamente em uma economia modernizada não uniformemente, e que não cumpre suas promessas de inclusão:

em *Os ratos* revela-se a jornada em zigue-zague de Naziazeno, anti-herói encarnando uma das figuras mais patéticas do sujeito monetário sem dinheiro, na expressão de Robert Kurz. Dyonelio capta aqui a dinâmica circular e estagnada das relações de arranjo e favor submetidas à escassez dos que mal estão incluídos no mercado; são os homens supérfluos em uma modernização excludente que não consegue manter a promessa do consumo a não ser em um patamar irrisório. (ARAÚJO e REIS, 2016, p. 51)

O trânsito entre ordem e desordem de Naziazeno é constrito. A precária estabilidade do protagonista na repartição pública é complementada por uma peculiar sociabilidade que o liga a figuras como Duque e Alcides. Ainda que a atuação destes personagens ajude Naziazeno a obter a quantia devida ao leiteiro, torna-se evidente ao longo da narrativa a debilidade da situação do empobrecido protagonista. Além de outras dívidas que pipocam aqui e ali, o percurso do personagem evidencia que sua posição de relativo equilíbrio está cada vez mais deteriorada: se ainda é possível para Naziazeno permanecer alheio ao mundo do biscate, sobrevivendo em parte de sua colocação no funcionalismo público, em parte graças ao apoio e auxílio de Duque e demais figuras, o percurso frenético e desolador das vinte quatro horas narradas em *Os ratos* revela que esta estabilidade está em cheque. Naziazeno está cada vez mais espremido em direção ao mundo rebaixado e obscuro de Duque, universo o qual o protagonista admite olhar com desdém e no qual assumidamente não sabe atuar.

Se, nas *Memórias*, Leonardinho circula amenamente entre ordem e desordem sem julgamento de valor por parte do narrador e sem ameaça real de rebaixamento social, na Porto Alegre dos anos 30 figurada em *Os ratos*, Naziazeno transita

desequilibradamente entre formalidade e a informalidade, acossado por dívidas e pelo temor da degradação de sua condição social, que pode vir tanto pela ruptura com a esfera da ordem (na qual depende de compadrio do diretor), quanto pela impossibilidade de contar com o apoio de sua rede informal de relações sociais, precarizada pela competição disseminada pelo avanço da modernização e da forma mercadoria sobre essas esferas informais.

Se no século XIX brasileiro o favor, o compadrio e o clientelismo podiam permitir a sobrevivência, inclusive mediante zonas de convivência onde era possível a reprodução de setores da sociedade fora do domínio do mercado, as primeiras décadas do século XX registram a expansão do domínio do capital, que agora imprime ao clientelismo e ao favor entre os desvalidos a disposição calculista e interesseira de quem está sempre a ponto de lograr ou ser logrado. Uma espécie de dependência mútua que está sob contínua ameaça de denúncia de calote. O lado mais simpático da dependência, que permitia o arranjo e alguma cordialidade, parece ter degradingolado, entre os pobres, em solidariedade interesseira premida pelo endividamento e pela mais elementar carência material. (ARAÚJO e REIS, 2016, p. 51)

Daí a ausência, no romance, do bom humor zombeteiro identificado por Antonio Candido nas *Memórias*. O olhar que o narrador de Dyonelio lança para o mundo de Naziazeno é extremamente deceptivo. A opacidade narrativa dessa voz que se furta a emitir comentários e estabelecer projeções sobre os acontecimentos narrados – mostrando o mundo a partir de uma perspectiva muito aproximada à visão de seu protagonista – bloqueia os horizontes ao leitor, emoldurando a trajetória do desvalido Naziazeno em uma espécie de círculo degradante e sem saída. Em *Os ratos* estamos, portanto, muito longe tanto do humor típico do período joanino quanto da transgressividade a-histórica do trickster, a despeito de eventual simpatia que Duque possa despertar.

Em sentido contrário ao das *Memórias*, o trânsito entre ordem e desordem presente n'Os *ratos* rende apenas alívio momentâneo ao endividado Naziazeno e traz à tona a situação delicada na qual se encontra o protagonista. Ao mesmo tempo, também demonstra uma dinâmica informal permeada por certa competitividade entre os desvalidos, que premidos pela necessidade, estão sempre dispostos ao logro e à trapaça. Inserido em tal dinâmica, o protagonista mostra-se distante de qualquer possibilidade de tomada de consciência em relação a sua condição de classe. O impasse de Naziazeno é reforçado pelo enquadramento narrativo ao qual está submetido, que esmiuça as nuances de uma sociabilidade na

qual o protagonista é peça supérflua e disputa as migalhas em jogo de aliança e logro com os outros excluídos que compartilham a sua situação.

o debate sobre a consciência não é individualizado (Naziazeno tem ou não tem ciência da sua situação?), mas sim de classe: quais são as chances de um grupo como o dele conseguir entender a dinâmica das suas desgraças vivendo todo dia no fio da navalha? (SCHIFFNER, 2018, p.8)

Nessa atmosfera, enfatizada pela peculiaridade do enquadramento narrativo, que capta as nuances da sociabilidade marcada pelo trânsito precário entre esferas da ordem e desordem, o sonho ameno e permissivo da malandragem metamorfoseia-se em uma espécie de pesadelo angustiante e sem saída.

2 ARRANJOS E FUGAS SOB ESTADO DE SÍTIO EM *O LOUCO DO CATI*

Neste segundo capítulo, debate-se o romance *O Louco do Cati*, que abre a *Tetralogia da perseguição e opressão*, conjunto de quatro narrativas que tematizam a repressão de Estado durante o período varguista. Do mesmo modo que no capítulo anterior, o enquadramento narrativo ao qual os personagens estão subordinados serve de chave de entrada para as análises empreendidas. Por conta das peculiaridades narrativas encontradas nesta obra – especialmente na relação entre narrador e protagonista – opta-se por uma paráfrase minuciosa dos acontecimentos do romance. Acreditamos que tal procedimento revela aspectos relevantes da configuração narrativa e do trânsito dos principais personagens. Busca-se também, nesta análise, mapear a relevância de personagens secundários na trama exposta – especialmente Norberto, cuja importância é subestimada na maioria dos estudos já empreendidos sobre a obra. O estudo dessas trajetórias espera-se revelador de aspectos marcantes do período retratado por Dyonelio e da formatação específica empreendida pelo autor na sua formalização estética de tais acontecimentos.

2.1 Viagem, prisão e retorno: a trajetória do Louco

Em 1942 é publicado o segundo romance de Dyonelio Machado, *O Louco do Cati*. A narrativa inaugura uma série que será completada por mais três obras: *Desolação (1944)*, *Passos Perdidos (1946)* e *Nuanças (1981)*. As quatro narrativas tematizam, cada qual a seu modo, experiências de perseguição e prisão. Na ocasião, o autor já havia sido preso pela ditadura getulista. Em liberdade desde 1937 – embora ainda receoso de um novo encarceramento – Dyonelio, a partir 1941, data de escrita de *O Louco do Cati*, passa a transformar sua vivência em matéria prima de sua escrita, incorporando em sua ficção a repressão política e o trauma do cárcere.

De produção conturbada – Dyonelio encontrava-se doente na época – a narrativa teria sido ditada por ele a alguns familiares e amigos, conforme comenta o próprio autor:

O Louco do Cati foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. Eu já tinha tido um colapso periférico e ouvido o grito da minha mulher, que era igual ao grito das mulheres cujos maridos estavam morrendo, e eu como médico sabia disso. Eu reagi contra a morte. O Louco do Cati tem muito da experiência da prisão... Se tem, se tem... Utilizei minhas vivências neste período (preso político de 1935 a 1937, abalado da prisão e escrevi o romance em 1941) não com um caráter memorialista, mas colo elemento para a ficção. [...] Escrevi-o na cama... ditando para minha senhora... para minha filha... brincando com o lápis... Depois, os amigos iam datilografando... Lila Ripoll um pouco, Cyro Martins outro tanto... E aí está. (MACHADO, 1995, p.28-29)

O enredo do romance nos apresenta, logo no primeiro capítulo⁵, à figura de um sujeito misterioso e não nomeado que, neste momento inicial, concentra as ações da narrativa, embora sem pronunciar uma única palavra. No capítulo seguinte, nos quais surgem alguns outros personagens, tomamos conhecimento de que esse sujeito é tido por todos como um louco. É também nesses capítulos iniciais que somos apresentados a Norberto, rapaz ruivo, que “comanda” um grupo de jovens ao qual o sujeito louco acaba se incorporando. Compõe ainda o conjunto outros três rapazes: Maneco Manivela, mecânico cuja apresentação ocorre no terceiro capítulo, e outros dois jovens nomeados mais tardiamente no romance: Leo e Luís. O primeiro deles é um mecânico, colega de Manivela; o outro é dono de um bar em Porto Alegre em sociedade com seu irmão, que não pertence ao grupo de viajantes. Vale ressaltar desde já que nos três romances seguintes de Dyonelio, o mecânico Maneco Manivela (de registro Martiminiano da Rocha, como viremos a saber apenas no quarto romance, *Nuanças*) será o protagonista.

Também logo no início da narrativa descobrimos que o grupo ao qual o Louco se incorporou planeja uma viagem para o litoral, “uma viagem de prazer” (MACHADO, 2003, p. 18), como a caracterizou Norberto, junto com o narrador. O veículo que os conduzirá é um pequeno caminhão Ford, apelidado de *Borboleta* por conta de uma insígnia no formato do animal que o antigo dono havia mandado colocar no capô. Maneco pega de “empréstimo” o caminhão que pertence, na verdade, a Antônio Vitorino, cliente na oficina em que o rapaz trabalha. O Louco se junta ao grupo no momento em que os rapazes discutiam os últimos preparativos do passeio. É por iniciativa de Norberto que o sujeito acaba embarcando na viagem:

- Esse sujeito é meio louco.

⁵ O romance é composto por 72 capítulos divididos em cinco partes. São elas: A excursão; No escuro; Gente Vivendo; De volta e Tudo é novo.

E se não o era, possuía todo o jeito. Mas isso não tinha importância. Era tocar pra frente. – E Norberto (o rapaz ruivo) apressou os companheiros, de maneira a que pudessem largar o quanto antes.

O indivíduo havia-se incorporado ao grupo.

- Mas ele só o que vai é nos dar despesa – insistia o amigo, aquele com quem ainda há pouco conversava, abancado lá dentro do armazém.

Na verdade, sem recursos (e o homem parecia não ter recursos) representava um peso morto.

- Empenha-se o chapéu dele – concluiu Norberto, depois de uma reflexão.

Era esse pois um ponto resolvido. (MACHADO, 2003, p. 17)

Retomados esses acontecimentos iniciais da narrativa, vale agora afastarmos o foco para melhor compreendermos a viagem que se principiava a partir desses primeiros momentos, e cujos desdobramentos compõem não só o restante do enredo de *O Louco do Cati*, mas também o universo narrativo dos próximos três romances que formam a *Tetralogia da Perseguição e Opressão*. É importante notar que uma parcela das ações narradas na primeira parte de *O Louco do Cati* sobrepõe-se temporalmente às ações do enredo de *Desolação*. Para melhor visualização dos fatos, elaboramos uma tabela que se encontra ao final deste capítulo (ver item 2.7: Quadro comparativo de datas *O Louco do Cati* x *Desolação*).

Empreenderemos, agora, uma retomada dos principais acontecimentos da narrativa com o objetivo de mapear a trajetória dos principais personagens, associando-as às datas e aos locais dos acontecimentos centrais do romance (o percurso geográfico do Louco, tanto na viagem de ida quanto na de retorno, pode ser observado no anexo I desta dissertação, em mapa elaborado pelo próprio autor). Juntamente com o quadro comparativo, o objetivo desta descrição é a obtenção de maior clareza a respeito do percurso desenvolvido em *O Louco do Cati* e complementado em *Desolação*, uma vez que o próprio caráter fragmentário do texto dyoneliano e o enquadramento narrativo peculiar proposto por seu narrador dificultam uma visão transparente a respeito dos fatos narrados, conforme comenta Ana Paula Pacheco:

A paráfrase trai a experiência de leitura deste livro porque tenta recuperar a coesão do enredo, que entretanto é fragmentário e lacunar. Pois se há fatos sendo narrados – o passeio impedido por sucessivos problemas práticos; o controle policial; as detenções arbitrárias; a estadia no Rio de Janeiro; a viagem de volta, trecho por trecho, sob novas dificuldades –, há no enredo um aspecto difuso, contrário à síntese e à conjunção entre letra e sentido. (PACHECO, 2010, p.2-3)

Diante desse quadro, as leituras críticas da obra tenderam a identificar e caracterizar tais aspectos, escusando-se da tarefa de desembaralhar o emaranhado narrativo de Dyonelio. O esforço aqui empreendido para desemaranhar o novelo estruturante da narrativa caminha, portanto, numa tentativa de obter maior clareza a respeito da composição da obra, ampliando as possibilidades interpretativas. Vale ressaltar, também, que o já referido entrecruzamento temporal entre o enredo de *O Louco do Cati* e o de *Desolação* também contribui para certa dificuldade de compreensão dos acontecimentos narrados. A opacidade gerada por essa construção narrativa - dado formal das obras - demanda da crítica o estabelecimento de alguma ordenação para a elaboração de uma leitura mais qualificada.

O Louco encontra o grupo de rapazes liderado por Norberto em uma sexta-feira, dia 13 de dezembro de 1935⁶, data que marca a saída do grupo de Porto Alegre em direção ao litoral gaúcho. Ao final deste mesmo dia, chegam a Palmares, onde decidem pernoitar estacionados em frente a uma pousada (o grupo acaba jantando no estabelecimento). No dia seguinte, 14 de dezembro, os rapazes acordam assustados com um surto do sujeito louco, o primeiro de muitos episódios narrados em que o Louco crê estar sendo levado para o quartel do Cati – local que simboliza seu trauma de infância. Com a fuga do Louco, a retomada da viagem atrasa e é apenas ao entardecer daquele sábado que os rapazes chegam ao rancho de um praieiro, localizado próximo a Quintão. Neste rancho, os viajantes estacionam o veículo para embarcar em uma carroça que os leva através dos cômodos até a praia (apenas Maneco Manivela não embarca no transporte, decidindo atravessar as dunas a pé). No dia 15, após um banho de mar pela manhã, o grupo passa a discutir seu retorno. Neste momento (capítulo 12), Norberto informa aos demais rapazes a decisão de permanecer ali no litoral, juntamente com o Louco. O grupo, então, fragmenta-se. Maneco, Leo e Luís iniciam a sua viagem de retorno⁷ (conturbada empreitada que nos será narrada no romance seguinte, *Desolação*) e a narrativa de

⁶ Para além da noção de mau agouro evocada pela data, segundo a superstição popular, vale lembrar que os fatos narrados acontecem poucas semanas após o levante comunista fracassado, que tentara derrubar o governo de Getúlio Vargas. A chamada Intentona Comunista ocorreu entre 24 e 27 de novembro daquele ano.

⁷ As ações narradas em *Desolação* transcorrem entre o dia 15 de dezembro de 1935, data em que Maneco, Leo e Luís separam-se de Norberto e do Louco, e o dia 21 de dezembro do mesmo ano, quando Manivela atea fogo ao veículo Borboleta, no encerramento do romance. Vale notar que as ações narradas em *O Louco do Cati* ultrapassam cronologicamente às de *Desolação* em cerca de um ano.

o *O Louco do Cati* passa a acompanhar exclusivamente o destino de Norberto e do Louco.

No dia 16 de dezembro, Norberto fecha despesas no hotel onde ele e o Louco estavam hospedados e, acompanhado do companheiro de viagem, parte rumo a Capão da Canoa. Lá permanecem por cerca de três dias instalados em um chalé. Durante a noite, Norberto se ocupa “levantando fundos” (MACHADO, 2003, p.60) em mesas de jogatina. Após deixarem o chalé, os companheiros de viagem partem a pé, num percurso de dois dias em direção ao norte, andando pela praia. Chegando a Torres ao entardecer do segundo dia de caminhada, os viajantes embarcam em um ônibus com destino a Araranguá. Na chegada ao destino (provavelmente dia 21 de dezembro), são detidos pela polícia local, que estava prevenida a respeito da vinda de Norberto pela fronteira. A detenção dos dois viajantes (ocorrida no capítulo 16) encerra a primeira das cinco partes do romance.

Já sob custódia policial, Norberto e o Louco são encaminhados para Florianópolis (embarcados no mesmo ônibus em que viajaram em liberdade), onde permanecem detidos por cerca de três dias, até serem, novamente, transferidos. Desta vez, a bordo de um navio com destino ao Rio de Janeiro. Na então capital da República, permanecem presos por tempo indeterminável, transcorrido entre janeiro de 1936 e julho do mesmo ano⁸. De dentro da prisão, Norberto “cava” sua liberdade e, em seguida, a liberdade do Louco, mediante ajuda do Professor Castel, contato do personagem no Rio de Janeiro. Uma vez solto, Norberto trata de arranjar meios de sobreviver na capital federal, ao mesmo tempo em que busca uma maneira de embarcar o Louco de volta ao Rio Grande do Sul. Tais ações são narradas na terceira parte do romance, “*Gente Vivendo*”, que se encerra quando finalmente o Louco é colocado a bordo de um navio, iniciando sua vigem de retorno em meados de julho de 1936. A partir deste momento, Norberto desaparece da narrativa, que passa a acompanhar o regresso do Louco.

Do Rio até Santos o Louco viaja sob os cuidados de um casal, que aproveita a parada do navio no litoral paulista para fazer uma rápida viagem até São Paulo, levando o Louco consigo. Retornando para o navio, o protagonista é abandonado pelo casal e passa, então, a viajar acompanhado de um médico que estava a bordo, Dr. Valério. Essa companhia perdura até Florianópolis, quando o médico auxilia o

⁸ A detenção no Rio de Janeiro ocupa a narrativa entre o capítulo 21 “Passos perdidos” e o capítulo 32 “Tudo como antes”, que encerra a segunda parte do romance.

Louco a embarcar em um caminhão com destino a Lajes. Lá chegando, o maluco acaba se estabelecendo na pousada pertencente ao caminhoneiro que o transportara até ali, Seu Geraldo. O protagonista permanece neste arranjo até o final de agosto de 1936, quando é novamente despachado, dessa vez sob os cuidados de um coronel conhecido de Geraldo. O momento em que o Louco deixa a pousada do caminhoneiro marca o final da quarta parte do romance, intitulada “*De volta*”. A quinta e última parte da narrativa, “*Tudo é novo*”, trata do percurso empreendido pelo Louco de Lajes até o quartel do Cati, na fronteira de Quaraí com Santana do Livramento. A maior parte desse trajeto é percorrida pelo Louco na companhia do coronel amigo de Geraldo. A viagem é realizada através de diversos meios de transporte: automóvel, trem e até mesmo avião. É após um pouso forçado ocorrido nesta inusitada viagem aérea (ocorrida, provavelmente, em setembro de 1936) que o Louco finalmente se separa do militar e corre em direção às ruínas do Cati, encerrando a viagem e a narrativa em um marcante encontro com seu passado:

As ruínas, sim! As ruínas do Cati!... Porque aqueles panos de paredes (vejam todos! todos! venham ver!); aqueles cacos de paredes que mal se equilibram e em que ele nem quisera reparar, eram o Cati! Dum Cati que ele deixara pra ver quando já não era mais que escombros...

O homem-cachorro de ainda um instante quase não acreditava! Mas afugentara a assombração num relâmpago, para sempre!... Queria, dali donde estava, defronte do sol, queria – era poder estender umas mãos vingativas de gigante, para sentir nos próprios dedos frisados de luz o esfacelar do pó do Cati, do Cati que se esboroava – lentamente, através esses anos, numa serenidade melancólica de coisa morta, que apenas vive a vida ultrajada de espectro...

Mas sorria...

Sorria, na antevisão até dum descanso, na estrada. Sorria diante daquela tarde de ouro, que dourava também a lâmina brilhante do arroio, crescido com as grandes chuvaradas da primavera. Nos olhos, nos lábios frouxos, nos dentes – uma umidade ouro-pálida ficara lampejando, dourando o seu sorriso.

Agora é que se via o quanto ainda era moço... (MACHADO, 2003, p. 259)

Uma vez recuperada a trajetória do protagonista de *O Louco do Cati*, com especial atenção para as datas e para os capítulos em que ocorrem os principais fatos da narrativa, podemos, com maior segurança, empreendermos uma análise do romance e do percurso do protagonista. São portas de entrada para o estudo aqui realizado o enquadramento narrativo peculiar conferido ao Louco no romance, o papel dos personagens secundários na história - em especial Norberto - bem como o

diálogo com demais leituras críticas da obra, com destaque para a análise de Ana Paula Pacheco, com a qual este estudo busca, principalmente, conversar.

2.2 Fuga, prisão e “cavação”: a trajetória de Norberto

Figura que concentra as ações nas três primeiras partes de *O Louco do Cati*, Norberto Molina (ou José Cândido Morais – nunca ficamos sabendo qual destes é seu verdadeiro nome e qual é seu “nome de guerra”) destoa – em diversos aspectos - dos demais personagens da narrativa. Sagaz e articulado, Norberto é responsável por planejar e organizar a viagem realizada pelo grupo de rapazes no início do romance. No decorrer da narrativa, de maneira difusa e fragmentada, o narrador nos informa sobre aspectos do seu passado e sobre o que aparenta ser um plano fuga empreendido pelo personagem, que fracassa quando ele é capturado, juntamente com o Louco, na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

Outros detalhes se souberam mais tarde: a polícia estava prevenida da entrada de Norberto pela fronteira do Estado Oriental, por Rivera. Mas perdeu-lhe a por várias vezes a pista. De Tramandaí, onde se pensava capturá-lo, mas onde não fora encontrado, avisou-se para Araranguá, suspeitando que ele já tivesse deixado o Rio Grande do Sul com mais antecedência. A polícia mostrou-se muito ativa. Muito inteligente, que é o termo que lhe é peculiar: como não se achava em Araranguá, só a alternativa: ou devia já haver partido ou ainda não teria chegado. Casualmente estava chegando. (MACHADO, 2003, p. 63-64)

É a partir do momento da detenção que se esclarece para o leitor que Norberto se travava possivelmente de um perseguido político em fuga. Assim, as misteriosas ações do personagem ao longo da primeira parte do romance, postas em perspectiva, ganham novo sentido. Desta maneira, ficam compreendidas as diversas precauções tomadas pelo personagem, como a pressa em iniciar a viagem, o desvio no caminho do grupo - quando Norberto opta por viajar por Palmares, evitando barreiras policiais (na ocasião o personagem alega que a estrada que eles pretendiam originalmente seguir poderia ser prejudicial para os pneus do veículo Borboleta) - e até mesmo a incorporação do Louco ao grupo, que talvez tenha-se constituído em mais um dos subterfúgios do fugitivo na tentativa de evitar a prisão. Esta explicação é também uma hipótese aventada pela própria polícia, apresentada

nas palavras do professor Castel, que explica o caso para o Norberto quando ele já se encontra em liberdade no Rio de Janeiro:

- Acham de duas uma: ou trata-se dum rapto... (Norberto não compreendia; tinha um olhar redondo.) Ou um rapto, tendo o senhor se apropriado desse maluco, o Louco do Cati – não é assim que o chamam?... – tendo-o coagido a acompanhá-lo... (O professor não reproduzia bem as palavras da polícia.– Um rapto, em resumo! – concluiu, numa voz visivelmente irritada.
- E a outra hipótese?
- Ah! Sim. Ou então, que o senhor apossou-se dele com o fim de despistar a polícia, arranjando uma companhia “natural”, insuspeita, a companhia de um pobre louco. (MACHADO, 2003, p. 123)

Vale ressaltar que esse conjunto de atitudes suspeitas de Norberto não passa despercebido para Maneco Manivela. Ainda que o mecânico não compreenda inicialmente quais são exatamente as intenções do companheiro de viagem, desconfia do rapaz, chegando a ironizá-lo em alguns momentos, como quando questiona a pressa do companheiro de viagem:

- E agora, ao cair da tarde, assim que passar o soláço, é tocar pré frente.
- Para o Norberto é só “tocar pra frente”.
- Mas claro! O que é que vamos ficar fazendo aqui?
- Justo. Não tinham nada a ficar fazendo ali. Mas nada, por outro lado, obrigava aquela pressa.
- Norberto picou-se:
- Você está muito enganado se pensa que eu estou com pressa.
- Se não era pressa – retrucou o outro (a discussão era com Maneco) – se não era pressa, era então coisa muito parecida.
- Por exemplo?...
- Por exemplo não sei.
- Estão vendo...
- Não estão vendo nada! Só porque eu não sei não é que a coisa não vai haver! (MACHADO, 2003, p. 38)

Ou no instante em que Norberto decide comunicar ao grupo de rapazes que ele ficaria no litoral, mantendo consigo também o Louco:

- Mas aí é que estava (Norberto pôs os olhos no chão assim que começou a falar. Era sobre as escadas do oitão do hotel, - um longo barracão de madeira, erguido quase metro e meio do solo.) Aí é que era a dificuldade:
- Porque ele fica.
- Fica? Aqui? Vamos largar ele aqui?
- Não – fez Norberto muito tranquilamente: - fica comigo.
- Ah! Disse o Manivela com um certo sorriso cheio de intenções – com o que então você também fica?
- Era o que o outro lhes queria comunicar: entrava com a sua parte pra compra da gasolina; mas deixava-os. Tinha o propósito de se demorar

ainda alguns dias por ali, como veranista. E havia resolvido convidar o maluco para ficar com ele.

- Como veranista também, claro...

- Claro. (MACHADO, 2003, p. 49-50)

Essa desconfiança de Maneco é, neste momento da narrativa, em alguma medida, ainda ingênua. No entanto, ganha força nas páginas de *Desolação*, quando o mecânico, já se crendo perseguido, repassa fatos do passado em busca de algo que o condene. A postura de Norberto que já causava estranhamento em Maneco, aliada a notícia de que o ex companheiro de viagem fora preso, dão a Manivela a certeza de que agiu como cúmplice de uma fuga, sendo essa uma das razões para ele encontrar-se, naquele momento, perseguido pela polícia. O debate sobre o delírio persecutório de Manivela e as articulações entre o enredo de *O Louco do Cati* e de *Desolação* é retomado no terceiro capítulo desta dissertação.

Seguindo a trilha das ações de Norberto, observa-se que apesar da centralidade de sua atuação em parte significativa do romance, o papel deste personagem não costuma ganhar muito destaque nas principais leituras críticas da obra. Ana Paula Pacheco aponta que é a Norberto que cabe a “direção intelectual da viagem” (PACHECO, 2010, p. 2). No entanto, sua leitura pouco hierarquiza o grau de consciência dos personagens da narrativa. Ainda que reconheça que Norberto possui conhecimentos sobre a história do Brasil (o que o diferencia dos demais personagens), Pacheco focaliza, em sua análise, o aspecto difuso do enredo e da construção dos personagens:

[...] o leitor logo nota que há um fundo, um quadro contemporâneo no qual as personagens se movimentam, contra o qual nenhum ato consegue ser significativo ou nenhuma significação vai além do imediato. Também os indivíduos não chegam a ter contornos claros, uma vez que são entrevistados no meio de tudo, correndo, buscando ajuda, escondendo-se, escapando. Entre Norberto e alguns personagens que o auxiliam de um modo ou de outro, há uma causa maior, política, que não chega a aparecer, sendo, também ela, apenas entrevista. (PACHECO, 2010, p. 3)

Não deixando de ser pertinente, tal leitura ignora, por outro lado, a complexidade de personagens como Norberto, que acaba sendo simplificada lido apenas como um exemplo da “desarticulação política da esquerda após o Levante de 1935” (PACHECO, 2010, p. 5). Não se trata, aqui, de diminuir a importância da análise formal realizada por Pacheco e por outros críticos. Buscamos, no entanto, juntamente com esses apontamentos, ressaltar aspectos

referenciais presentes no romance eventualmente subestimados em outras leituras, sob o pretexto de que a já referida opacidade da narrativa não permite apontamentos precisos acerca dos acontecimentos narrados.

Fernando Simplício dos Santos, que analisa a obra dyoneliana compreendendo-a como alegoria política, também não dá atenção especial ao personagem Norberto. Em sua análise, o militante em fuga aparece alinhado ao mudo protagonista em uma *trajetória de infortúnio*, sem maiores considerações sobre suas particularidades. Contudo, Santos percebe, no cotidiano de Norberto e do Louco, alguma semelhança com o romance de estreia de Dyonelio:

No primeiro livro dessa tetralogia, a partir do capítulo intitulado “Excursionistas”, o personagem Norberto decide separar-se dos companheiros e leva o maluco para acompanhá-lo, seguindo aparentemente sem rumo e, principalmente, sem recursos financeiros. Em certas passagens d’*O louco do Cati*, a impossibilidade de comprar até mesmo as coisas mais básicas para o sustento diário obriga os personagens a se arranjam de modo sutil, remetendo-se, à sua maneira, à atmosfera de *Os ratos*. (SANTOS, 2013, p. 102)

Levando adiante a aproximação, é possível compreender algumas nuances de Norberto ainda ignoradas pela crítica. Já observamos, a partir dos arranjos engendrados pelo rapaz durante a viagem, a capacidade do personagem de aproveitar oportunidades e arrumar formas de sobrevivência com recursos escassos. Profundamente comunicativo (formando uma oposição radical ao Louco, caracterizado por seu mutismo) Norberto escapa de apertos, arrecada informações relevantes e “cava” favores por onde passa. Mesmo detido, o rapaz se mantém prosequer, travando diálogos amigáveis inclusive com os guardas responsáveis por sua custódia, o que não deixa de ser curioso e aponta talvez para certa ambiguidade na atuação do suposto militante de esquerda. Uma vez encarcerado no Rio de Janeiro, Norberto rapidamente age para obter sua liberdade:

Norberto não se descuidara. Por meio das visitas dos outros (quando eles ainda recebiam visitas), dos que deixavam o presídio, por intermédio dos faxinas, *estendera a sua trama*. Um dia mesmo foi chamado à central. Ficou lá mais de vinte e quatro horas. Tinha voltado satisfeito. *Cavara*.

A sua saída deu-se alguns dias depois. Mas com uma etapa – a Carceragem. Tinha havido remoção de presos para lá depois daquilo. Norberto (não se sabia se por engano) fora metido no porão também. Mas só por pouco tempo.

Uma manhã, sem gravata e sem cinto (não importava) deixava a Carceragem – e a prisão. (MACHADO, 2003, p. 117. Grifos nossos.)

Ainda que esse personagem possa ser lido como representante do embaraço de uma esquerda desarticulada pós levante fracassado, conforme observa Ana Paula Pacheco, Norberto parece contar com uma rede de contatos minimamente estruturada, que o ajuda a sair da prisão e o auxilia na batalha pela sobrevivência na capital da República. A facilidade com que Norberto “cava” sua liberdade levanta suspeitas sobre sua atuação pregressa. No mínimo, pode apontar para algum nível de articulação da militância comunista, que mesmo acossada, atua para a libertação de seus presos. Lida à luz da história, contudo, tal hipótese perde força, elevando a desconfiança sobre os contatos de Norberto e sua rápida saída da prisão. Ao observarmos a proporção da repressão que se seguiu ao movimento de 1935, parece pouco verossímil crer na simples e gratuita libertação de Norberto. Tanto mais pelo fato de que tais presos políticos, quando não foram torturados e mortos⁹, permaneceram encarcerados ao menos até 1937, como foi o caso do próprio Dyonelio e de outros milhares de detidos: “Quanto ao país como um todo, estima-se que, em meados de 1937, o número total de pessoas detidas variava de 7 mil a 35 mil.” (ROSE, 2001, p. 91)

Tal quantidade elevada de detenções não se deu sem a ajuda de informantes, que tiveram papel destacado durante a repressão getulista, conforme comenta R. S. Rose¹⁰:

Mais tarde, após a tentativa frustrada de Prestes de tomar o poder, Filinto Muller começou o seu próprio programa de Judas. Os delatores recebiam 50\$000 por “comunista” que entregassem às autoridades. Alguns traidores

⁹ “Quase sempre, os que caíam nas mãos da polícia no Rio de Janeiro eram levados para uma das quatro velhas ‘salas de espera’, para que lá aguardassem pelo chamado julgamento. A primeira da lista era a sede da Polícia Central. Não houvera melhorias nas condições do presídio desde sua construção, em 1910. Os policiais do Rio, como seus colegas do Recife, gostavam de amontoar pessoas, muitas vezes metendo oitenta a cem indivíduos em celas abarrotadas, pequenas, cada uma medindo cinco metros quadrados. A geladeira da Central também continuava em uso e estava sempre cheia de gente. Não havia água, nem instalações sanitárias, nem cobertores. Não era possível dormir senão de pé, pois todos ficavam espremidos como sardinhas em lata. Uma comida rançosa era despejada nas latas dos detentos uma vez por dia. Não se sabia o que era tomar banho nem mudar de roupa. As celas individuais só eram abertas quando já era tarde demais para algum cuidado médico.” (ROSE, 2001, p. 118)

¹⁰ “As denúncias não se limitavam aos policiais infiltrados, aos inimigos políticos, aos vira-casacas do partido [...] Havia também a comunidade dos homens de negócios que rapidamente percebeu a oportunidade e despediu à vontade os empregados que estavam se aproximando dos dez anos de serviço. A pessoa que permanecia num emprego por uma década tinha direito à estabilidade no cargo. Os trabalhadores demitidos eram acusados de nutrir suspeitas simpatias políticas e simplesmente postos porta afora. A guerra de Vargas contra o comunismo permitiu que os empregadores rescindissem os contratos de trabalho com os esquerdistas sem pagar coisa alguma. (ROSE, 2001, p. 117-118)

eram agentes da polícia que tinham se infiltrado nas fileiras de esquerda. (ROSE, 2001, p. 116)

Chefe da polícia política de Vargas, Filinto Müller instaura um programa de recompensas para quem denunciasse supostos comunistas. Tal política dá tom da atmosfera de terror que se abateu sobre os militantes de esquerda, ao mesmo tempo em que evidencia as vantagens em jogo para os eventuais colaboradores.

Além dos infiltrados na esquerda, havia também, entre os delatores, ex-militantes que, por dinheiro, pressão ou tortura (ou pelo conjunto dos três), mudaram de lado e tornaram-se informantes da polícia, como foi o caso destes dois importantes nomes cujos casos são expostos e comentados por Rose:

Outros [delatores] eram membros do partido, algumas vezes importantes, como Adalto Alves dos Santos – Adalto foi diretor de publicações e depois chefe dos contatos internacionais do PCB. Ele fornecia informações para Cecil Borer da Polícia Especial, do Quarto Móvel e depois da polícia política, de 1940 a 1965. José da Mota, ou “Tupã” (que significa “trovão” em tupi), era outra arma valiosa no arsenal policial. Previamente participante do Partido Comunista do Brasil, Tupã havia compilado uma lista extensa de nomes de membros antes que o PCB o expulsasse. Uma vez tudo organizado por Müller, sempre que Tupã precisava de dinheiro ele delatava um ou mais de seus antigos camaradas para Serafim Soares Braga e recebia seu butim. (ROSE, 2001, p. 117)

Tal atmosfera permite uma nova visada sobre a atuação de Norberto e sua surpreendente libertação. O astuto rapaz apresenta nuances que parecem o diferenciar das demais personagens, transformando-o em uma figura mais complexa do que uma leitura mais superficial suspeitaria. Ainda que seja precipitado afirmar que Norberto trate-se inequivocamente de um delator – a opacidade da narrativa certamente não permite uma leitura tão peremptória – tratá-lo simplesmente como um companheiro de infortúnio do Louco ou como simples exemplo da desarticulação da esquerda pós levante fracassado soa tanto ou até mesmo mais arbitrário quanto. Também não se pode descartar a hipótese de Norberto ser um militante autêntico que decidiu “colaborar” após a detenção, ainda que os termos desta delação não sejam por nós conhecidos, dado o já referido caráter opaco e fragmentário da narrativa.

Nesse sentido, vale ressaltar que a tortura era prática corriqueira nas prisões políticas durante o regime Vargas, conquanto nenhuma alusão a tal prática seja feita

ao longo do romance durante o encarceramento de Norberto e do Louco, sendo apenas referida nos relatos feitos a respeito do quartel do Cati. Segundo Rose:

Além das surras, botinadas, palmatórias e borrachadas – aplicadas das solas dos pés para cima -, a polícia de Vargas mostrou-se realmente engenhosa na ciência macabra da extração de informações e da cooperação à força. O processo começava quando qualquer um que entrasse na Central, indicado para receber o tratamento, era separado do resto dos prisioneiros. O que era feito para manter as vítimas psicologicamente isoladas enquanto as sessões de tortura frequentemente continuavam por algumas semanas. Além disso, era prática comum para impedir que os de fora e outros suspeitos, que poderiam se transformar em testemunhas no futuro, vissem os ferimentos. Em 1940, muito do trabalho sujo acontecia num cubículo especial, fechado, no quarto andar, chamado de ‘quadrado’, para evitar exatamente esses problemas futuros. [...] [Para os torturados] havia um sabre que a polícia enfiava no ânus da vítima. Quando esse recurso não era usado, havia muitas outras opções igualmente medonhas abertas as polícias. Cada uma delas destinada a produzir conhecimento a partir da dor. Uma delas era simplesmente arrancar um olho fora. Uma opção mais sofisticada era algemar o prisioneiro com as mãos para trás. Depois, afivelava-se uma ‘máscara de couro’ em volta da cabeça, só lhe deixando com ar suficiente para não desmaiar. Esse processo sádico se completava com socos e pontapés no corpo nu do detento. É sabido que mais de uma pessoa tornou-se mentalmente incapacitada depois de sofrer essa combinação de torturas.

Uma receita que já vinha sendo usada, sob diversas formas, desde o tempo da escravidão era o pau-de-arara. Os presos a serem amarrados no pau-de-arara são obrigados a sentar no chão. Então seus pulsos são amarrados nos joelhos dobrados entre os braços. Depois, passa-se um ferro roliço pela brecha que se forma abaixo dos joelhos dobrados e por cima dos braços. Uma vez a pessoa estando totalmente presa, o ferro é então levantado do chão e colocado em alguma outra posição segura, como, por exemplo, entre duas pilhas de pneus. Gritando, a vítima, suspensa como um pedaço de carne num espeto, é violentada, surrada, queimada com cigarro aceso, afogada ou torturada com choques. (ROSE, 2001, p. 120-121)

Embora não seja enunciado no romance, esse era o universo das prisões políticas durante a década de trinta. Desse lugar, portanto, é que saíram Norberto e o Louco na terceira parte do romance, tendo passado, pode-se inferir, por esse tipo de sofrimento. Cabe, portanto, lançarmos um olhar mais atento para os arranjos de Norberto: suas articulações e principalmente suas ligações.

Um desses contatos que compõe o grupo do rapaz é Castel, médico e professor universitário. É a ele quem Norberto recorre para conseguir a liberdade do Louco, que permanecera preso após sua libertação. Embora o narrador não dê maiores explicações, subtende-se que Castel seja sujeito de importância, vide a atitude de Norberto diante dessa figura. Sua “‘tática’ era, agora, a aproximação com aquele mundo, pelo menos com o professor Castel” (MACHADO, 2003, p. 124).

Além do professor Castel, Norberto também apela, em sua nova vida no Rio de Janeiro, a Lopo, um “rapaz de Alagoas, boca muito grande, bengala, ar de pessoa estabilizada. Mas não era” (MACHADO, 2003, p.127). Assim como Norberto, Lopo sobrevive - ainda que em situação de certa precariedade - mediante pequenos expedientes e eventuais golpes. Do mesmo modo que Duque, em *Os ratos*, esses personagens atuam como “corretores da miséria”, sobrevivendo em uma esfera precária de informalidade. Não por acaso, o ponto de encontro de Norberto com Lopo é em um café da Praça Tiradentes, no centro da cidade. Este é o ponto de atuação de “cavadores” tais quais Norberto e Lopo, da mesma forma que na Porto Alegre de Duque, Alcides e Naziuzeno, os cafés do Mercado Público caracterizavam-se como espaço privilegiado de ação para tais personagens. Reconstrói-se aqui, ainda que em outros termos, uma rede de relações semelhantes às identificadas no romance de estreia de Dyonelio no primeiro capítulo desta dissertação.

Devido à carência de recursos, Norberto e o Louco passam a dormir no mesmo quarto de pensão ocupado por Lopo. O esquema é dependente de despiste na dona do estabelecimento. O arranjo, que guarda algo de patético, é revelador da atmosfera que compõe o cotidiano de Norberto em sua vida no Rio de Janeiro:

Já estava tudo combinado: regulariam o passo nos degraus, de modo que parecessem um só, - o do dono do quarto, a recolher-se (Lopo abria os olhos, a fisionomia, os braços, expondo para os outros aquele plano tão natural.) – Mas o maluco atrapalhou-se. Não ritmou bem o seu trancão. Houve um momento em que se ouviu um passo suplementar. Suspensão! Mas nada de maior, felizmente. O sistema passou a funcionar por algum tempo e muito bem. (MACHADO, 2003, p. 128)

Com o tempo, surgem desconfianças por parte da dona da pensão. A partir disso, o arranjo é alterado, com os três moradores do quarto trocando turnos (Norberto e o Louco dormiam pelo dia, o dono do quarto, à noite). Por fim, Lopo e Norberto acabam conquistando a confiança da dona da pensão mediante intervenção em problema familiar da senhora. Sua filha, Nanci, encontrava-se grávida. Newton Sales, amigo de um dos hóspedes, havia “feito mal” para a menina, segundo relato da proprietária do estabelecimento. Lopo, então, trata de levar o caso à polícia, ajudado por Norberto, o que faz com que os dois ganhem a simpatia da

senhora, conforme veremos mais adiante¹¹. Esse episódio também exemplifica o quanto o temor da “repressão”, marcante na trajetória de Manivela a partir de *Passos perdidos*, não está no horizonte de Norberto. A liberdade por ele “cavada” demonstra solidez.

Assim como fizera na prisão, uma vez em liberdade na capital do país, Norberto *estende sua trama* em busca de sobrevivência. Em seus apelos, recorre à personalidade, aproximando-se assim, segundo a hipótese que desenvolvemos, dos personagens de *Os ratos*. Vejamos:

Norberto ia procurar um sujeito, dono dum cartório. Era também do Sul. Não o conhecia. Mas seu pai falava muito nele. Tinham sido amigos, quando moços, em Dom Pedrito. Chamava-se Perdigão.

Era um passo difícil – aquele. Porque tinha de invocar a família; e isso devia ser sempre a última coisa...

O cartório ficava numa daquelas ruas estreitas e entupidas da parte comercial do Rio.

Norberto rodou. Rebocava o maluco, que o trânsito retardava, desviava, jogava contra lugares (como vãos de colunas etc.) donde era muito difícil uma pessoa se safar.

Perdigão lá estava. Era uma cara escanhoada, fria.

Lembrava-se muito bem da sua mocidade no Rio Grande, em D. Pedrito. Mas não podia era se recordar do primeiro nome daquele velho amigo.

- Do meu pai?

- Sim.

- Júlio.

Era isso. É que sempre tratara o Júlio pelo sobrenome.

Mas na ocasião estava desprevenido. (A coisa foi dita com a cara fechada. Aquela cara que só um instante se abria: quando recordava...) (MACHADO, 2003, p. 142).

Embora receoso, Norberto decide-se a lançar mão de relações familiares (procura o filho de um amigo de seu pai) na busca de um auxílio. No trecho citado, observamos a típica atuação de Norberto, que apela para a lembrança da infância – supostamente compartilhada pelos dois homens – no sul do país, em vã tentativa de convencer o dono do cartório a ajudá-lo. É notório também o tanto que a figura do Louco atrasa e constrange Norberto em sua diligência. Apesar das artimanhas do “cavador”, a investida fracassa, o que, contudo, não desalenta o obstinado personagem. Norberto já havia optado por permanecer no Rio de Janeiro, sabedor das possibilidades que tal cidade oferecia a alguém como ele, astuto e capaz de negociação. Em capítulo sugestivamente intitulado “*Rio – cidade como as outras*”, o

¹¹ Em ponto posterior da narrativa, Seu Geraldo comentará um caso semelhante com um conhecido seu durante o piquenique do capítulo 58. Tais episódios parecem recuperar, ainda que de forma secundária, o debate de romances como *Casa de Pensão* e *Clara dos Anjos*.

personagem manifesta sua opinião: “ – Pois que mandem colocar o Louco do Cati em Florianópolis então! Eu por mim – concluiu num tom mais acomodado – vou ficando no Rio. Mas ele eu quero que volte para Porto Alegre.” (MACHADO, 2003, p. 135)

Decidido a permanecer, necessitava, como se vê, “livrar-se” do Louco, esse reboque que, como um peso, atrasava seu vai e vem. Tal precaução mostra-se, inclusive, mais necessária ainda se considerarmos a possibilidade de Norberto estar mantendo alguma articulação com a polícia e com esquemas de delação. O primeiro plano para conseguir embarcar o Louco em viagem de retorno parte de Lopo, que propõe a solicitação de uma passagem à própria polícia, responsável, afinal, pelo transporte dele até o Rio de Janeiro. Chama a atenção a disposição de Norberto em retomar contato com as autoridades em busca de solução para o seu aperto. Dada a atmosfera de terror e perseguição do período, é no mínimo curioso que um ex-presos político procure oficiais para argumentar ser seu direito um transporte de retorno até o local em que fora preso. Basta comparar, como já sugerimos a postura de Norberto com a de Manivela, que no decorrer da *Tetralogia*, após ser libertado da prisão em *Passos Perdidos*, teme constantemente um novo encarceramento, para constatar o inusitado da situação. O plano fracassa, como veremos adiante, pois a passagem emitida pelos oficiais carregaria o Louco apenas até São Paulo. Norberto busca, então, novas alternativas para despachar seu já dispensável “companheiro de infortúnio”.

O destino do protagonista começa a ser decidido em três capítulos centrais (também do ponto de vista estrutural) do romance, não por acaso intitulados todos “*Três almoços*”, como um longo capítulo subdividido. Tratam-se dos capítulos 38, 39 e 40, dos 72 que compõem a narrativa.

2.3 Os três almoços e a decisão do destino do Louco do Cati

Resolvido, conforme visto, a estabelecer-se no Rio de Janeiro, Norberto passa a procurar meios de enviar o Louco de volta ao Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, a busca por sobrevivência na capital da República persiste. Para tanto, Norberto apela novamente para suas relações. Há um lamento pela falta de Castel, que doente, nada mais pode fazer por Norberto. No entanto, outras possibilidades

surgem a partir dos contatos de Lopo. No primeiro dos três almoços, Norberto e Louco encontram-se com o amigo alagoano para almoçar com um sujeito chamado Adroaldo Marinho, indivíduo um tanto pobretão que compõe a rede de amigos de Lopo e, em consequência, de Norberto. Adroaldo, que opta por ir a pé do local de encontro com os demais companheiros até a pensão onde almoçariam, justifica a escolha por “não usar” o bonde de estômago vazio. Da mesma forma que “não usava” café. A idiossincrasia, em chave irônica, aponta para a precariedade financeira do sujeito, evidenciada por sua parca refeição:

O prato de Adroaldo Marinho era inidentificável. Só se percebia que era feito de legumes.
 Comeram. (A canja não estava má.)
 - Que mais vai?
 Marinho presidia a refeição. Devolvera o seu talher com o prato.
 - Escolha mais alguma coisa – convidava ele, entregando a lista datilografada a Norberto.
 Ali, a escolher, só um bife, - um bife com ovos.
 - Bife para três? – queria saber o empregado, com sua delicadeza impaciente de garçom.
 - Não!... sim: para três – corrigiu imediatamente Lopo: - porque eu não quero bife, quero massa. Mas Marinho os acompanha.
 O garçom esperava.
 - Não uso carne – informou o outro.
 - Mas então me acompanha na massa? – fez Lopo.
 - Também não uso. Aliás, não uso segundo prato. (MACHADO, 2003, p. 141)

Durante esse dia, após o almoço, Norberto e Lopo vão à polícia em busca da passagem de retorno para o Louco do Cati, sem muito sucesso. No dia (e no capítulo) seguinte, novo almoço. Dessa vez com Pinheiro, sujeito que o grupo encontra fortuitamente em um restaurante barato no centro da cidade. A reunião casual rende novas possibilidades para os companheiros. Pinheiro, buscando soluções para o impasse do Louco, apresenta suas sugestões. A primeira delas consistia em uma espécie de golpe: escutar conversas de turistas para depois aproximar-se deles fingindo ser um conterrâneo e, desse modo, obter uma refeição gratuita. Apesar de admirar o plano, Norberto e Lopo parecem céticos quanto a possibilidade do Louco conseguir perpetrar tal burla. A segunda, mais violenta, figurava em uma espécie de assalto: ordenar aleatoriamente que pedestres entregassem dez mil-réis: “o preço da gente se descartar de um maluco” (MACHADO, 2003, p. 147). Outro plano a ser considerado pelo grupo de amigos.

O último almoço se configura como o mais decisivo dos três. Dele, participa apenas Lopo, convidado pela dona da pensão para a refeição. É nesta ocasião que a senhora revela seu problema familiar – a desdita de sua filha – e pede auxílio e intervenção de Lopo e seus amigos, mediante os quais o grupo conquistará a confiança da mulher. É a dona da pensão também que encontra solução para a situação do Louco, sugerindo a venda da passagem obtida com a polícia (que o levaria apenas até São Paulo) e consentindo na permanência do Louco na pensão por mais algum tempo, até ser encontrada nova solução.

As resoluções acerca do destino dos personagens vêm nos capítulos seguintes: Alberto Ponsard, jornalista de prestígio (embora escanteado profissionalmente nos últimos tempos) consegue um emprego para Lopo. A vaga, supostamente como redator, apresentava curiosa função: “O trabalho a exigir do sujeito – a função – era cavar dinheiro.” (MACHADO, 2003, p. 157). Mediante influência do jornalista, contato de Lopo, Norberto também é contratado, embora seu cargo não fique esclarecido (há a insinuação de que se trata de uma ocupação simples, do baixo escalão). O ex-presos político estava, a partir dessa colocação, definitivamente estabelecido no Rio, provando corretas suas convicções nas possibilidades de arranjo e sobrevivência na capital da República.

Na sequência dos acertos, o destino do Louco é finalmente solucionado. Solicitando à polícia uma nova passagem, desta vez em seu nome, Norberto consegue embarcar o Louco em um navio com destino a Florianópolis. O maluco fica aos cuidados de um capitalista conhecido de Ponsard, que parece auxiliar na operação elaborada por Norberto, apesar de Lopo ter sugerido ao amigo discricionariedade a respeito de seu passado diante do novo chefe. A partir desse momento, conforme sabemos, a narrativa abandona Norberto e passa a acompanhar a viagem de retorno do Louco.

O cotidiano de Norberto após saída da prisão é, de acordo com o que vimos, marcado pela busca por sobrevivência e estabilidade na cidade do Rio de Janeiro. O envolvimento político que caracteriza o passado do personagem não parece retornar ao horizonte do rapaz no momento imediato após sua libertação. Trata-se, em vez disso, de um período de readaptação à vida cotidiana e resolução dos impasses e transtornos causados pela detenção, em especial no que diz respeito à figura do Louco, que fora usada como despiste por Norberto e agora se constituía como um fardo na busca de uma adaptação na capital do país. Sem descuidar de seus

arranjos, Norberto vela pela figura do Louco até conseguir finalmente despachá-lo em viagem de retorno para o Rio Grande do Sul. Para tanto, parece contar com figuras de apoio – em especial Castel e Lopo – que, ao que tudo indicam, compartilham simpatias com o rapaz (sejam elas políticas ou não). Munido de notável poder de articulação e capacidade de improviso, Norberto não demora a estabilizar-se no Rio de Janeiro, aproveitando todo o tipo de oportunidades. Nada nos é revelado, contudo, sobre as perspectivas futuras desse personagem, nem sobre seus projetos políticos pós fuga e libertação.

2.4 Mutismo e opacidade: o Louco sob tutela narrativa

Excetuados alguns *flashbacks* da infância do Louco¹² – passagens difusas, relacionadas ao terror da guerra civil gaúcha, que dão conta de inferir os motivos do trauma do personagem - bem como os momentos de surto do protagonista, quando imagina estar sendo levado para o quartel do Cati (símbolo da violência de Estado durante a guerra), *o Louco raramente fala durante a narrativa e quase nunca é o protagonista das ações contadas pelo narrador*. Acompanha-o sempre um ou mais personagens, que concentram a ação e monopolizam o foco narrativo. Na maior parte do romance, este papel é exercido por Norberto, mas há também outros personagens, como o Dr. Valério e o Seu Geraldo, que acompanham o Louco em seus percursos e centralizam – ainda que temporariamente – a atenção do narrador.

Toda a trajetória do Louco nos é apresentada em 72 capítulos curtos, todos titulados. Já no primeiro capítulo, o protagonista surge em cena em uma viagem de bonde, sua “primeira aventura”. A seguir, no segundo e no terceiro capítulo, somos apresentados aos demais personagens que realizarão a viagem ao litoral gaúcho. Em um armazém, o Louco embaraça-se ao tentar comprar cigarros com uma moeda fora de circulação¹³ (o mesmo problema já havia ocorrido no bonde). Curiosamente, o armazeneiro decide aceitar a moeda, oferecendo-lhe metade do seu valor nominal. Novo embaraço: faltavam os trocados para pagar os fósforos solicitados pelo Louco.

¹² Ao todo, sete, espalhados ao longo do romance.

¹³ Trata-se de uma moeda da época da Revolução Farroupilha, por isso chamada de “centenário” por Norberto. As ações dos capítulos iniciais, conforme visto, transcorrem-se em 1935, ou seja, exatos cem anos da guerra liderada pelos estancieiros gaúchos. Chama a atenção o fato de o dono do armazém ter aceitado como pagamento a moeda do Louco, ainda que por valor menor do que o explicitado no metal.

Norberto, rapaz que palestrava com companheiros no local, intervém em favor do atrapalhado protagonista. A partir desse momento, o olhar narrativo passará a acompanhar também Norberto e o grupo de amigos que estavam planejando uma viagem ao litoral. Estes assumirão uma espécie de tutela do Louco, que se incorpora ao grupo. Norberto insiste em levá-lo junto, apesar de isso significar mais gastos para o conjunto de rapazes, que contava os trocados para realizar a pretendida viagem. Posteriormente na narrativa é que descobriremos que a incorporação do Louco ao grupo, arranjada por Norberto, travava-se de uma precaução que este tomava para tentar despistar a polícia em sua fuga, como foi visto anteriormente. A partir do momento em que o Louco se junta aos rapazes viajantes, a narrativa prossegue contando agora a trajetória do grupo de amigos em seu percurso ao litoral. Assim, embora seja, por suposto, assunto central do romance, o Louco figura, a partir do arranjo narrativo estabelecido, como personagem secundário, espécie de espectador das ações do grupo de jovens, quase sem falas e muito raramente sujeito ativo das decisões e ações narradas.

A 3ª pessoa armada por Dyonelio estreita o foco em Norberto, que efetivamente comanda o planejamento e as ações da viagem. O protagonista louco vai como que a reboque dessa espécie de tutela narrativa, e assim a viagem e a história prosseguem, sempre fragmentariamente – vale ressaltar. No capítulo 16, Norberto e o Louco são presos, já após terem se separado dos demais viajantes. Conforme já visto, assim termina a primeira das cinco partes nas quais o romance está dividido. A segunda parte, “*No escuro*”, trata do remanejamento dos dois “aventureiros”, já detidos, até o Rio de Janeiro, em viagem de navio, e posterior detenção na capital da república. Apesar de capturado e preso, Norberto continua comandando intelectualmente a dupla, eventualmente acalmando o Louco em seus surtos recorrentes.

Liberado da prisão – o que ocorre em um espaço de tempo significativamente suprimido da narrativa, entre os capítulos 32 e 33, exemplo da composição fragmentária do romance – Norberto procura agir para estabelecer-se no Rio de Janeiro, além de “cavar” a soltura do Louco, o que se realiza no capítulo 34. Aqui, explicita-se o quanto a narrativa é dependente, ao menos nas três primeiras partes do romance, dos passos e ações de Norberto. O personagem parece assumir, de fato, a condição de protagonista da história, buscando soluções para sua situação, enquanto o companheiro permanece preso. Sob a guarda do Estado, portanto. De

volta a narrativa a partir de sua saída da prisão, o Louco continua espectador das ações de Norberto em sua busca por encontrar uma maneira de permanecer e sobreviver no Rio de Janeiro. O arranjo obtido mediante auxílio de Lopo – outro dos conhecidos de Norberto na capital - mostra-se incapaz de perdurar por muito tempo, de modo que rapidamente Norberto passa a buscar uma maneira de despachar o Louco de volta ao Rio Grande do Sul. A solução é encontrada próximo ao desfecho da terceira parte do romance. Assim, sob uma nova tutela narrativa, o Louco embarca em um navio acompanhado por um sujeito misterioso, amigo de um novo conhecido de Norberto.

Ele foi entregue no porto a um sujeito (amigo de Alberto Ponsard), sujeito fino (capitalista ou coisa que o valha) que também seguia. A seu lado, no cais, estava uma mulher, mas decerto não era a mulher dele. Embarcava também. (MACHADO, 2003, p. 163).

Este arranjo perdura até Santos. O Louco chega a acompanhar o casal em uma curta estadia na cidade de São Paulo, mas é novamente despachado, após alguns dias, novamente em viagem de navio. Desta vez o destino é Florianópolis e o Louco fica sob os cuidados de um médico que estava a bordo e que demonstrou interesse no caso do maluco.

O dr. Valério, todavia, recomendando que não esperassem nada dele em matéria de diagnóstico, pediu licença para ir conversar no camarote-prisão com o “homem do cati”.

No dia seguinte, ao entrar o pequeno navio na baía perigosa e pitoresca de Paranaguá, ele obteve do comandante a faculdade de escoltar o maluco do Cati até a terra, - para que comesse também os camarões abraçados de que todos falavam a bordo. (MACHADO, 2003, p. 186)

Após a chegada em Florianópolis, o dr. Valério embarca o Louco em um caminhão de carga com destino a Lajes. O chofer do caminhão, Geraldo, passa a ser o novo responsável pelo maluco. Dessa maneira, o Louco acaba instalando-se na pequena pensão que a família do chofer possuía em Lajes e lá permanece um tempo com a família de Geraldo, cuja confiança conquista ao realizar pequenos afazeres domésticos. Ainda assim a situação é incômoda e a esposa de Geraldo anseia pela hora da partida do inusitado hóspede. Geraldo arranja carona com “um conhecido” (MACHADO, 2003, p. 206), que promete levar o Louco de automóvel até Caxias e embarcá-lo em um trem para Porto Alegre. Sob os cuidados deste

“conhecido” de Geraldo – um coronel do exército, vale mencionar - o Louco segue viagem, primeiro de automóvel, depois de trem, por fim, de avião. Em vez de destinar-se a capital gaúcha, quase que inexplicavelmente, o Louco termina acompanhando o Coronel em viagem até à fronteira do estado. A decisão - um dos raros momentos de iniciativa do protagonista durante a narrativa - surpreende.

O coronel fitava-o. O maluco ia desenrolando com os dedos molhados as cédulas amarrotadas, algumas já rasgadas (todas envelhecidas antes do tempo). Mas não pôde compreendê-lo, quando ele pagou uma passagem até Santa Maria.

- O amigo não é então de Porto Alegre?

Era.

Pausa.

Pretendia porém ir até Santa Maria, arriscava o outro.

- Tem negócio lá? (MACHADO, 2003, p. 229)

De Santa Maria, o Louco decide acompanhar o coronel em viagem de trem até Livramento. Lá chegados, por conta de enchentes causadas pelo excesso de chuva, acabam embarcando em uma curiosa viagem de avião. É durante um contratempo deste percurso que o Louco abandona o militar após a aeronave realizar um pouso forçado em uma fazenda, e lança-se a correr, buscando, até encontrar, as ruínas do quartel do Cati.

Remontando esse longo trajeto, podemos perceber que durante a narrativa, o Louco quase nunca está sozinho. Na maior parte do tempo, acompanha-o Norberto. Após sua saída do Rio de Janeiro, diversos “tutores” fazem companhia ao triste protagonista. É sobre as ações de Norberto e desses outros tutores que discorrerá o narrador, sendo o Louco uma espécie de espectador passivo, que segue a reboque essas figuras e as decisões que elas tomam. Em certo sentido, é como se o olhar narrativo só conseguisse apreender a figura do Louco a partir de uma mirada lançada de viés. Assim, o protagonista, cuja identidade e subjetividade são construídas a partir do trauma, só é captável pela voz narrativa de maneira oblíqua, filtrada, em alguma medida, pela visão dos personagens “não loucos”, ou seja, pelo ponto de vista de uma suposta normalidade. Esse arranjo narrativo é construído, sobretudo, a partir do uso do discurso indireto livre.

2.5 Discurso indireto livre em *O Louco do Cati*

O narrador de *O Louco do Cati*, caracteristicamente dyoneliano, não busca engendrar a onisciência típica dos narradores realistas em 3ª pessoa. Em vez disso, apresenta-nos o mundo principalmente a partir da perspectiva das próprias personagens. Assim, a distância estética entre o universo narrado e o leitor - fixa no romance tradicional - adquire aqui um dinamismo particular, com efeitos de sentido específicos (ADORNO, 2012).

Vemos de fora as cenas, ou tão por dentro a ponto de não enxergarmos senão uma multiplicidade de detalhes; compreendemos mal a conexão entre elas, ouvimos confusamente a sintaxe entrecortada da fala das personagens, as orações interrompidas no meio; somos insistentemente lançados em cenas e diálogos *in medias res*, levados a pegar o bonde andando em todas as situações. (PACHECO, 2010, p. 9)

Pacheco descreve com precisão a condição do leitor nas narrativas dyonelianas. Este, diante de um narrador que parece suprimir informações cruciais, ao mesmo tempo em que atenta para detalhes aparentemente insignificantes, vê-se obrigado a uma tentativa de reconstituição dos elementos faltantes, sem que seja possível, contudo, compreender com clareza o que move cada um dos personagens. Há como que uma opacidade intrínseca à composição dessas figuras. No entanto, tal opacidade não é de mesmo grau em todas as situações, variando de personagem para personagem de acordo com o enquadramento narrativo estabelecido.

A ocorrência do discurso indireto livre¹⁴ - oscilante ao longo da narrativa - é, por exemplo, reveladora da maneira como o narrador aproxima-se de alguns personagens, revelando-nos aspectos sobre sua visão de mundo. Sua ocorrência desigual, por outro lado, ilustra também como o narrador afasta-se de outras figuras, aumentando a opacidade em relação a esses personagens e tornando-os mais misteriosos aos olhos do leitor. O recurso narrativo, que pressupõe uma aproximação entre a voz do narrador e as vozes das personagens é recorrente em *O Louco do Cati*, mas não atinge todos os personagens de forma homogênea. Em diversos momentos o narrador nos dá a ver o mundo a partir da perspectiva de Norberto, ou do casal que acompanha o Louco até Santos e até mesmo do caminhoneiro que o transporta de Florianópolis a Lages. Tomemos como exemplo

¹⁴ Para maiores informações sobre a maneira como a técnica narrativa é abordada neste trabalho, ver o debate sobre a ocorrência do discurso indireto livre em *Os ratos* presente no primeiro capítulo desta dissertação.

um episódio que ocorre logo após o primeiro “surto” do Louco. Na pousada do Seu Ricardo, o grupo de amigos, antes de resgatar o “fugitivo”, conjectura sobre a possibilidade de tomar o café da manhã oferecido pelo proprietário da pousada sem ter que pagar pela refeição:

- O seu Ricardo está entusiasmado com o maluco?
- Não *era* isso! O que *ele* queria dizer é que aquele “incidente” havia mexido com ele, com todos.
- Não é verdade que mexeu com todos nós? Não é verdade?
- Sim, *mexera*. E o resto?
- Bem, no entusiasmo desse incidente, de chamar o Jagunta, mandar pegar o homem lá no mato, talvez que seu Ricardo nem pensasse nos níqueis, fosse fazer a coisa em família, pelo amável.
- O pessoal ficou pensativo. *Era* uma coisa que bem podia-se dar. O melhor mesmo *era* ir ver isso. (MACHADO, 2003, p. 37. Grifos nossos)

Norberto aventa a possibilidade de Seu Ricardo ter oferecido a refeição ao grupo por estar “entusiasmado” com o episódio envolvendo a fuga do maluco, sem se preocupar com o pagamento, portanto. Lembremos que o grupo de rapazes está sempre tentando racionar as parcas economias. Diante da hipótese, os amigos reagem inicialmente com incredulidade, que aparece marcada em discurso direto na primeira linha do trecho citado. A justificativa de Norberto vem a partir da segunda linha, dentro da voz do narrador. Conforme padrão de funcionamento do discurso indireto livre, os pronomes e o tempo verbal são claramente do narrador. O esforço argumentativo, contudo, é evidentemente do personagem. A argumentação ainda é complementada em discurso direto, com a fala de Norberto. Na sequência, a resposta do grupo é descrita outra vez mais pela voz narrativa, novamente aproximando-se da visão das personagens. A partir da sétima linha, temos novamente uma explicação de Norberto figurada dentro da voz do narrador e, por fim, outra resposta do grupo, também configurada a partir do discurso indireto livre, agora aceitando a hipótese de Norberto.

Essa alternância entre discurso direto e discurso indireto livre é constante ao longo do romance, criando um ambiente em que o olhar peculiar e próprio da voz do narrador praticamente apaga-se diante da multiplicidade de opiniões dos diversos personagens, aos quais ela cede espaço. Outro efeito dessa intercalação é a estreiteza do foco, que flutua sempre superficialmente em relação às ações e aos diversos problemas que se sobrepõem e que os personagens tratam de tentar resolver. Assim, sem o distanciamento necessário, o narrador furta-se de emitir

opiniões e elaborar reflexões e julgamentos a respeito das situações narradas. Vejamos outro exemplo:

A primeira refeição deles foi um acontecimento.
- Estão enjoando – observou um dos membros da escola, divertindo-se.

Decerto era. Mas Norberto tinha a impressão de que aquela náusea súbita, à primeira ingestão do alimento, devia ser fraqueza do estômago, originada pelo jejum.

Lembrou-se subitamente do rapaz que guiara o Borboleta: - “Se essa volta no estômago dá outra vez nele (no pobre maluco)”... Como estava distante – aquilo! – Norberto via-os desaparecendo atrás dos cômodos, como através uns bastidores, o Leo fechando a marcha, assobiando, uma lata com gasolina no ombro. – Já pareciam transparentes, vagos como espectros... (MACHADO, 2003, p. 85)

O trecho transcrito acima acontece momentos depois de Norberto e o louco serem levados a bordo do navio que os transportaria até o Rio de Janeiro. Na segunda linha, lemos o comentário de um dos encarregados dos presos políticos, que ironiza o enjôo dos detidos, em discurso direto. Na sequência, temos a anuência de Norberto a respeito dessa possibilidade, que aparece, todavia incorporada ao discurso do narrador, em manifestação do discurso indireto livre. No último parágrafo, observamos novamente a ocorrência do discurso direto, desta vez entre aspas, seguido de nova observação do narrador que se aproxima muito da impressão subjetiva do personagem, recordando momentos de um passado que, apesar de recente, parece-lhe distante em decorrência da virada súbita de sua situação.

Tal dinâmica não ocorre somente nos momentos em que Norberto está em cena. A família do Seu Geraldo, outra das “tutelas narrativas” do Louco, também é, frequentemente, enquadrada pelo narrador a partir da mesma configuração discursiva. Vejamos agora, como exemplo, um diálogo entre D. Miroca (esposa de Seu Geraldo) como uma de suas vizinhas:

Uma vizinha, falando da janela com D. Miroca, queria saber que dia era aquele.

- Segunda.

- Não: do mês.

Pensava a vizinha que ela sabia? Há muito tempo não via folhinha.

- Mas espere. – E chamou para dentro, pela filha. Depois, dirigindo-se outra vez à mulher:

- Essas crianças sabem mais que a gente.

Era fato.

A menina grande, consultada, informou tudo. (MACHADO, 2003, p. 209)

Nas duas primeiras linhas do trecho transcrito o narrador estabelece o cenário e apresenta os personagens envolvidos no diálogo que se seguirá nas próximas linhas. Na terceira e quarta linha ocorre o diálogo em discurso direto, com a alternância de falas marcada pelos travessões. Na quinta linha, contudo, sem marcação gráfica que indique diálogo, lemos a resposta de D. Miroca, ainda que a “voz” e os tempos verbais pertençam ao narrador. Trata-se de ocorrência do discurso indireto livre. Na linha seguinte alternam-se discurso direto e indireto. Na penúltima linha, a voz do narrador engloba o que seria a resposta da vizinha de D. Miroca, novamente via discurso indireto livre. Na última linha, finalmente, lemos a palavra inequívoca do narrador, discurso indireto, portanto.

Nos dois trechos citados, a alternância entre discurso direto e discurso indireto livre permite uma aproximação do leitor à perspectiva dos personagens em questão. No primeiro diálogo, conseguimos observar o modo do raciocínio de Norberto, seu senso oportunista e a maneira maliciosa com a qual ele convence os demais viajantes da brecha aberta pela ocasião (fuga do Louco), que resulta em uma refeição gratuita para o grupo. No último trecho, ficamos mais íntimos do cotidiano de D. Miroca, seus hábitos triviais, como o diálogo despretensioso com a vizinha e sua inobservância em relação ao calendário. Embarcamos na atmosfera interiorana em que a troca de frases de senso comum estabelece e mantém relações cordiais entre os moradores da cercania.

Tal enquadramento narrativo, contudo, não se repete na relação com o protagonista da história. Ao contrário, surpreende ao leitor a ausência de aproximação entre narrador e o Louco. A figura central da narrativa quase não apresenta voz, raramente fala, e permanece opaca mesmo aos olhos do narrador. O personagem que dá título ao romance não atua como tipicamente atuam os protagonistas:

Na mesma hora em que alguém conta uma história sobre um personagem, a narrativa parece querer se concentrar em volta daquele personagem, parece querer se fundir com ele, assumir seu modo de pensar e de falar. A onisciência de um romancista logo se torna algo como compartilhar segredos; isso se chama *estilo indireto livre*, expressão que possui diversos apelidos entre os romancistas – “terceira pessoa íntima” ou “entrar no personagem” (WOOD, 2008 . 20-21. Grifos do autor).

O que Wood descreve, conforme podemos constatar, não acontece em *O Louco do Cati*. Ainda que o Louco esteja presente na maior parte do relato, a história do protagonista é marcada pela opacidade do personagem mesmo aos olhos do narrador, que nos revela sua vida a partir de situações diversas, sobre as quais nem a voz narrativa, nem o próprio protagonista, cuja subjetividade é cindida pelo trauma, conseguem refletir a respeito:

Pois se há fatos sendo narrados – o passeio impedido por sucessivos problemas práticos; o controle policial; as detenções arbitrárias; a estadia no Rio de Janeiro; a viagem de volta, trecho por trecho, sob novas dificuldades –, há no enredo um aspecto difuso, contrário à síntese e à conjugação entre letra e sentido. Um descentramento que faz, boa parte do tempo, a história passar pelos nossos olhos. (PACHECO, 2010, p. 2-3)

O enquadramento narrativo ao qual está subordinado o Louco parece dar forma à precariedade de sua consciência e visão de mundo. Mesmo o discurso indireto livre, procedimento recorrente no romance, não é capaz de dar voz ao transtornado protagonista dessa viagem. Perpassa o livro uma sensação de estranhamento causada por esse bloqueio que cerca o personagem central. Tal entrave narrativo ajuda a compor a atmosfera que circunda o Louco, que contamina a narrativa atualizando a sensação de desconforto que une as origens do trauma do personagem - a violência do Cati - com as novas experiências protagonizadas na narrativa – vinculadas à repressão getulista.

2.6 Permanência da violência, renovação do trauma

Ainda que o enquadramento narrativo pouco dê espaço à voz do Louco - seja via discurso direto, seja pelo discurso indireto livre - em alguns momentos do romance somos apresentados a *flashes* do passado do protagonista. Na maioria dos casos, são memórias de infância relacionadas ao quartel do Cati. Nesses momentos, apesar dos episódios aparecerem narrados em discurso indireto (voz do narrador), a visão dos acontecimentos parece próxima à do transtornado personagem:

...Era pequeno. Uma tarde. Caía o sol. Gente, muita gente. Quase toda a população da cidadezinha. A cadeia (a “Cadeia Velha”) era um edifício raro. Velho, tinha uma espécie de sótão, que o distinguia das

casinhas baixas da cidade e era como um remanescente duma edificação anterior, suntuosa, que *devia* ter existido, num passado misterioso e irreal.

Ele estava com a mão fria e tremendo presa à mão da mãe. Todos, ali defronte da Cadeia, comentavam e esperavam. E quando o homem esquelético surgiu no terreno da frente (ela era metida para dentro), reatado em cima do cavalo, as mãos amarradas às costas, guascas maneando as pernas por baixo da barriga do animal, e vociferando numa revolta ao mesmo tempo enfática e triste, ele quis saber, saber! Já um pelotão de soldados o rodeava. Era a escolta.

- O que é que eles vão fazer com o homem, mãe?

- Psiu! Vão matar ele lá no Cati... (MACHADO, 2003, p. 29)

Sempre que mobilizado, o olhar do protagonista parece convergir para a experiência traumática que marcou sua infância. Em discurso indireto, essa experiência é organizada pela voz narrativa, ainda que de maneira difusa. Tais *flashes* dão conta do *passado* do Louco, de sua infância abalada pela violência, o que parece ser a origem das perturbações do personagem. Na visão do protagonista, contudo, passado e presente confundem-se. Atormentado pelas lembranças, o Louco acaba associando situações cotidianas às memórias do trauma. Daí a recorrência dos seus surtos. É essa confusão - mistura entre passado e presente - que parece caracterizá-lo como louco perante o olhar dos demais personagens.

No desenrolar da narrativa, contudo, os surtos do maluco – ligados às experiências emocionais marcantes do passado – ganham sinistra atualização. O cerco persecutório do qual Louco e Norberto passam a ser vítimas reconfigura o sentido da paranoia do protagonista. Se passado e presente se confundiam na mente do maluco, configurando sua loucura, agora os dois tempos misturam-se também na realidade histórica. O autoritarismo de orientação positivista, responsável pela violência brutal que marca a guerra civil gaúcha, atualiza-se em versão de dimensões nacionais com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Ao que tudo indica, o ponto de vista do Louco significa uma experiência da realidade e da história, pautada pela dissociação e pela assintonia. Em alguma medida, com a mania de perseguição, ele expressa as injunções de um sistema de vigilância e ignomínias que se repôs historicamente, mas sob novas circunstâncias – que a quebra das continuidades temporais, e portanto a supressão das diferenças entre passado e presente, não deixa ver. Daí também sua sobrecarga afetiva, pois cada momento, ilimitado, indiferenciado, traz consigo toda a violência, de maneira assoberbante. (PACHECO, 2010, p. 9)

Simbolizada no Cati, local de torturas e degolas, a violência da guerra civil gaúcha, da qual o protagonista fora testemunha na infância, ganha novos ecos em sua já perturbada mente a partir da repressão perpetrada agora pelo regime varguista. A cena da chegada do Louco e de Norberto na prisão do Rio de Janeiro é exemplar:

O maluco teve um movimento de fuga. Quis retroceder. Um dos guardas pôs-lhe a mão. Mas ele já soltava um grito:
 - É o Cati! Não me digam que não! – E depois de uma respiração, ruidosa e difícil, numa voz berrada e choramingada a um tempo:
 - Não me levem para o Cati! (MACHADO, 2003, p. 94-95)

Ao encontrar-se em situação de cárcere, o personagem tem a certeza de estar no Cati. Se em um primeiro momento (seu primeiro surto, ainda na pousada do Seu Ricardo, em Palmares) o receio do Louco de achar-se em situação de perigo caracterizava-se como um equívoco decorrente de sua loucura, no decorrer da narrativa, quando a repressão de Estado atravessa novamente seu destino, a mente traumatizada do protagonista intui inequivocamente o autoritarismo e arbitrariedade dos quais é vítima, significando-os a partir do trauma do passado.

Conforme comenta Márcio Seligmann, “a incapacidade de simbolizar o choque – o acaso que surge com a face da morte e do inimaginável – determina a repetição e a constante ‘posterioridade’, ou seja, a volta *après-coup* da cena” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 49), sendo a recorrente e alucinatória repetição da experiência violenta uma característica da mente traumatizada, portanto. Acontece que, em *O Louco do Cati*, mais do que a representação da mente traumatizada, há a narração de um novo infortúnio violento na vida do protagonista. O retorno à situação do trauma por parte do Louco aparece não apenas como sintoma de um passado tenebroso, mas também como signo da permanência da violência e do arbítrio enquanto práticas de estado.

Dividem o protagonismo da narrativa, portanto, dois personagens acossados, cada um a sua maneira, pelo terror despertado pela repressão getulista. Norberto, possível ex militante político, ao ser preso necessita abandonar seus projetos e reconfigurar sua vida a partir de uma variedade de arranjos que eventualmente podem passar, como sugerido, inclusive, pela negociação com as autoridades e a delação de companheiros. O Louco, por sua vez, atua como figura já marcada pelo trauma. Seu surtos recorrentes são espécie de termômetro que constata a

permanência da violência na vida pública nacional. Ainda que o momento final da narrativa possa simbolizar alguma espécie de catarse do Louco diante das ruínas do Cati, o reencontro com a situação traumática compõe de forma mais significativa sua trajetória, configurando-se ainda como uma figuração dos impasses nacionais ficcionalizados por Dyonelio.

2.7 Quadro comparativo de datas *O Louco do Cati x Desolação*

Data	<i>O Louco do Cati</i>	<i>Desolação</i>
13 de dezembro de 1935	Norberto, Maneco Manivela, Leo e Luís partem, acompanhado do Louco, em viagem rumo ao litoral gaúcho	-
14 de dezembro de 1935	Após terem passado a noite em frente ao estabelecimento de Seu Ricardo, os jovens amanhecem com uma surpresa: o primeiro “surto” do Louco. À noitinha, chegam a Quintão.	-
15 de dezembro de 1935	Os rapazes aproveitam a praia pela manhã. Norberto informa aos companheiros de viagem que decidiu permanecer no litoral juntamente com o Louco. Os demais rapazes iniciam sua viagem de retorno.	Maneco Manivela, Leo e Luís iniciam sua viagem de retorno a Porto Alegre. Saindo de Quintão eles retornam ao rancho de um praieiro, onde haviam estacionado o veículo Borboleta. O caminhãozinho começa a apresentar problemas mecânicos.
16 de dezembro de 1935	Norberto e o Louco partem em viagem rumo a Capão da Canoa.	Após passar a noite em frente ao rancho do praieiro, o grupo de jovens pega a estrada

		em retorno à capital. Por conta de problemas com o veículo, acabam parando no meio do caminho, no rancho de Seu Ivo.
17 de dezembro de 1935	Os dois viajantes ficam hospedados em um chalé, em Capão, onde Norberto tenta “levantar fundos” jogando baralho.	Os viajantes deixam o rancho de Ivo após exercerem alguns reparos no Borboleta. Apesar desses cuidados, o veículo acaba enguiçando na estrada entre o rancho de Ivo e o Capivari, por falta de combustível.
18 de dezembro de 1935		Após a embreagem do Borboleta quebrar, os rapazes conseguem reboque com um chofer chamado Jó. Já ao final desse dia, o grupo de rapazes chega a Águas Claras, onde Maneco Manivela encontra, pela primeira vez, Dr. Matos.
19 de dezembro de 1935	Norberto e o Louco deixam o Chalé e partem a pé em direção a Torres, em viagem que dura cerca de dois dias. Lá chegando, embarcam em um ônibus	O grupo de rapazes passa o dia em Águas Claras negociando com Jó um reboque até Viamão. Enquanto aguardam, desfrutam de

	com destino a Araranguá, onde são detidos pela polícia.	um churrasco junto com Dr. Matos.
20 de dezembro de 1935		Rebocados por Jó, os viajantes chegam a Capela do Viamão e instalam-se no hotel Saraiva, onde passam a noite enquanto buscam soluções para o defeito mecânico do Borboleta.
21 de dezembro de 1935		Após vender o veículo Borboleta em uma curiosa negociação, Manivela quita a dívida do grupo de amigos junto ao hotel, fornece dinheiro para os rapazes comprarem suas passagens de retorno, e em um gesto deliberado, atea fogo ao veículo, no ápice de seu delírio persecutório. A explosão encerra o romance.
Período indeterminado entre o final de dezembro de 1935 e meados de julho de 1936	Norberto e o Louco permanecem presos. Primeiro em Florianópolis, depois no Rio de Janeiro, para onde são transferidos. Após sair da prisão, Norberto e o Louco passam a viver no Rio de Janeiro,	-

	mediante arranjos e pequenos expedientes.	
Meados de julho de 1936	O Louco embarca em sua viagem de retorno para o sul do país.	-
Agosto de 1936	O Louco fica hospedado na pensão de Seu Geraldo e D. Miroca, antes de retomar sua viagem e seguir até o Cati.	-

3 DELAÇÃO, *DESOLAÇÃO*

Neste capítulo comenta-se o romance *Desolação*, cuja narrativa expõe os dedobramentos e a continuidade dos acontecimentos relatados em *O Louco do Cati*, dessa vez com foco no grupo de Maneco e seus amigos em tentativa de retorno a Porto Alegre. A partir da manutenção da abordagem já utilizada nos outros capítulos, foca-se aqui no estudo na trajetória do protagonista em sua suspeita de perseguição, em enredo que reconstitui e expande a atmosfera persecutória já presente no romance anterior. Contrapondo os hábitos e atitudes de Manivela antes do seu “envolvimento” com a política, buscamos compreender a sociabilidade que perpassa o cotidiano do personagem e suas possibilidades de tomada de consciência, em tensão com a forte repressão de Estado. Mais uma vez, a posição do narrador e as configurações narrativas são analisadas na minúcia, na busca de uma melhor compreensão da relação mimética estabelecida pelo romance. A análise que encerra esta dissertação permite uma melhor visada do conjunto, apontando para a recorrência de temas e procedimentos na obra dyoneliana.

3.1 A viagem de regresso

Desolação narra a tentativa de retorno dos três amigos - Maneco, Leo e Luís – de Quintão a Porto Alegre. A aventura acontece sem a companhia de Norberto e do Louco, que como vimos, separaram-se do grupo em Quintão e seguiram viagem até serem detidos na fronteira com Santa Catarina, conforme os acontecimentos narrados em *O Louco do Cati*, romance debatido no capítulo anterior. Após a despedida dos outros membros do grupo, os rapazes planejam seu retorno a Porto Alegre. A viagem à praia, imaginada como um passeio curto, acabara por arrastar-se por tempo maior do que o inicialmente programado pelos rapazes. Somente no domingo, dia 15 de dezembro, é que Maneco, Léo e Luís iniciam seu retorno, o que ocorre após a aquisição de alguns litros de gasolina, carregados em uma grande lata pelos meninos. Como veremos, esta tentativa de retorno será marcada por uma série de percalços e contratempos: idas e vindas que compõem uma narrativa truncada, labiríntica, versando, assim como o romance anterior, sobre a forte repressão de estado que marca os anos 30. (Para melhor compreensão das datas e dos acontecimentos do enredo, em contraste com os fatos narrados em *O Louco do*

Cati, ver o item 2.7 do capítulo anterior: Quadro comparativo de datas *O Louco do Cati x Desolação*.)

Significativamente, a narrativa não abre com o momento inicial da viagem de regresso. O romance começa com a aventura já a meio, no instante em que Maneco é alertado por Dr. Matos sobre a presença de um “provocador” (policial infiltrado) na pousada em que se encontram, em Águas Claras, mais ou menos no meio do caminho entre o ponto de partida do grupo (Quintão) e o seu destino (Porto Alegre). Desse modo, os primeiros nove capítulos (dos trinta e um que compõe a narrativa) são preenchidos com uma variedade de avanços e recuos temporais que, simultaneamente, constituem-se também em saltos geográficos, uma vez que se trata de uma narrativa de viagem (ver anexos II, III e IV). O emaranhado da trama joga o leitor em um universo confuso, levando-o a uma condição análoga à dos personagens, que frequentemente se encontram perdidos na estrada rumo à capital gaúcha.

Do aviso do Dr. Matos que abre a narrativa, até o nono capítulo, que narra o reboque do grupo das margens do Capivari a uma pousada em Águas Claras, o romance apresenta - de forma entrecortada e não linear - como se deu o percurso de Quintão até aquele local, trajeto marcado por uma série de contratempos. Os avanços e recuos causam-nos a sensação de estarmos perdidos em um verdadeiro labirinto, conforme comenta Ana Paula Pacheco:

A montagem dos capítulos iniciais (que ocupam praticamente $\frac{1}{4}$ do livro) segue dois princípios conjugados. O primeiro, dar lugar de abertura à sentença determinante de Dr. Matos sobre o colega de oficina de Maneco, Bagé – “Cuidado! Ele é um provocador” -, de tal modo que ela reverbera antecipadamente, como um destino já traçado, que se adianta ao conhecimento que dele terá o próprio sujeito (o que cronologicamente se daria nove capítulos depois, quando Maneco encontra o doutor, em Águas Claras). [...] O segundo princípio que parece orientar tal montagem em quebra-cabeça é justamente a inserção do leitor num espaço em que avanço e retrocesso se confundem: *um labirinto invisível*, a céu aberto, feito de horizontes bloqueados. (PACHECO, 2005. p. 315)

Contrastando as observações tomadas de empréstimo a Pacheco acerca dos capítulos iniciais de *Desolação* com os outros três quartos do romance, observaremos que, para o restante da narrativa, elas perdem pertinência. O andamento dos demais capítulos do romance sugerem obedecer um princípio diferente. O ritmo narrativo se altera a partir do nono capítulo e as idas e vindas são substituídas por uma relativa linearidade que, não obstante, não muda a percepção

de que estamos lidando com um universo de saídas e horizontes bloqueados. Os impasses vividos por Manivela assumem outro caráter a partir da chegada do grupo em Águas Claras e da entrada definitiva de Dr. Matos na narrativa. Se antes os percalços estavam relacionados a escassez financeira do grupo e os problemas mecânicos do veículo Borboleta, a partir da chegada à pousada e do consequente encontro com o advogado, soma-se a esses contratempos o terror de uma eventual prisão, que cresce exponencialmente em Maneco até o final do romance, exposto agora em uma narrativa linear. Uma vez abandonados os procedimentos que marcam os primeiros capítulos (cabe ressaltar que do capítulo I ao IX existem ao menos oito saltos cronológicos, ora avançando, ora retrocedendo no tempo) a narrativa adquire novo andamento e ritmo, construindo uma tensão que cresce na mesma medida em que aumentam o terror e a paranóia persecutória de seu protagonista, culminando em um desfecho – literalmente – explosivo.

3.2 O discurso indireto livre em *Desolação*

Os comentários e alusões sobre os acontecimentos de novembro de 1935 aparecem já nas páginas iniciais de *Desolação*. No primeiro capítulo, em conversa de Maneco com Bajé (o provocador acusado por Dr. Matos) surgem menções passageiras. O suposto informante da polícia havia sido preso recentemente, e relata suas peripécias na prisão. Vale ressaltar que o fato de Bajé ser colocado em liberdade logo após sua detenção corrobora a hipótese de Matos – segundo a qual o rapaz trata-se de um “provocador”, gíria para infiltrados no movimento que estão ajudando a polícia a capturar envolvidos. Manivela se interessa pela narrativa do amigo e não demonstra nenhuma desconfiança até ser avisado por Dr. Matos. O alerta do advogado desperta em Manivela uma nova postura, que o faz repassar acontecimentos do passado: uma reunião em que estivera, onde um rapaz do Rio de Janeiro palestrou sobre o movimento operário; panfletos recebidos e trocados na oficina mecânica e – mais recentemente – a postura de Norberto, a qual, já em *O Louco do Cati*, causara desconfiança no mecânico.

O seu primeiro incômodo nessa matéria fora Norberto. Não que lhe houvesse escapado a *coisa*. Falara mesmo sobre o caso com Leo. Apenas, *não pensava* no movimento, na revolução, - tão longe andava de tudo isso... Daí em diante, porém, como que aquela história queria parafusá-lo e entrar-lhe no corpo à força... (MACHADO, 2005, p. 6. Grifos do autor)

Ainda que se considere um operário, Maneco vê-se distante do mundo militante. Não se identifica, pois, com o movimento. Não obstante, reconhece a recorrência inoportuna com que esses assuntos estavam surgindo no seu horizonte no passado recente. De fato, poucos dias antes (embora posteriormente do ponto de vista narrativo, dado os já referidos saltos temporais que caracterizam o início do romance) a matéria já fora discutida pelo grupo de amigos. Em conversa com o praieiro que possuía uma casinha próxima a Quintão, os rapazes debatem os acontecimentos “agitados” daquele final de 1935:

Esse fim de ano vai ser o seu tanto agitado. Quiseram derrubar o governo.

- Aqui?

- Não: muito longe. No norte.

Um “movimento fomentado e dirigido por estrangeiros, ao que se diz. Com ideias estrangeiras, também: cancelamento das dívidas externas, nova divisão agrária...” (MACHADO, 2005, p.38)

Algum tempo depois, ainda na viagem de retorno, em conversa com Seu Ivo, que abrigara os viajantes em seu rancho próximo ao Capivari (quando os problemas mecânicos do Borboleta começam a surgir) o assunto torna a aparecer:

Seu Ivo esteve na capital ultimamente. Soube que tinha havido prisões.

- Um pessoal que está contra o governo.

Só sabe dizer isso. Não conhece detalhes. Lá pelo pouso das carretas, no Caminho do Meio, falava-se que tinha havido uma revolução. Mas ele não acreditava. Fala-se em tanta coisa...

Tinha havido, sim, esclarece Manivela. Logo sufocada.

- Mas não em Porto Alegre!

- Não: no norte e no Rio. (MACHADO, 2005, p. 52)

Tais passagens revelam, pouco a pouco, a visão de Manivela acerca do “movimento”. Inicialmente, observamos fortes ressalvas do mecânico em relação aos revolucionários, indisposto a indentificar-se com suas propostas e – principalmente – com seus métodos. Contudo, por vezes Maneco parece vacilar em suas convicções, enxergando o “movimento” sob outra perspectiva: “Está no conhecimento dos planos de governo do movimento fracassado. Coisas interessantes; algumas, ao parecer de Manivela, formidáveis mesmo.” (MACHADO, 2005, p. 10). Há, portanto uma consciência hesitante por parte do mecânico sendo apresentada ao leitor através das diversas idas e vindas do pensamento do protagonista. Por vezes, Manivela

rechaça completamente o movimento e busca distanciar-se dele. Em outros momentos, o mecânico revela uma incapacidade de formar opinião a partir das noções contraditórias que se estabelecem em sua mente, e por fim, em algumas reflexões, Maneco parece aderir completamente ao ponto de vista dos revolucionários (ainda que não deseje engajar-se).

A dialética empreendida pelo pensamento do protagonista ao refletir sobre os pareceres contraditórios que traça sobre os revolucionários e seu movimento fracassado nos é apresentada, narrativamente, principalmente, a partir do discurso indireto livre, que constrói a consciência hesitante de Manivela. O recurso narrativo, aqui, apresenta-se de maneira bastante diversa da verificada em *O Louco do Cati*, uma vez que é central na construção da subjetividade do protagonista e na escalada progressiva de sua paranóia persecutória, corroborando com a tensão crescente da narrativa, que busca mimetizar o clima de terror e perseguição desencadeado após a revolução frustrada de novembro de 1935. Se no romance anterior a subjetividade do protagonista era construída a partir do trauma, tendo como marca maior a sua opacidade diante dos olhos do leitor (ressaltada pela ausência da mistura de vozes entre narrador e protagonista) aqui a recorrência do discurso indireto livre volta a criar um enquadramento semelhante ao observado em *Os ratos*, sendo decisiva para a construção do romance. Vejamos, como exemplo, mais um momento de reflexão do protagonista:

Não viu mais o Dr. Matos. Impressionou-lhe aquele quadro simples e vivo que traçou do sitiante do litoral: tinha a terra (terra pequena, lógico); vende-a, porque não pode mais explorá-la e. Como tem que abraçar uma profissão para a qual já se sinte um pouco preparado, compra com o dinheiro uma carreta com bois; finalmente, diante da voracidade dos estômagos e a voragem grande também das doenças, vende a carreta, os animais; não raro se emprega como peão-carreteiro do próprio comprador.

Bem traçado! Talvez tivesse sido essa a trajetória (a viagem redonda) do praieiro do Quintão.

A propósito: a filha dele teria morrido?...

Francamente, não entende nada daquilo. Lamenta o sitiante, obrigado a se desfazer da terra para a empresa progressista (Manivela gosta do “progresso”), acha que houve um lucro: explorou-se uma terra que não estava dando nada, ou quase nada. Agora, havia uma extensa lavoura de cana ali mesmo. A região ao redor progredia também, ao contato com a empresa, com o engenho ou com a fábrica. Por esse lado, via na troca um bem. *Mas era ao mesmo tempo, então, um grande mal e um grande bem?... Não podia ser. Isso é que ele queria que lhe explicassem.* (MACHADO, 2005, p. 101-102. Grifos nossos)

A partir da perspectiva de Maneco, o narrador reelabora o relato feito pelo Dr. Matos na lanchonete da pousada de Águas Claras. A história, que ficara marcada na memória de Manivela, é reanalisada, desta vez sendo repassada pelo ponto de vista do protagonista via seu próprio discurso, que emerge em meio a construção narrativa elaborada pelo narrador. Sintetizada na expressão “Bem traçado!”, lemos uma voz que parece admirar e concordar com a lógica do relato. Tal expressão e sentimento pertencem ao mecânico, ainda que apareçam incorporados no discurso do narrador. O mesmo acontece na tentativa de síntese que pontua o final do parágrafo citado. O mecânico Manivela demonstra compaixão com a situação daquela população pobre da faixa litorânea, vítima das circunstâncias descritas pelo advogado. Maneco é inclusive capaz de relacionar o relato com sua experiência pessoal, enxergando no praieiro com quem travara conhecimento ainda a poucos dias atrás um exemplo do que foi exposto por Matos. Contudo, matém simpatia, ao mesmo tempo, com o “progresso”, de modo a enxergar também aspectos positivos no que relatara o advogado. Tese e antítese embaralham seu pensamento, deixando o protagonista ansioso por uma síntese, uma resposta: “Isso é que ele queria que lhe explicassem.” Tal anseio, também aparece construído via discurso indireto livre, por meio de sua formulação narrativa típica: a inquietação e a necessidade de uma explicação são do personagem, os pronomes e os tempos verbais, do narrador¹⁵.

Da mesma forma que em *Os ratos* o ultimato do leiteiro serve de mote aos acontecimentos do enredo e condiciona toda a ação narrada, em *Desolação*, o aviso de Dr. Matos a Maneco tem o mesmo efeito dentro da narrativa. Todos os acontecimentos cronologicamente posteriores ao aviso – isto é, tudo aquilo que ocorre a partir do capítulo nove, quando se encerram os saltos temporais que marcam o início do romance – relacionam-se com ele, o que transforma tanto o comportamento do protagonista quanto o ritmo da narrativa, conforme sugerido anteriormente. O discurso indireto livre, que em um momento inicial nos dava a ver a consciência hesitante de Maneco em relação aos revolucionários adquire, a partir do alerta de Matos, um outro efeito, tornando-se também a ferramenta narrativa por

¹⁵ Valho-me aqui de análise semelhante realizada por Franco Moretti em *O Século Sério*. Usando como exemplo um trecho do romance *Emma*, de Jane Austen, Moretti esmiúça o encontro entre discurso direto e discurso indireto, apontando que, no exemplo, “o tom e a ordem da frase” pertenciam ao personagem, enquanto “os tempos verbais e os pronomes” eram do narrador. (MORETTI, 2014).

meio da qual se configurará o gradual aumento das preocupações de Manivela, que exponencialmente vai se enxergando, ainda que de forma não deliberada e quase que casual, envolto em uma trama de suspeitas e perseguições que o tiram de sua habitual tranquilidade e imprevidência.

Abalado pelo aviso de Dr. Matos, que denuncia Bajé, conhecido de Maneco, como um “provocador”, o protagonista torna-se inquieto, e vê-se obrigado a reanalisar seu passado para assegurar-se de que não corre riscos. Maneco, que sempre evitara envolver-se em política e desejava “continuar a viver como até aqui: como o Léo, por exemplo.” (MACHADO, 2005, p. 16), vê-se repentinamente envolvido em um enredo que não compreende completamente, e que justamente por isso, preocupa-o de maneira aguda.

Repugna-lhe não apenas a ideia da ilegalidade, como também a da clandestinidade e, no fundo, a hipótese de dissolução da existência individual no âmbito da ação social e coletiva implicada na atuação política. (SALGADO, 2017, p. 38)

A despreocupação típica da juventude, que caracterizava sua vida pregressa aos acontecimentos narrados, contrasta com a sua nova situação de tensão. Neste novo quadro, as preocupações de Manivela direcionam-se de forma obsessiva e paranóide para o medo de estar sendo perseguido, hipótese – entretanto - cada vez mais corroborada pelos acontecimentos que se desenrolam a partir do alerta de Dr. Matos. O discurso indireto livre acompanha o desenvolvimento dessas reflexões, tornando-se o espaço narrativo da exarcebação do delírio persecutório do protagonista. A recorrência desta ferramenta discursiva cresce a partir do capítulo dez, preenchendo o romance cada vez mais com os pensamentos e reflexões do personagem. O universo narrado apresenta progressivamente os fatos e acontecimentos a partir do ponto de vista acossado de Maneco, criando uma atmosfera que reconstrói o terror da repressão que marca o período .

Seu delírio [de Manivela] persecutório tem fundamentos tão reais diante da irrealidade que o real adquire ao longo dos episódios, enquanto detenções pululam entre conhecidos, que o leitor também não consegue saber se Maneco não está, no fundo, em seu mais pleno juízo. (PACHECO, 2005, p. 315. Grifo nosso.)

Comentando tal atmosfera de repressão, Ana Paula Pacheco também observa que a passagem lenta do tempo corrobora com a composição do cenário acossado em que transita o protagonista:

O tempo também é percebido no livro como categoria crítica, juntamente com a lei de desorientação que rege o espaço: sedimenta a opressão à medida que faz se sentir como matéria que não escoar, como distensão infundável. Para a individualidade premida, trata-se muitas vezes, como numa imagem usada por Maneco Manivela, de um *ponto morto*. (PACHECO, 2005, p. 318. Grifo da autora.)

Partindo da reflexão de Pacheco, podemos apontar, também, o quanto tal andamento temporal arrastado, inclusive, está vinculado, do ponto de vista narrativo, à presença do discurso indireto livre, particularmente a partir do décimo capítulo, quando se encerram os saltos temporais e penetramos cada vez mais na subjetividade do protagonista. Esta inserção recorrente na interioridade do personagem implica uma espécie de estagnação narrativa. A atmosfera narrada passa a ser preenchida pelas projeções, dúvidas e memórias de Maneco, que alternadamente, busca elementos para convencer-se de que está ou não está sendo, de fato, perseguido. Vale notar que tal introspecção acaba por isolar o mecânico, que lida solitariamente com seus temores e angústias, sem compartilhar suas preocupações com os companheiros de viagem (embora relate, recorrentemente, a vontade de poder dividir seu medo com Leo, por exemplo, e consultar sua opinião).

Uma introspecção semelhante acontece, por exemplo, ao final de *Os ratos*, durante a exaustiva vigília de Naziazeno, que não consegue dormir mesmo após o cansativo dia e eventualmente, passa a preocupar-se com a possibilidade de ratos haver rido seu dinheiro (o dinheiro destinado ao pagamento do leiteiro). Assim como em *Desolação*, este episódio é marcado por um destendimento do tempo e uma exasperação da angústia da personagem, compartilhada pelo leitor por meio do procedimento narrativo, que enfatiza as dúvidas e incertezas presentes no ponto de vista subjetivo do funcionário endividado.

Em *Desolação*, essa introjeção cada vez mais recorrente e duradoura na subjetividade de Maneco Manivela acontece a partir do segundo quarto da narrativa, configurada por uma mobilização mais frequente do discurso indireto livre. Há, portanto, uma intensificação do foco na interioridade e nos pensamentos de Maneco

Manivela, apresentando ao leitor o desenrolar de suas preocupações, que culminam em um delírio persecutório que acaba por cerrar todos os horizontes do protagonista. Credo estar completamente sem alternativas, Maneco, no auge de seu acossamento, partirá para o incêndio do veículo Borboleta, lançando ao fogo também a *Cartilha da Insurreição* – material subsversivo que havia recebido de Dr. Matos. No agravamento de seu delírio proporcional ao aumento de sua introspecção, acompanhamos o isolamento de Manivela, que prejudica sua capacidade de improviso e seu talento para a “cavação”. A imobilidade percebida por Pacheco nasce no discurso e alastra-se para todas as esferas da narrativa, em mímese apurada dos efeitos do cerco persecutório do período de repressão.

3.3 “Cavação” versus perseguição

Além das já referidas idas e vindas temporais e geográficas, marcam também os capítulos iniciais de *Desolação* algumas passagens que relatam pequenas contravenções cometidas por Manivela e pelos demais rapazes em seus arranjos durante a tentativa de retorno a Porto Alegre. Líder do grupo após a separação de Norberto (conforme observa o próprio praieiro que abriga o veículo Borboleta durante a estadia do grupo em Quintão), Maneco Manivela revela notável disposição para a “cavação” (para mobilizarmos o próprio termo usado pelos personagens), condição que compartilha com Norberto, conforme vimos acerca de sua atuação em *O Louco do Cati*, e com Duque, como visto em *Os ratos*.

Compõe o universo dos rapazes uma certa inclinação para o “improviso”, muitas vezes, no liminar da ilegalidade, e contudo, sempre encarada de forma bastante natural por todos, o que sugere uma espécie de *modus operandi* corrente entre o grupo. Observamos, por exemplo, ainda no romance anterior, o furto de alguns litros de gasolina “espichados” do Buick do proprietário de uma pensão em Palmares, que abrigara o grupo e ainda auxiliara no resgate do Louco após seu primeiro surto. Manivela, também furta um couro de carneiro que pertencia ao seu Ivo, no rancho em que os rapazes fizeram estadia no Capivari, enquanto reparavam o Borboleta. Esses dois pequenos ilícitos são fundamentais para que os amigos continuem avançando em sua viagem. O couro de carneiro furtado por Manivela será depois negociado com Jó em troca de reboque até Águas Claras. Observemos o

momento em que Maneco revela a sua pilhagem para seus companheiros de viagem:

Manivela desencavou de um esconderijo um rolo pardacento, vermelhusco, meio grande.

- O que é isso?

- Uma cama.

E foi desenrolando. Era o courinho da terneira, do seu Ivo.

- De quem é?

- Meu!

Os dois chegaram-se. Já o haviam visto lá na casa e bem. Mas desde agora, sentiam um novo interesse por ele.

Entusiasmo. Acordo. Solidariedade.

- Você fez uma boa aquisição.

- Ótima!

(MACHADO, 2005, p. 72)

Leo e Luís demonstram interesse no que chamam de “aquisição” de Manivela. Se em um primeiro momento, o termo pode levar o leitor a questionar o meio utilizado para a obtenção da peça, mais adiante na narrativa, quando nos é revelado com clareza que Maneco de fato furtou o objeto de seu Ivo, a palavra empregada pelos amigos ganha novo significado, revelando um certo cinismo de quem já está acostumado a tais situações e age, diante delas, com bastante naturalidade. É durante a negociação do reboque entre Manivela e Jó que o furto revela-se com todas as letras, em discurso do narrador que enfatiza ainda a astúcia (significativamente chamada de “trabalho”) de Maneco para afanar o item:

O caminhão ia de volta para Viamão. Manivela em nada tocara ao chofer com relação ao complemento do seu plano. Mas tem o plano de pedir-lhe o reboque até a Capela do Viamão. Para isso, o outro se juntara com aquele rico couro de terneira, que tanto trabalho lhe dera para conservar fora do alcance da atenção do dono. (MACHADO, 2005, p. 83)

O narrador não apresenta comentário moral a respeito de tais situações, nem sequer as enfatiza diante do caleidoscópio narrativo que caracteriza os primeiros capítulos do romance. Tal naturalidade parece compor um universo em que “transações” desse tipo são corriqueiras, o que se evidencia pelo fato de serem, os jovens viajantes, também vítimas de um pequeno furto, para o qual nem atentam.

- Pelas dúvidas – esclarece Umbelino para a mulher – eu tirei isto do fordezinho.

E mostra-lhe uma torquês. Ela tem vários dentes e a falta da ponta duma das pernas.

Conversam no quarto, abancados junto do leito da doente. A menina está desfigurada, a respiração curta e difícil. Tão difícil que se sente que todo o seu corpo se mobiliza para essa respiração: narinas, tórax, o abdômen.

Umbelino precisava mesmo duma ferramenta dessas. Com alicate não se ajeitava. Era homem da torquês, pura e simples.

- Eles vão notar? – Indaga a mulher.

Abano netativo de cabeça:

- Já andaram mexendo na caixa e não notaram.

É que havia muita bugiganga lá dentro. Demais, quem provaria que ele é que tirara? Ela dava mostras de não haver sido usada havia algum tempo: um induto de ferrugem fina (uma poeirinha) imprimia-lhe um certo tom arroxeadado, justamente nas partes em que o atrito mais devia existir. Por esse lado, pois, receio algum.

É que ele desconfia dos “hóspedes”. (MACHADO, 2005, p. 36-37)

Esses episódios demonstram que a atmosfera captada por Dyonelio em determinados momentos de *Desolação* assemelha-se àquela de *Os ratos*, referida no primeiro capítulo desta dissertação. Disseminada pela pobreza e precariedade material, há, entre os personagens uma certa disposição competitiva e de disputa pelas migalhas que lhes cabem na esfera de um capitalismo desigual e excludente, que deixa de fora da esfera do consumo (mesmo o mais básico) multidões de homens e mulheres. No jogo da escassez de recursos, não há espaço para a solidariedade de classe. Ao ouvir o relato de Dr. Matos sobre a pobreza da população litorânea, Manivela pode até demonstrar certa comiseração e simpatia pelos seus pares, mas diante das necessidades mais imediatas, não se furta de obter vantagem mesmo que às custas do Seu Ivo, cuja pobreza evidente nos é revelada a partir de sutilezas tipicamente dyonelianas, como podemos observar na seguinte passagem:

Quando eles chegam à “sala” (aquela é a peça da frente: a sala), já Luís está contando peripécias do passeio. Toda a família está ouvindo: o dono da casa, a mulher, os filhos.

Com calma, com uma calma mortificante, com mil cautelas, o dono da casa se decide a mandar buscar água para eles beberem. Depois de saciada a sua sede, novas precauções para permitir que eles “acampem” por um momento ali nas imediações, a fim de prepararem o seu alimento. Em todo o caso, há uma exigência formal a cumprir: não se faz lenha no recimento do “estabelecimento”. – Talvez porque não haja uma única árvore, como observa mentalmente Luís, projetando o olhar, através da porta aberta, para a aridez amboente.

- Procurem a lenha longe da casa.

A mulher do homem cochicha-lhe qualquer coisa.

- Pois pergunta – diz-lhe ele.

Mas ela se esquiva toda, encolhe-se.

- O que é que vão preparar? – decide-se o próprio sujeito por fim.

Luís explica-lhe.

Silêncio. Reflexão. Novas precauções. Finalmente, após uma consulta a esposa, o indivíduo resolve colaborar para aquela refeição, permitindo que Luís vá fazê-la no fogão da família. (MACHADO, 2005, p. 48)

Ao chegar no rancho do seu Ivo, este demonstra muita desconfiança em relação aos “forasteiros”, em postura semelhante àquela revelada por Umbelino, o praieiro residente próximo a Quintão. Em meio a negociações e negaceios, o grupo finalmente obtém permissão para acamparem ali e prepararem sua refeição, com a condição de buscar lenha em lugar distanciado. Contudo, em postura que revela, ao mesmo tempo, certa submissão feminina, curiosidade e interesse calculado, a companheira de Ivo demonstra desejo em saber sobre a refeição que seria preparada pelo grupo. Após negociação, “novas precauções” são tomadas, e os rapazes recebem permissão para preparar a refeição no fogão da família.

Embora tudo seja narrado de forma sutil e delicada, sugere-se que a mudança de postura de seu Ivo em relação ao grupo de rapazes deve-se a inclusão dele e de sua família na refeição, o que reforça a atmosfera de pobreza e necessidade abordada por Dyonelio, ao mesmo tempo em que aponta para um universo de negociações, avanços e negaceios, recheado de pequenos gestos, que compõem o universo da pobreza na abordagem dyoneliana, conforme já vimos a respeito da dinâmica de relações em *Os Ratos*, especialmente a partir do estudo de Schiffner.

A partir da chegada a Águas Claras, contudo, a situação se altera. O aviso de Dr. Matos transforma Maneco Manivela. Suas inquietações mudam de âmbito. Se, em princípio, o mecânico ocupava-se com preocupações cotidianas tais como o serviço que levava atrasado na oficina, os desejos sexuais, e principalmente a necessidade imediata de colocar o veículo Borboleta novamente em condições de transportar ele e seu grupo de volta a Porto Alegre, de um momento para outro, vê outro problema surgir e ocupar o posto máximo na hierarquia de suas pendências. Paulatinamente, a ideia fixa de que está sendo de fato persuíguído absorve todas as suas atenções. Pouco a pouco, Manivela passa a ter a convicção de que será preso. “A polícia estivera ali, naquele dia! Pela manhã? pela tarde? Está sendo farejado, nem resta dúvida.” (MACHADO, 2005, p. 212) Tal suspeita, que começa a inquietar Manivela desde Águas Claras e do encontro com Dr. Matos, ganha maior corpo e força a partir da chegada do grupo ao Hotel Saraiva, em Viamão.

De modo cada vez mais concreto Manivela se convence, dentro do seu delírio persecutório, de que está acossado. Essa noção vai, aos poucos, imobilizando Maneco. A preocupação o consome e deixa-o exausto. Quase sem força, o personagem sente-se incapaz de ter disposição para resolver o impasse no qual se encontra.

De dentro da sua 'vacuidade', Manivela vê surgir como que uma recriminação. Imagina-se noutros tempos, providenciando, agindo, cavando. Estão quebrados, fazendo despesa, sem recursos. Isso era o quanto bastava, *normalmente*, para atirá-lo à luta. Estranho, pois, esse conformismo, essa desligância... Mas é uma desligância, mesmo: não experimenta o menor estímulo para uma iniciativa, uma cavação. (MACHADO, 2005, p. 231)

Sua habitual habilidade para a “cavação” está enfraquecida, conforme o próprio protagonista reconhece. E não está sozinho nesta percepção: seus amigos, Leo e Luís, também demonstram certa estranheza em relação ao comportamento de Manivela, o que vai deixando o mecânico cada vez mais isolado e solitário.

Uma das formas como o autor explora os efeitos desnordeantes sobre a psique implicados na vivência sob um regime ditatorial é a espiral de paranoia que plana sobre a cabeça das personagens e ameaça monopolizar e devorar toda a atividade anímica, à maneira de um vampiro tirânico sempre à espreita para a próxima sucção energética. (SALGADO, 2017, p. 32)

Impossibilitado de dividir seus receios, o protagonista consome-se em uma irremediável e obsessiva revisão do passado, na busca de algo que o isente, mas convencendo-se cada vez mais de que não há escapatória e que se acha, de fato, perseguido. Na proporção da convicção que assume em seu delírio persecutório, cresce também a imobilidade do protagonista. Suas capacidades de improviso e disposição para a negociação, conversa e arranjo – talentos cujo sucesso já foram demonstrados no passado – perdem força diante da sua nova categoria de preocupações.

Ainda assim, Manivela é quem, dentro do grupo de amigos, tem a capacidade para arranjar uma solução. Envovendo uma curiosa transação, Maneco consegue articular a venda do Borboleta para Chico Galinha, sujeito excêntrico que havia demonstrado certo interesse no veículo desde a chegada do grupo em Águas Claras. Tal negociação parece resolver, ao menos de modo mais imediato, os principais impasses dos viajantes, que eram, a essa altura da narrativa, saldar sua

dívida no Hotel Saraiva (repetição do problema do endividamento já abordado em *Os ratos*) e obter meios de retornar a Porto Alegre. Novamente a disposição golpista ganha foco na narrativa, a partir da venda, pelos rapazes, de um veículo que não lhes pertence. O plano consistia, conforme cogitado por Maneco, em solicitar que o dono do veículo – Antônio Vitorino – reclame o carro uma vez que o grupo consiga chegar de volta à capital. Chico Galinha, no entanto, aparenta ter ciência do negócio no qual está se envolvendo. Sua condição de solicitador - “uma espécie de advogado” (MACHADO, 2005, p. 166), conforme explica Maneco para os seus amigos – indica que ele não crê que sairá como parte prejudicada nesta transação. Da mesma forma que para o Dr. Mondina em *Os ratos*, aqui, novamente a ambição de ganho aparece associada à possibilidade de logro.

Com o dinheiro na mão, Manivela está, ao menos em tese, apto ao retorno à capital. No entanto, não será esse o caminho escolhido pelo protagonista. Avistando um policial na rodoviária, o mecânico acaba desistindo da viagem e entregando-se derradeiramente ao seu delírio persecutório. Desse ponto em diante da narrativa, Maneco parece ter tomado uma decisão definitiva, revelada por seu ato final. Não é mais um personagem hesitante que acompanhamos nas últimas páginas da narrativa. Resoluto e silencioso, Manivela caminha até o quintal de Chico Galinha, onde estava estacionado o automóvel Borboleta.

3.4 Delações e desolações

Conforme já observado, a narrativa de *Desolação* abre *in media res*, abordando, no primeiro capítulo, o aviso de Dr. Matos a Maneco que dá início ao seu delírico persecutório. As palavras do advogado abrem a narrativa e reconfiguram as preocupações de Manivela. A possibilidade do seu conhecido – Bajé - ser um delator atrai, como um ímã, as reflexões do mecânico, que anteriormente ao encontro com Matos, jamais cogitara essa possibilidade.

“Provocador” é um sujeito que tem ligações com a polícia. Na realidade, um “policial”. Um rapaz que viera do Rio e que pretendia *instruí-los* numa reunião clandestina, realizada para esse fim, falara muito nos provocadores, nos “policiais”, nos delatores, nos espiões. Queria precavê-los do perigo que eles ofereciam ao “movimento”... (MACHADO, 2005, p. 5-6)

Logo após o alerta do advogado, na explicação do termo utilizado por ele – “provocador” – o ponto de vista narrativo começa a repassar os contatos anteriores de Manivela com o “movimento”. No trecho citado, há a menção a uma reunião clandestina da qual maneco participou. A significação que o mecânico dá a tal episódio crescerá na proporção do aumento de seu delírio persecutório, como veremos mais adiante. Além disso, após o informe recebido, Manivela decide repassar sua relação com o suposto provocador, em busca de uma melhor compreensão dos fatos e da dimensão de seu envolvimento:

Bajé era quem distribuía uns manifestos que Manivela leu e onde viu muitas coisas sobre diferenças soais. Foi pegado e trancafiado. Agora estava ali, de passagem também. (MACHADO, 2005, p. 8)

O provocador era, portanto, já conhecido do mecânico. O encontro dos rapazes naquela pousada em Águas Claras é, no entanto, ao que tudo indica, completamente fortuito. O rapaz narra a Manivela que estava ali apenas de passagem, encontrava-se, na verdade, em uma espécie de fuga. Fora preso e imediatamente libertado. Com medo de ser novamente detido, havia decidido-se a desaparecer por um tempo, resguardando-se em um sítio, para evitar uma nova detenção. As atitudes do rapaz, todavia, destoam de alguém que necessite manter discrição. Espalhafatoso, Bajé narra com vividez os acontecimentos de sua prisão e seus planos futuros. Maneco, junto com o narrador, estranha tal comportamento: “Pelo que ele [Bajé] narra, uma grande onda de repressão desencadeou-se no país. Era para estar mais atemorizado, menos valente. Ou mais prudente, ao menos.” (MACHADO, 2005, p. 11. Grifo nosso.)

A percepção faz parte da suspeita do envolvimento de Bajé com a polícia, que passa a absorver Maneco a partir do contato com Matos. Surpreso com o aviso – que inicialmente considera supérfluo por não ter motivos para se precaver – o mecânico ainda assim decide que o melhor a fazer é evitar o conhecido, distanciar-se desse mundo. “Nem sonha em ter algo em comum com *eles*. Vai dar mesmo um fora no... provocador, se aparecer. Por esse lado foi bom aquele aviso.” (MACHADO, 2005, p. 6) Apesar da decisão, o mecânico torna a procurar o conhecido e chega a pedir-lhe dinheiro emprestado:

- Bom, mas eu quero uma coisa – corta Manivela: - eu quero dez mil-réis.

Bajé fica quieto, como siderado. Todo o tempo, estivera conversando e espiando-se, - *dançando*. Mas agora está imóvel, hirto. Manivela o observa e não lhe dá trégua:

- Me arranje de qualquer jeito.

Pensa nas ligações do provocador com a polícia, no “ordenado”. Não lhe permite uma evasiva:

- E, se não tem no bolso, me arrume com seu Castora.

- Mas eu tenho – responde-lhe o outro que vai metendo a mão no bolso da calça, vai tirando a cédula.

Repentitamente, readquire o seu ar “espoleta”, irrequieto. (MACHADO, 2005, p. 98-99)

O episódio lembra, em alguma medida, alguns expedientes de Naziazeno e de Norberto já analisados nesta dissertação. Difere do primeiro, no entanto, pela postura enfática de Maneco, que coloca Bajé contra a parede, contrastando com o tom suplicante do protagonista de *Os ratos*. Ainda assim, parece estar em jogo uma lógica semelhante de relações sociais. Com recursos escassos, Manivela vê, em Bajé, uma oportunidade de obtenção de dinheiro. O cálculo do mecânico passa, inclusive, pela possibilidade do conhecido ser, de fato, um informante: “Pensa nas ligações do provocador com a polícia, no ‘ordenado’. Não lhe permite uma evasiva”. Maneco aposta, pois, na probabilidade de Bajé ter a quantia justamente por sua condição de “provocador”. Mais do que isso, o interesse do suposto delator em Manivela o coloca quase na obrigação de servir ao mecânico, manter a aparência de amizade. Maneco sabe disso, corre o risco, e obtém a quantia.

A partir do capítulo IX, quando o mergulho narrativo na interioridade do protagonista passa a ser maior e mais recorrente, as preocupações de Maneco vêm a tona de forma mais estruturada, dando conta da atmosfera de desconfiança e medo que passa a compor as relações sociais do mecânico no turbilhão de acontecimentos pós novembro de 1935 – catalisadas pelos impasses da viagem e o encontro com Dr. Matos. O clima de desconfiança generalizado que já estava presente nas relações componentes da sociabilidade vislubrada em *Os ratos* adquire aqui nova configuração, agravada pelo terror da perseguição e repressão de Estado. Acossado, Maneco repassa os acontecimentos e entra, definitivamente, no clima paranóide que passa a compor o romance, em conjunção do foco narrativo com o horizonte bloqueado do protagonista:

O Dr. Matos dispõe também duma grande experiência. Mas, o que às vezes ele não compreende é – por que lhe tinha o advogado recomendado daquela forma? Que é que havia notado? E, também, por que motivo Bajé estivera voando pra cima dele, Manivela?

Um leve medo percorre-lhe o corpo... Sente-se um centro de atenções, naquela matéria perigosa. Vê o Bajé, rodeado de policiais, prestando informes sobre a sua pessoa; e uma *combinação*, tendo ele, Manivela, como objetivo...

Dali por diante é necessário prudência.

Estranho, - ele, que não tem nada que ver com coisa alguma... Aquela reunião clandestina está esquecida; foi há muito tempo. Compareceu a ela por mera curiosidade, como tantos outros. Até saíra fazendo troça do rapaz e das suas explicações. Achava-o um tanto pernóstico, vivendo num mundo irreal. Apresentando o operariado dum modo irreconhecível para eles próprios, operários. Não podia ser culpado por uma coisa dessas; uma coisa boba.

Revelara talvez um certo interesse pela conversa de Bajé? Pelo movimento?... Não pode saber ao justo. Só quem estivesse dando-lhe corda, como o safado, é que poderia dizer. Ou alguém que se achasse de fora, como o Dr. Matos. De qualquer modo, o provocador merecia uma lição.

Ele, Manivela, era confiado. Ou descuidado. Quando, ainda aquela manhã, se havia separado de Bajé, este outra provocação: - “Disfarce...” – recomendara-lhe. Quem bogagem! Agora é que compreendia que semelhantes coisas podiam ter um objetivo: perdê-lo. Quando a polícia o encanasse, desvendasse tudo, pequenos fatos sem importância tomariam vulto: - o seu comparecimento à “reunião”, os manifestos lidos, seus encontros com o Bajé, o *auxílio* (o auxílio!) que deara a Norberto na sua “fuga”...! (MACHADO, 2005, p. 104 – 105)

A disposição calculista da pobreza acossada que compõe o outro lado da moeda das relação de favor e ajuda mútua entre os pobres analisada em *Os ratos* reaparece aqui, agora premiada também pela perseguição política, que dissemina, através dos acordos entre delatores e polícia, novas possibilidades de arranjo, reconfigurando em tom mais grave a rivalidade entre os desvalidos na disputa econômica.

De forma análoga ao que acontece com Naziazeno em *Os ratos*, Maneco intui parte desse movimento, mas não o compreende completamente. Enquadrando essa situação, temos um arranjo narrativo bastante semelhante nos dois romances: “O enfoque objetivo adota o ponto de vista do personagem e internaliza as suas paranoias. Desse modo, o narrador compartilha as impressões (verdadeiras ou não) e incorpora as sensações do sujeito acuado e quase sem saída.” (SCHIFFNER, 2018, p. 2). A observação de Schiffner é sobre o romance de estreia de Dyonelio, mas parece acertada também para configuração narrativa presente em *Desolação*, a partir do delírio persecutório despertado no protagonista pelo aviso do Dr. Matos.

A partir de dado momento da narrativa, a presença de Pimenta, um outro suposto provocador, também passa a atormentar Maneco. É o próprio Bajé quem apresenta o sujeito para o mecânico.

Depois da sesta (serão umas quatro horas) Bajé aparece no Borboleta. Acompanha-o o indivíduo tipo nortista. É um ex-embarcadiço. Um “companheiro” já com tradições de luta, segundo o provocador.

(Isto é outra “provocação”, conclui Manivela.)

Leo mostra-se muito curioso. Manivela depõe na dupla um olhar sombrio, hostil. O provocador, entretanto, não parece perceber a hostilidade. Vai fazendo o seu relato, - um relato versátil. De acordo com esse relato, aquele amigo ali estivera presente quando Altamira fora moro. (MACHADO, 2005, p. 115)

Vicente Altamira¹⁶, ficamos sabendo, era um conhecido militante do “movimento”. Mesmo querendo evitar os “provocadores”, Manivela não consegue dissimular seu interesse pela história. Ouve o relato de Pimenta. Um detalhe – o companheiro de Altamira acendera um cigarro logo antes do rapaz ser morto – chama muito a sua atenção. Manivela passa a exagerar o significado deste detalhe. Mais tarde, contará a história a Dr. Matos, que aventará a hipótese de o gesto do cigarro ser um sinal, indicando que Pimenta era de fato um traidor. O que para o advogado era apenas uma hipótese ganha status de certeza na mente perturbada de Maneco. Assim como Naziazeno, o protagonista de *Desolação*, em seu acozamento, passa a supervalorizar os detalhes, afastando-se cada vez mais de uma compreensão do todo. Manivela, confessadamente um leitor de romances policiais, passa a consumir-se mentalmente com cada nuance, cada aspecto que possa indicar que ele está sendo ou não perseguido. A trama que ele vive, contudo, não é folhetinesca. Sua postura mostra-se cada vez mais inadequada ao lidar com a situação em que se encontra. Quando Dr. Matos confirma que Pimenta tratava-se de “um velho policial” (MACHADO, 2005, p. 121) a inquietação do mecânico aumenta drasticamente. Seu estado mental agrava-se, conforme já visto, também a partir da chegada em Viamão. A notícia que lá recebe da prisão do Dr. Matos, aliada a presença de Pimenta também no hotel em que estavam hospedados, deixa-o com a certeza de estar sendo perseguido. Seus horizontes, mais ainda, estreitam-se.

3.5 A piromania de Manivela

A transação que envolve o Borboleta acontece no vigésimo nono capítulo. Sob o comando de Manivela, o *fordezinho* é vendido para João Fagundes (apelidado de Chico Galinha pela vizinhança por sua postura submissa em relação à esposa).

¹⁶ Em *Nuanças*, quarto romance da tetralogia, o nome tornará a ser mencionado. Manivela - já na ilegalidade – viverá algum tempo na casa da mãe do militante assassinado.

O veículo, como vimos, pertencia a Antônio Vitorino, cliente da oficina onde trabalham Manivela e Leo. Não obstante, os rapazes praticam a venda do Borboleta, sempre com Maneco liderando as negociações, discutindo valores, etc, até entrar em comum acordo com João Fagundes, fechando negócio pela quantia de duzentos mil-réis (preço, aliás, ao que tudo indica, muito baixo, o que sugere que Chico Galinha sabe a categoria de negócio na qual está se envolvendo, faz seus cálculos arrisca a compra, na certeza de que dispõe de artimanhas necessárias para garantir vantagem e manter a posse do veículo diante de eventual reclamação do verdadeiro dono).

Após acertarem preço, João Fagundes elabora um documento que oficializa a transação. Com o dinheiro em mãos, Manivela quita a dívida dos rapazes no Hotel Saraiva (cinquenta e sete mil-réis pela estadia e almoço – pouco mais de um quarto do valor pelo qual foi vendido o Borboleta) e divide o restante entre os companheiros de viagem. Com o dinheiro em mãos estão, portanto, habilitados a tomar um ônibus e retornar (uma semana após a partida) a Porto Alegre. Antes da viagem, Leo e Luís sugerem almoçar no restaurante do hotel, inadvertidos de que Manivela possuía outro plano.

O grupo de rapazes dirige-se até a empresa de ônibus com o intuito de obter informações sobre a viagem de retorno. A presença de um policial no local inquieta Maneco, que sente o cerco da repressão cada vez mais fechado sobre si. No retorno ao hotel, o protagonista é interpelado por Chico Galinha, que pede ao mecânico que este retire o quanto antes seu pertences do Borboleta. Havia, no veículo, um macacão, uma tábua e – escondidos – os panfletos e o livro que Manivela recebera de Dr. Matos – a *Cartilha da insurreição*. De forma resoluta e apressada, Maneco dirige-se até o veículo Borboleta, estacionado ainda no quintal de João Fagundes. Com o auxílio de seu macacão, o qual Manivela rasga e embebe em gasolina retirada do tanque, o mecânico lança fogo ao veículo. O incêndio rapidamente causa uma explosão, chamando a atenção de todos nos arredores, que apressadamente chegam ao local, curiosos para conferir o acontecimento. É com um sorriso no rosto e com o material subversivo em mãos que Leo, Luís, Dorval (o dono do hotel) e o suposto investigador encontram Maneco Manivela. A expressão desaparece de sua face enquanto lança a *Cartilha* às chamas em que ardia o Borboleta.

Sobre esse desfecho explosivo do romance, comenta Maria Zenilda Grawunder:

De posse de *literatura perigosa*, [Manivela] acaba escondendo o material no carrinho e, afinal, ateando-lhes fogo, é preso pela destruição do carro que não lhe pertence. Quando se encerra a narrativa, com o cerco e a prisão de Manivela que, por um ato deliberado, incendeia Borboleta, a queima e destruição das asas da mariposa que o conduz, transformada numa grande lamparina, fica ligada à necessidade de ocultação e queima da palavra, que Borboleta guarda, num recurso de rito sacrificial da pureza. (GRAWUNDER, 1995, p. 23. Grifos da autora.)

Grawunder parece não dar importância para o fato de que Manivela, antes de incendiar o Borboleta, retira do veículo a *Cartilha da insurreição* e os demais panfletos. É somente depois de o veículo já estar em chamas que o mecânico irá lançar ao fogo o material subversivo, em gesto significativo, principalmente se levarmos em conta a presença de testemunhas (entre elas o suposto investigador e um policial). Inclusive, no romance seguinte – *Passos perdidos* - ficamos sabendo que o livro foi retirado das chamas e usado como prova contra Manivela.

Esse descuido de leitura parece se repetir também na análise de Marcus Rogério Salgado, para quem o ato de manivela consiste apenas em uma tentativa de destruição das evidências de seu envolvimento com o movimento:

Presenteado pelo dr. Matos com um pequeno volume de doutrinação comunista, Manivela acaba por esconder a comprometedor brochura, juntamente com alguns jornais considerados subversivos, no interior do automóvel (o “Borboleta”), temendo ser flagrado com semelhante conteúdo, a ele transmitido por uma figura policialmente conhecida (o advogado fora preso pouco antes). O automóvel é vendido, mas Manivela receia deixar a brochura ali dentro e ser posteriormente incriminado. Devorado pela paranoia, invade o domicílio do novo proprietário do Borboleta e atea fogo ao carro, a fim de destruir, completamente, a prova que contra ele poderia ser produzida. É, contudo, flagrado por policiais, concluindo *Desolação* com essa cena incendiária. (SALGADO, 2017, p. 41)

Em contraposição ao que Grawunder chama de “necessidade de ocultação e queima da palavra”, leitura reiterada pela análise de Salgado, apontamos aqui para certo aspecto performático na atitude do mecânico, a ser comentado na sequência.

Antes de prosseguirmos a leitura sobre esse gesto que encerra a narrativa, vale ainda observarmos a reflexão de Ana Paula Pacheco, que com termos muito parecidos aos da Grawunder, também comenta o episódio:

O gesto final de Maneco Manivela tem, depois de tudo, como já sugerimos, a força de um ato deliberativo. O operário do início do livro, que pouco sabia sobre política, não compreendia a revolta e acreditava ter nascido na posição certa, tornou-se alguém que valoriza a ideia de grupo depois de

perceber-se *desolado*. Uma “falha” produzida pelo próprio cerco da vigilância. Não é a mesma personagem do início do livro quem lança ao fogo purificador, aceso na imensa lamparina que constrói com seu macacão banhado em combustível, a *Cartilha da insurreição* (título “um pouco estranho”, como observa o narrador com Maneco). (PACHECO, 2005, p. 319)

A ênfase de Ana Paula Pacheco incide aqui em uma suposta transformação de Maneco rumo à uma percepção mais coletiva. Em outras palavras, é como se o personagem subisse um degrau em direção à consciência de classe e ao engajamento. Haveria, portanto, certa libertação e até mesmo purificação no ato final de Manivela, em cuja revolta e deliberação estaria cifrada uma tomada de atitude diante da opressão da qual é vítima. Sem desconsiderar de todo esta perspectiva, cabe analisar os aspectos problemáticos e contraditórios contidos no gesto final de Manivela e o enquadramento positivo conferido a ele pelas leituras de Grawunder e Pacheco.

De um ponto de vista mais pragmático (perspectiva aproximada a que guiava o personagem antes do encontro com Dr. Matos) a situação de Manivela no momento do incêndio é mais confortável (ou menos complexa) do que aparentava ser em outros momentos da narrativa. Ou seja, o surto piromaniaco de Maneco não ocorre no auge de suas preocupações, mas instantes depois de encaminhar uma resolução para o mais evidente e imediato de seus problemas (endividamento no hotel e falta de recursos para a viagem de retorno). Analisando de maneira fria, Maneco contava com dinheiro suficiente para a viagem de retorno, *podendo ou não ser preso nessa tentativa*. Contudo, o mecânico não se mostra disposto a arriscar a fuga (seria mesmo uma fuga, ou uma simples viagem?). Seu ato extremado leva ao encontro da prisão – situação, até então, ainda hipotética, apesar dos indícios de cerramento do cerco persecutório observados por Manivela.

Ainda que analisemos esse gesto considerando-o como uma tomada de posicionamento político, nada indica uma adesão a algum ideal de coletividade, como sugere Ana Paula. Defrontamo-nos, antes disso, com uma renúncia à luta e à possibilidade de escapar da prisão, seja mediante fuga ou defesa de sua inocência – que embora descabida diante do arbítrio da repressão getulista, era uma das possibilidades consideradas pelo personagem. Ao mesmo tempo, a atitude revela a incompreensão de Maneco em relação à trama que cerca e o abandono de uma postura racional diante da sua situação. Ainda que no conjunto da tetralogia a prisão

consista para Manivela de fato em uma espécie de degrau necessário para a sua formação política e mínima tomada de consciência – acontecimentos que só nos serão narrado nos romances seguintes, *Passos Perdidos* e *Nuanças* - ao final da narrativa de *Desolação*, não há indícios sólidos de adesão de Maneco ao ponto de vista revolucionário expressado por Dr. Matos. Sequer há a superação das hesitações do mecânico em relação ao “movimento”.

Mesmo que entendamos que o gesto de Manivela se constitua como um ato de reação ao cerco opressivo e persecutório que ele experienciava, seu surto piromaniaco não parece, salvo melhor juízo, indicar qualquer tipo de adesão política por parte do mecânico a alguma postura revolucionária. Trata-se, em alguma medida, de uma transformação de postura em relação a sua habitual maneira de lidar com os impasses: um abandono ao apelo tradicional ao logro e a “cavação” (ainda que parte das atitudes de Manivela ao final da narrativa ainda trabalhem nesse âmbito). A mudança pela qual passa o protagonista não é, portanto, indicação de politização e tomada de consciência. Seu gesto, inclusive, põe em suspeição e risco seus companheiros de viagem (e de classe, no caso do Leo), o que indica que solidariedade e coletividade eram perspectivas obnubiladas pela sua confusão mental em meio ao delírio persecutório. Fragilizado e isolado, Maneco empaca em seu habitual trânsito informal de improviso. Horizontes cerrados, resta-lhe como única alternativa o autossacrifício e a rendição. “Houvesse ainda guardado um resto do seu poder de iniciativa, estaria era se entregando, pondo um termo àquele suplício.” (MACHADO, 2005, p. 284)

Na noite anterior ao seu surto piromaniaco, Maneco protagoniza uma cena patética. Esgueirando-se pelo quintal do hotel, almeja chegar até o veículo Borboleta, onde havia escondido a *Cartilha da insurreição*. Sua esperança é encontrar, no material, uma instrução que o guie e indique como agir em situação análoga a sua. A ingenuidade de Manivela, ressaltada pela maneira pela qual deposita toda as suas fichas em uma ideia tão excêntrica e improvável, dá a ver a precariedade e os limites da perspectiva de Maneco, a estreiteza de sua consciência:

Mas tem o livro! (Recordou-se agora!) O livro do Dr. Matos! A *cartilha!*...

Deve ser um livro de conselhos, um livro de soluções de problemas. Com toda a certeza, um problema como o seu está tratado nas suas páginas, previsto e resolvido...

Agiu precipitadamente encafuando o *material* entre os molambos do carro. Devia primeiro ter-se inteirado da matéria tratada no livro, pelo menos no livro. A sua situação já se esboçara, então. O livro constituía um companheiro, um conselheiro. – *Contém muitos ensinamentos...* Seu Dorval já o conhecia. Ensino sobre esses casos, – em que o indivíduo se vê acuado e cercado...

Se conseguir se evadir dali, nada empreenderá de definitivo, sem primeiro consultar o livro...

O livro – a *cartilha* – há de ser mesmo uma cartilha: tudo elementar, prático. A sua matéria só poderá versar sobre os problemas concretos. Como se prepara uma fuga tem de constituir um dos capítulos do livro. Talvez até tenha esse título.

Manivela sente um desejo trepidante de botar a mão nesse livro prático, de soluções práticas. Sabe que, uma vez de posse dele, estará com a chave para o seu caso. Terá sugestões, perspectivas... (MACHADO, 2005, p. 268-269. Grifos do autor.)

Desprovido da sua habitual proatividade e talento para o imprevisto e resolução de impasses, Manivela concentra suas esperanças no material recebido de Dr. Matos, crendo na incerta e remota possibilidade da *Cartilha* conter ensinamentos e instruções capazes de o ajudar em uma situação extremamente específica: planejar uma fuga individual em meio a um cerco persecutório que se apresenta como extremamente articulado, supostamente contando com o auxílio de diversos policiais e agentes infiltrados, etc. O despropósito da ideia salta aos olhos e revela a confusão mental do protagonista, que diante do seu delírio persecutório não se acha mais capaz de resolver sua situação com a objetividade e o pragmatismo que sempre marcaram sua postura em situações de dificuldade. Uma vez fracassado seu plano de conseguir chegar até o veículo onde havia escondido a *cartilha*, Maneco retorna ao hotel. No dia seguinte, a ideia da noite anterior – que havia consistido-se então, para o mecânico, na sua única saída – é completamente abandonada. Mesmo tendo diversas oportunidades, Manivela desiste de consultar o material em busca de uma resolução para o seu impasse. Assim como ocorre com o protagonista d’*Os ratos*, as *certezas* de Maneco são passageiras. Sua volubilidade demonstra seu estado de confusão mental, atentando para o emperramento de suas possibilidades de tomada de consciência. Acossado, o protagonista negocia a venda do Borboleta a João Fagundes e, finalmente despertado do *ponto morto* em que se encontrava no dia anterior, toma uma resolução. A marcha de Manivela em direção aquilo que se tornou o único horizonte capaz de enxergar é decidida e resoluta.

Incendiando o veículo, Manivela assina sua condenação, renunciando a alguma outra possibilidade de resistência.¹⁷

¹⁷ Em *Nuanças*, quando Maneco já adquiriu, em algum nível, um grau mais elevado de consciência, sua atitude diante da possibilidade de prisão é bastante diferente. Ao cair novamente na ilegalidade, Manivela opta por fugir, escondendo-se em diversos lugares antes de ter sua cidadania readquirida mediante intervenção do pai de Carmosina.

CONCLUSÃO

O conjunto aqui apresentado expõe dois momentos diversos da produção dyoneliana. Do cotidiano endividado de Naziazeno em *Os ratos*, no seu trânsito pelo centro da cidade em busca dos cinquenta e três mil-réis para pagar a dívida do leiteiro, às narrativas de viagem que marcam os dois primeiros romances da *tetralogia da perseguição e opressão*, assinaladas pela atmosfera de repressão de Estado, que obriga os personagens a deslocarem-se em fuga. Apesar das evidentes diferenças guardadas entre os dois momentos, este trabalho buscou demonstrar algumas linhas de continuidade entre as narrativas. Os procedimentos estilísticos adotados, bem como a sociabilidade desenhada por Dyonelio, apontam para aspectos em comum compondo tanto as obras quanto o processo social nelas mimetizado.

Em *Os ratos*, observamos a existência de uma dinâmica instável e precária de relações de favor e compadrio que, entre os pobres, vem acompanhada de certa disposição calculista e competitiva, estreitada que está pela escassez do dinheiro e de possibilidades de sobrevivência e ganho em jogo capitalista marcado pela incompletude de suas relações na modernidade periférica da capital provinciana. Formalmente, as nuances dessa dinâmica são captadas no peculiar arranjo narrativo, que dá conta das sutilezas de tal sociabilidade, ao mesmo tempo que apontam para o bloqueio dos horizontes disponíveis aos homens e mulheres que compartilham a posição do protagonista Naziazeno, justamente por estarem submetidos a mesma lógica social e de mercado.

Dinâmica semelhante parece replicar-se nos romances seguintes de Dyonelio, agora agravadas pelo clima de repressão desencadeado após o levante comunista fracassado de 1935. “Um sinistro quadro de reação e repressão seguiu-se à derrota das insurreições de novembro.” (LEVINE, 1980, p. 180). Do trânsito urbano de Naziazeno durante vinte e quatro horas em apelo à solidariedade para obtenção de dinheiro, passamos agora à narrativas de viagem, uma vez que o ambiente da cidade encontra-se bloqueado como esfera de atuação dos pobres diabos acossados pela repressão policial. No *Louco do Cati*, a fuga de Norberto é rapidamente frustrada, realçando as dificuldades de se escapar à repressão pelo caminho da ilegalidade. Uma vez preso, todavia, Norberto trata de rapidamente “cavar” sua saída da prisão, apelando para outra lógica, a da negociação e

colaboração (sugerindo eventuais delações) com as autoridades. Nesse sentido, o personagem que acompanha o Louco por quase três quintos da narrativa está em atuação análoga à de Bajé no romance seguinte. Assume, após a prisão, a condição de provocador, daí a ênfase dada a tal aspecto no romance seguinte. Esse dado, contudo, nunca é explicitado no romance, apenas entrevisto pelas nuances da forma e do entreccho.

O arranjo narrativo, conforme vimos, capta os meandros do cotidiano dos personagens que acompanham o Louco – Norberto em especial – e enfatiza o mutismo do protagonista, cuja personalidade cindida é marcada pelo trauma. Na trajetória do Louco, a violência repõe-se para uma figura que já havia sido vítima (enquanto testemunha) da violência de Estado durante os anos de terror da guerra civil gaúcha. Em face a novo momento de autoritarismo e violência generalizada, o pobre diabo crê estar no Cati, local que simboliza a experiência negativa do seu passado. Na narrativa, quem explica para os demais personagens o que foi o Cati, após o primeiro surto do louco é, significativamente, Norberto, em capítulo intitulado *O Cati*:

Havia terminado a revolução com a vitória do governo. Era um fim de século – século dezenove. Fim de mundo... A campanha, principalmente a fronteira – ninho de revolucionários – não estava ainda “pacificada”. Fazia-se necessário isso que depois as guerras iriam chamar “operações de limpeza”. (Compreendiam... Compreendiam...) Bem: essa limpeza se inaugurou, se consolidou, se prolongou. Tornou-se coisa regular. – Uma espécie de bantidismo legal, entronizado naquele “Castelo”, sobre uma elevação às margens dum arroio, nas caídas dum dos rios que têm mudado de pronúncia com a mudança de fronteira de dois povos inquietos. – Mas, é claro, uma tarefa de tal ordem (“Ordem pública! Ordem pública) punha nas mãos dos homens do Cati uma enorme soma de poder: poder pessoal, poder político, poder!... Já nada mais se fazia então naquela vasta zona sem consultar o Cati. O Cati era o Subestado. Era o Estado para aquela região. Não raro entrava em conflito com o verdadeiro Estado, e o vencia. Polvo (Norberto gostava muito da palavra pejorativa “polvo”), estendia tentáculos, atava, arrastava, triturava. A simples companhia de volantins que demandava Livramento, vinda do oeste, fazia a travessia pelo outro lado da linha, pelo estrangeiro, para não ter de passar pelo Cati (- *Passar pelo portão do Cati* era obrigatório -). Por causa das mulheres... Não respeitavam nem as mulheres. E os pais e os irmãos é que pagavam, atirados nos poços medievais. Daí, quando saíam, eram quase sempre degolados. Todos que caíam eram degolados: por motivos pessoais, por motivos políticos, comerciais, por qualquer motivo... Altivo e frio o Cati apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos. Fez se uma legenda, real, verdadeira, de sangue, de morte, de terror feudal. – Nós ficamos um pouco célebres, respeitados, admirados, por essa Legenda. (MACHADO, 2003, p. 30-31)

No discurso de Norberto - modulado pelo narrador, que organiza o enunciado e, vez outra, insere seus próprios comentários – lemos um panorama eloquente sobre o que foi o quartel do Cati, com destaque para as práticas violentas que ajudaram a criar a fama do local. O relato contrasta com o que é revelado sobre a estadia na prisão de Norberto e do Louco, nos primeiros meses de 1936. Conforme vimos, nenhuma alusão à tortura e à violência física explícita são feitas, embora tais práticas possam ser inferidas, vide o estudo de Rose mobilizado nesta dissertação, demonstrando a recorrência de tais procedimentos durante a ditadura varguista. Na eloquência de seu trauma, o Louco dá o sinal: ao ser encarcerado, reluta, crê e afirma estar no Cati. Norberto, significativamente, cala. Durante e depois da detenção, não menciona a violência sofrida. Sua atuação para “cavar” a saída da prisão é, inclusive, suprimida do relato. Tal silêncio parece apontar para nuances de significado semelhantes àsquelas observadas por Schiffner em *Os ratos*, que atenta que a peculiaridade do arranjo narrativo dyoneliano aparenta, naquele romance, aludir “à cordialidade do pensamento velado, permeado por subentendidos” (SCHIFFNER, 2018, p.10). A violência de Estado e a repressão, vinculadas às políticas públicas de recompensa aos “judas”, imbricam-se ao jogo de arranjos dos pobres diabos e força o universo dos esquemas e favores para o campo da delação.

Finda a cordialidade das elites, a dinâmica cordial-competitiva dos desvalidos reconfigura-se agravada pela violência generalizada. Não é casual que o romance seguinte do escritor abra com o anúncio peremptório de Dr. Matos sobre a presença de um “provocador”, instaurando o clima paranóide de perseguição desde suas primeiras páginas. Maneco Manivela, que parece encarnar mais um *herói fracassado*, para recuperarmos o termo de Gil, vê-se envolto em um campo minado, suspeitando de todos em sua volta. O jogo entre ordem e desordem que já pouco tinha de ameno no universo endividado de *Os ratos* ganha tom e atmosfera mais sombria no trânsito dos pobres premidos por dificuldades financeiras e perseguição policial. Não estamos propriamente no âmbito da rixa, tal qual definida por Otsuka, pois as compensações em jogo aqui não são meramente simbólicas. Não obstante, também não se pode afirmar estarmos em uma ordem burguesa, já que o nexos das relações sociais não é puramente a forma mercantil. O elo dos homens livres com os poderosos e as instituições sai da esfera cordial e adentra a da violência explícita. No entanto, o jogo de arranjos reconfigura-se na delação, minando a possibilidade de revide coletivo.

Desse modo, o efeito da disseminação da disposição competitiva e delatora entre os pobres é semelhante ao ocasionado pelo espírito rixoso: o enfraquecimento do antagonismo entre classes. Captada pela forma, tal disposição configura o universo e as possibilidades dos personagens dyonelianos em seus três primeiros romances. Como resultante, acompanhamos uma atmosfera deceptiva, com ênfase no bloqueio, nos horizontes fechados. Figuração contundente e marcante dos impasses nacionais do período.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. “Posição do narrador no romance contemporâneo”. In: ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012.
- ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. 17 ed. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2002.
- ARAÚJO, Homero Vizeu. “Notas sobre ‘A nova narrativa’ de Antonio Candido: experimentalismo na narrativa e impasses do narrador romanesco sob o regime autoritário”. In: *Futuro pifado na Literatura Brasileira: promessas desenvolvimentistas e modernização autoritária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- ARAÚJO, Homero Vizeu; REIS, Octávio Augusto Linhares Garcia. Favor, dívida impagável e forma literária em *Os Ratos*. *Revista Cerrados*, Brasília, v. 24, p. 39-53, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/25538>. Acesso em: 12 out. 2018.
- ARRIGUCCI JR, Davi. “O cerco dos ratos”. In: MACHADO, D. *Os ratos*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004. pp.199-207.
- BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- CALDEIRA. *História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura” In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Outro sobre azul, 2011a.
- CANDIDO, Antonio. “Dialética da Malandragem” In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento” In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Outro sobre azul, 2011b.
- DACANAL, José H. *O romance de 30*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1986.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- FISCHER, Luís Augusto. *Coruja, Qorpo-Santo e Jacaré: 30 perfis heterodoxos*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GIL, Fernando Cerisara. *O romance da urbanização*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GLEDSON, John. “O funcionário público como narrador: O amanuense Belmiro e Angústia” In: GLEDSON, John. *Influências e impasses – Drummond e alguns contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Instituição Literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. “Memórias de Dyonelio Machado: mosqueteiro da palavra e das ideias”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n.95, pp. 97-101, 1994.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. Quem será este louco ou homem-cão? In: MACHADO, D. *O Louco do Cati: (aventura)*. Editora Planeta do Brasil, 2003.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. “Sob o signo da solidão: Dyonelio Machado, autobiográfico”. In: MACHADO, Dyonelio. *O cheiro de coisa viva*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. *Recenseamento 1920*. Rio de Janeiro: IBGE.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LÚKACS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MACHADO, Dyonelio. *Desolação*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

MACHADO, Dyonelio. *Nuanças*. São Paulo: Moderna, 1981.

MACHADO, Dyonelio. *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões e um romance inédito: O estadista..* Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.

MACHADO, Dyonelio. *O louco do Cati*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

MACHADO, Dyonelio. *Os ratos*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

MACHADO, Dyonelio. *Passos perdidos*. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

MATOS, Cláudia. *Acertei no Milhar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORETTI, Franco. *O burguês*. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. “Jeitinho e Jeitão: Uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro”. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, n. 73, p 32-34, outubro de 2012.

ORLANDINI, Giovani Buffon. *Engajamento à brasileira: paternalismo, promessa revolucionária e culturapopular em Jubiabá*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178190>. Acesso em: 10 nov. 2018.

OTSUKA, Edu Teruki. “Espírito rixoso: para uma reinterpretação das Memórias de um Sargento de milícias”. In: *Revista do IEB*, São Paulo: 44: p. 105-124, fev. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34564/37302>. Acesso em: 6 jun. 2018.

PACHECO, Ana Paula. “A atualidade de *O louco do Cati*, de Dyonelio Machado”. In: *Recordando a Walter Benjamin: justicia, historia y verdad. Escrituras de la memoria*, 2010, Buenos Aires. III Seminario Internacional Políticas de la Memoria, 2010. v. IV. Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/mesa-25/pacheco_mesa_25.pdf. Acesso em: 24 fev. 2018.

PACHECO, Ana Paula. “Na boléia de Borboleta” (pós-facio). In MACHADO, Dyonelio. *Desolação*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

PAES, José Paulo. “O pobre diabo no romance brasileiro”. In PAES, José Paulo. *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 63 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954*. Trad. Ana de Olga de Barros Barreto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALGADO, Marcus Rogério. O tirano e o látego: um estudo sobre a violência de Estado. *Teresa – Revista de literatura brasileira*. São Paulo, n. 17, p. 31-52, 23 fev. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/108078>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTOS, Fernando Simplício dos. *História, política e alegoria na prosa ficcional de Dyonelio Machado*. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e Crítica literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269980/1/Santos_FernandoSimpliciodos_D.pdf. Acesso em: 4 abr. de 2018.

SCHIFFNER, Tiago Lopes. Os ratos: uma trama de ponteiros, pontuações e negócios. *Navegações – Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 112-121, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/27216>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SCHPUN, Mônica Raisa. “Ratos mansos, cidades sem raízes”. In PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 2000.

SCHWARZ, Roberto. “Agregados antigos e modernos”. In SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, da Dialética da malandragem. In: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a memória, a História e o esquecimento”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.) *História, memória e literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Tatiana Tavares da. *Pobre diabo, cidade e favor: uma análise de Os ratos*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88325/000911554.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VANGELISTA, Chiara. “Papel moeda/papel engraxado: o dinheiro nas relações sociais – uma leitura de *Os ratos* e de *Raízes do Brasil*” In PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 2000.

VECCHI, Roberto. “Ratos cordiais e raízes daninhas: formas da formação”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura* Porto Alegre: Ed. Universidade/ Ufrgs, 2000.

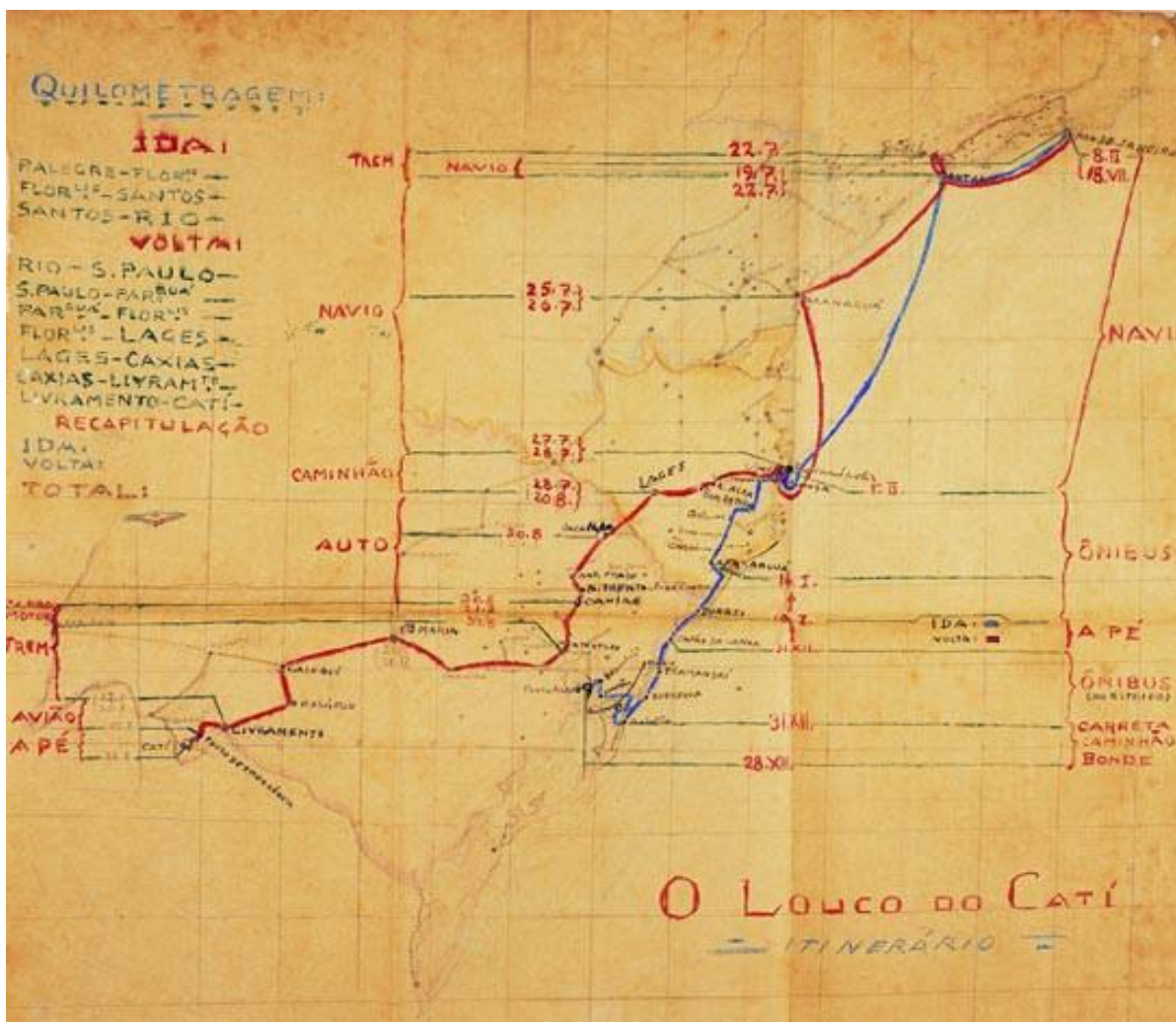
VEDDA, Miguel. “Apresentação”. In: LUKÁCS, György. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, James. *Como funciona a ficção*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

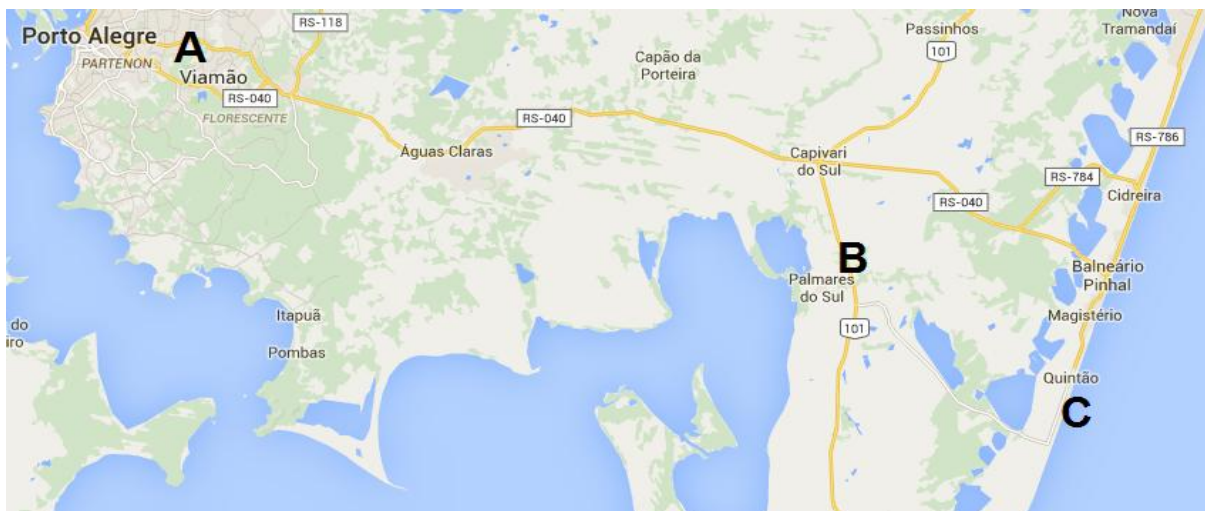
ANEXOS

ANEXO I – Mapa da trajetória percorrida em *O Louco do Cati*, impresso na contra capa da edição usada neste trabalho. Em azul, o percurso desenvolvido na ida. Em vermelho o caminho de retorno do Louco até o Cati, na fronteira oeste do estado. No mapa, também estão indicados os meios de transporte utilizados em cada momento da trajetória.



Fonte: MACHADO, Dyonelio. *O Louco do Cati: (aventura)*. 5 ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

ANEXO II – Indicação da trajetória da viagem de ida de Porto Alegre até o Quintão. No ponto A está a capital gaúcha, local de partida. Em B, Palmares, onde os amigos passam a noite. A decisão de realizar a viagem pela estrada de Palmares é tomada por Norberto, em uma de suas precauções na tentativa de escapar da polícia. Finalmente, o ponto C indica Quintão, onde, após passarem um dia, Norberto e o Louco separam-se do restante do grupo e seguem viagem em direção ao norte.



Fonte: autor.

ANEXO III – Trajetória da viagem de retorno. O ponto A corresponde aos arredores de Quintão, incluindo, também, o rancho do praieiro, localizado no “Passo do Sangradouro”. O ponto B indica a casa do seu Ivo, que fica entre Quintão e Capivari. No ponto C está indicado o local onde o Borboleta estraga em definitivo, nos arredores de Capivari. D corresponde à pousada em Águas Claras, onde Maneco conhece Dr. Matos. O ponto E, por fim, indica o Hotel Saraiva e arredores, em Viamão.



Fonte: autor.

ANEXO IV – Mapa dos capítulos de *Desolação*. No esquema, estão indicados quais capítulos se passam em cada um dos pontos da trajetória de retorno dos três amigos. No ponto A, há trechos dos capítulos III, IV, e V. Em B, temos os capítulos V e VI. O capítulo VII se passa entre A e B, na estrada. O ponto C abriga o flashback presente no capítulo II e sua retomada, no capítulo VIII. Na pousada de Águas Claras, indicada no mapa pelo ponto D, passam-se trechos dos capítulos I, II e III, bem como a sequência que vai do capítulo IX ao XVII. No ponto E, finalmente, ocorrem todos os acontecimentos que vão do capítulo XVIII ao XXXI. O objetivo desse mapa é chamar a atenção para dois andamentos distintos ao longo do romance: um cheio de idas e vindas, compreendido entre o capítulo I e o capítulo IX e outro, mais linear, que vai do capítulo X ao XXXI.



Fonte: autor.